

Jadson Luís Rebelo Porto



**ENTRE  
O TEMPO E O LIMITE,  
ENTRE  
ANDANÇAS E DESCOBRIMENTOS**

**ENTRE O TEMPO E O LIMITE, ENTRE ANDANÇAS E  
DESCOBRIMENTOS**

JADSON LUIS REBELO PORTO

Memorial apresentado a Universidade  
Federal do Amapá como requisito para  
obtenção do cargo de Professor Titular.

CURITIBA

2020

**JADSON LUIS REBELO PORTO**

**ENTRE O TEMPO E O LIMITE, ENTRE ANDANÇAS E  
DESCOBRIMENTOS**

CURITIBA  
2020

Capa: Luiza Monteiro

FICHA CATALOGRÁFICA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P853e Porto, Jadson Luis Rebelo.  
Entre o tempo e o limite, entre andanças e descobrimentos  
[recurso eletrônico] / Jadson Luis Rebelo Porto. – Maringá, PR:  
Uniedusul, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86010-19-0

1. Porto, Jadson Luis Rebelo – Memorial. 2. Universidade  
Federal do Amapá – Professores. I. Título.

CDD 920

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

doi: 10.29327/515138

## **Pensamento**

*Pensei em um tempo. Veio-me um instante.*

*Pensei em um instante. Veio-me um momento.*

*Pensei em um momento. Veio-me um flash.*

*Pensei em um flash. Veio-me um pensamento.*

Jadson Porto, Macapá, 27/01/2017.

## APRECIÇÃO DE JADSON

Professor Jadson Porto foi apresentado à nossa Academia de Letras José de Alencar, entidade cultural fundada há 80 anos com bons predicados para fazer parte de entidade cultural de renome, patrimônio do Paraná e do Brasil.

Mas ele é Porto e, como todo lugar seguro, cada dia traz mais e mais uma embarcação de conhecimento de bons feitos, de inovação, de anos luz à frente dos maiores transatlânticos da vida bem vivida.

Vem este Porto, seguro como um Mestre, um Pitágoras é o que vem à mente, a ensinar sem comandar, a encantar sem forçar, a cativar sem impor suas idéias e projetos.

Chega de leve, faz pouso em tantas mentes que estavam à procura de algo mais para pensar do que o dia a dia, do que o pensamento do dia e vem forte, sabedor que seus colegas e felizardos alunos muito tem a contribuir pelo Brasil.

Fala em 75 anos de Macapá, muitos dos quais passados por ele, estudados. Vem para a natureza, vai até a Amazônia, hoje tema internacional do momento, mas tudo amplamente estudado e protegido por ele, como se fosse o guardião da floresta, das flores e perfumes, do revoar dos pássaros em segurança.

Tudo este Porto que é muito seguro vê! Muito à frente de seu tempo, de seus mestres, de seus colegas de Academia, de seus alunos.

Dom? Missão? Estar certo no lugar certo?

Creemos que um pouco de cada, mas missão, sim missão quase impossível, mas capaz de salvar a natureza, o mundo, indo no recôndito da alma até dos malfeitores e coloca todos para pensar num mundo melhor, quase um conto de fadas.

Assim vejo este Jadson Porto! Muito há para falar de seu tratado, de seus escritos, de seus livros, de seus projetos ainda por vir.

Mas, melhor poeticamente renovar o nosso orgulho ao termos em nosso quadro associativo este baluarte da pesquisa, do bem querer, do bem viver, do bem desejar alegria ao próximo, este escritor que se inspira no exemplo maior dos mestres, discípulos e arquiteto do Universo.

Sim, este Jadson vem pronto, é mais que lapidado por conhecimento que vai buscar e transmite luz, energia, sabedoria por onde passa.

Este é nosso Jadson Porto, cidadão brasileiro, com orgulho deste Brasil !

A ele, desejamos mais e mais inspiração, para que todos nós sejamos beneficiados com este

ser que nasceu como uma estrela cadente e, num toque de magia, vem para modificar o que está errado e deixar ainda mais belo o que está no Universo, antes que acabem com a natureza.

Este é nosso irmão, Jadson Porto, brilhante mestre, doutor, escritor e acima de tudo, Pensador. A ele, reverenciamos nossa altivez e damos loas por ter nascido e conosco viver e nos ensinar a melhor conviver com todos e com a mãe natureza.

Mas que beleza!

Curitiba, 20 de setembro de 2019.

Anita Zippin,  
Presidente da Academia de Letras José de Alencar, Curitiba (PR).

## APRESENTAÇÃO

“Entre o tempo e o limite, entre andanças e descobrimentos”, sugestivo (como logo se verá) não apenas pelo título, é um registro importante de uma importante trajetória de um personagem indubitavelmente importante. As linhas a seguir devem indicar as razões de tantas importâncias. As primeiras palavras deste singela apresentação vão para a origem deste importante registro: tratou-se, fundamentalmente, de um memorial, apresentado à Universidade Federal do Amapá, como requisito para que nosso importante personagem fosse aprovado como Professor Titular.

Este prefácio é da lavra, portanto, de alguém que acompanhou – na condição de membro titular externo, juntamente, com a prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edna Castro e o prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro Trindade Júnior, da Comissão Especial de Avaliação (cf. Portaria N. 1361/2019), presidida pela prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Julieta Bramorski – o processo de Promoção na Carreira de Magistério Superior para a Classe de Professor Titular, da Universidade Federal do Amapá, de nosso importante personagem.

A coisa toda iniciou em 2018, mas teve seu feliz desfecho em agosto de 2019, com a devida e merecida aprovação por parte da comissão nominada. De maneira que, caso não houvesse um processo de promoção numa tal carreira de magistério superior, dificilmente haveria um registro importante como este (para a fruição e o deleite tanto de interessados quanto, possivelmente, também de meros curiosos), ao qual se destina esta singela apresentação.

Dito o que coube dizer até aqui, pode-se passar ao que, de fato, merece nossa consideração: a trajetória profissional experimentada por nosso importante personagem no interior da jovem Universidade Federal do Amapá, a partir do que vai registrado nas páginas a seguir, produto de seu extenso, quase poético memorial. Diga-se, logo de saída, que a trajetória pode ser vislumbrada já nas linhas iniciais da introdução, embora ganhe corpo mesmo ao longo das demais partes que compõem este livro. Jadson Luis Rebelo Porto, nosso importante personagem, paraense de Santarém, agora Professor Titular da jovem UNIFAP, na qual tem tido uma carreira reconhecidamente exitosa, pode contribuir, desde a academia, tanto para a formação de numerosos profissionais e para o desenvolvimento da pesquisa e para o avanço da pós-graduação, como também para a disseminação crítica da cultura da ciência por intermédio da ocupação de diversos cargos relevantes na burocracia do Estado do Amapá.

Ao orientarmos os nossos olhos ao texto, divisamos, por assim dizer, quatro etapas mais significativas da importante trajetória de Jadson Porto. Ele indica, num primeiro momento, uma curiosidade saudável e um espírito de aventura sem exageros. Trata-se, pois, de um tempo marcado por descobertas, mas ainda sem a orientação da ciência – que se fará presente nas etapas ulteriores.



Num momento seguinte, ocorre o belo encontro com a Geografia, na Universidade Federal do Pará, constatando-se a preocupação com uma boa formação acadêmica. O depoimento que Jadson Porto faz aí de suas novas descobertas sugere quão decisivo possa ter sido este crucial momento em seu desenvolvimento pessoal e, sobretudo, intelectual posterior.

O terceiro momento se refere ao seu ingresso no corpo docente da UNIFAP e à sua passagem tanto pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Catarina, para a realização do mestrado, quanto pelo Instituto de Economia, da UNICAMP, para a realização do doutorado. Ele culmina com a tese, defendida em 2002. Aí se abrem as portas para as publicações – que se expandem cada vez mais. Já na presente década, em 2013, Jadson Porto passaria pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Regional de Blumenau, para, sob minha supervisão, realizar bem-sucedido estágio de pós-doutoramento – aliás, não o único.

O último momento é dedicado à parte de sua trajetória que se vincula à sua condição de docente da UNIFAP. São 25 anos de dedicação, interrompidos apenas por períodos de qualificação.

Aí se incluem sua atuação como docente e pesquisador, como orientador e autor, como representante em comissões (internas e externas) e como interlocutor junto a parceiros da UNIFAP no Brasil (como a FURB, onde atuo) e no exterior, entre inúmeras outras funções e atividades. O que, porém, destacaria, até por ser de meu domínio, é sua incansável dedicação à construção do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, na Universidade Federal do Amapá, criado em 2006.

É este importante registro, pois, que se poderá conhecer nas páginas a seguir. Ele revela a entrega, sem limites (embora não uma entrega sem critérios e/ou sem rumos) de Jadson Porto a cada uma das importantes causas que têm abraçado. E olha que não têm sido poucas!

Ao ler o texto do começo ao fim, nota-se que a curiosidade inicialmente identificada tem permanecido. Está, sem lugar a dúvidas, presente em todos os momentos da importante trajetória de nosso importante personagem. Contudo, ela vem temperada pelo conhecimento científico crítico e pela experiência acumulada. Certo: não se devem desconsiderar nem equívocos nem tropeções, já que a vida – felizmente – também é marcada por contingências.

Jadson Porto, porém, enfrentou suas limitações com rara bravura, com crescente discernimento, com o auxílio de colegas generosos e com a forte disposição de corrigir rumos quando isso se lhe mostrou necessário. Essa entrega permitiu que participasse ativamente da edificação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, no qual atua, assim também da edificação da

Universidade Federal do Amapá e, na pós-graduação brasileira, da edificação da subárea de “desenvolvimento regional” no campo do Planejamento Urbano e Regional.

“Entre o tempo e o limite, entre andanças e descobrimentos”, de autoria de meu amigo Prof. Dr. Jadson Luis Rebelo Porto, Professor Titular, da Universidade Federal do Amapá, feliz resultado de um processo de promoção numa tal carreira de magistério superior, propicia uma leitura agradável de um registro importante, de uma importante trajetória, de um personagem indubitavelmente importante.

Blumenau/SC, primavera de 2019

Ivo Marcos Theis

Pesquisador Nível 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

Universidade Regional de Blumenau-FURB

## PREFÁCIO

“Entre o tempo e o limite, entre andanças e descobrimentos”, fala da vida acadêmica de Jadson Luís Rebelo Porto, geógrafo e Professor Titular da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Aborda sua vida em uma linha de tempo, dos limites impostos por esse tempo para sua vida acadêmica, da ultrapassagem desses limites, dos seus desafios e também de suas várias trilhas geográficas que possibilitaram velhos e novos descobrimentos. Trata-se de um memorial acadêmico, com relato de sua trajetória intelectual e que demonstra não apenas sua contribuição em nível institucional, como também no plano do conhecimento científico de um modo geral.

Inicia com um capítulo que intitula “Em um tempo onde o tempo não era preocupação”. Conforme fala o próprio autor, apresenta-se nesse capítulo, de forma resumida, a trajetória de um pequeno geógrafo que não sabia o que era ainda ser geógrafo. Nele é a trajetória de vida não acadêmica que nos é apresentada. Esta etapa se inicia desde sua infância e se encerra com o marco de sua aprovação no vestibular em Geografia na Universidade Federal do Pará (UFPA), no ano de 1986.

Define esse primeiro momento como sendo aquele das descobertas sem muito compromisso com o tempo cronológico e sem preocupação científica, posto que se tratava de experiências pautadas nas curiosidades e em suas aventuras de criança e de adolescente. A descoberta das paisagens nesse momento é notadamente pautada na contemplação.

A esse capítulo do memorial, segue-se outro intitulado “Em um tempo onde o limite começa a ser alcançado pelas andanças”. Nele fala-se da experiência do autor a partir do ingresso na universidade e de sua experiência inicial como professor e pesquisador aprendiz. Não é mais somente a contemplação que a partir desse momento marcam as descobertas, mas também as constatações e comprovações científicas. Para além das viagens do passado, que se mantêm e se diversificam, outras viagens são experienciadas, aquelas dos livros, as com seus alunos dentro e fora de sala de aula e suas experiências iniciais de pesquisa. Nesse momento se intensifica o tempo e se amplia o seu espaço e os limites de vivência e de conhecimento, agora, sem dúvida nenhuma, mais qualificados.

A terceira parte do memorial nomeada de “Em um tempo onde as descobertas pelas andanças buscam seus limites”, Jadson Porto expõe sua trajetória já como professor efetivo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Traduz esse momento com três palavras-chave: inquietações, angústias e descobertas. Nesse momento de sua trajetória começam suas preocupações para entender o Estado do Amapá, assim como as limitações para se fazer ciência na Amazônia em um

Estado recém instituído. Também nesse momento ampliam-se os seus espaços e os seus limites, especialmente a partir de sua experiência no ensino de graduação e na sua formação em nível de pós-graduação.

Sua formação pós-graduada é mostrada no sub-capítulo “Tempos e descobertas pela pós-graduação *stricto sensu*: gêneses de inquietações para um Estado em construção”. Narra aí sua trajetória como mestrando e doutorando, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), respectivamente. É nesse momento que começa de fato a pensar o Estado do Amapá, pesquisando a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), a origem e as evoluções dos territórios federais no Brasil; as expectativas da estadualização amapaense; as transformações e dinâmicas territoriais do Estado do Amapá nos últimos tempos.

Em ou outro sub-capítulo, que nomeia “Tempos e descobertas para um limite ilimitado: angústias investigativas para um Estado em Construção”, aborda sua vida acadêmica e profissional já como doutor, quando então suas pesquisas e produções se tornam mais regulares e se intensificam, assim como suas parcerias nacionais e internacionais.

Por fim, na quarta parte do memorial, chamada “Entre tempos, descobertas e construções investigativas institucionais”, o autor fala de suas contribuições para a ciência, relatando os resultados de seus projetos de pesquisa individuais ou em parceria acadêmica. Desdobra seu relato em três sub-capítulos: a) “tempos e investigações institucionais: orientações, projetos e qualificações na geração do conhecimento”; b) “tempos de construções para novos tempos de investigações”; c) “o tempo não para, as andanças continuam e os descobrimentos emergem”.

Reúne, assim, nesse memorial, elementos e fragmentos de uma rica trajetória que soma vinte e cinco anos como docente da UNIFAP e inclui formação em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela UFPA, mestrado em Geografia pela UFSC, doutorado em Economia pela Unicamp, e duas experiências de estágio de pós-doutorado, uma na Universidade de Blumenau (SC) e outra na Universidade de Coimbra, em Portugal.

Inclui também o desenvolvimento de onze projetos de pesquisa, um projeto de extensão, três orientações de Trabalhos e Conclusão de Curso (TCCs), das Iniciações Científicas (ICs), onze orientações de mestrado concluídas, uma co-orientação de doutorado, e uma supervisão de pós-doutorado, quinze livros publicados e/ou organizados, vinte e nove artigos publicados em periódicos, vinte e seis capítulos de livros e cinco prêmios e títulos, além de atuação como membro de corpos editoriais, de comitês de assessoramento e de bancas diversas.

Trata-se, portanto, de trajetória bastante dedicada à ciência e às atividades acadêmicas que são feitas especialmente a partir de uma universidade pública da Amazônia brasileira, com todas as dificuldades que essas circunstâncias e condições podem possibilitar. Daí seu mérito, seja com professor/orientador, seja como pesquisador, seja, ainda, como gestor.

Na sua trajetória de produção científica destaca-se o Amapá como referência empírica de estudo, tendo apresentado uma relevante contribuição para o entendimento da Geografia, da Economia e da Política desse particular Estado da federação brasileira, principalmente por se tratar de um tema pouco comum a despertar preocupação científica, uma vez que é mais recorrente se estudar a formação de regiões e de municípios que propriamente de estados da federação.

Também é importante sublinhar na trajetória do Professor Jadson Porto, além da contribuição para o ensino e a pesquisa, os profissionais que ajudou a formar na UNIFAP em nível de graduação e de pós-graduação, a construção e a instalação de cursos e programas de pós-graduações, de observatório de pesquisa, de redes de pesquisa e de importantes parcerias acadêmicas; assim como sua participação na gestão institucional como coordenador acadêmico de cursos de graduação e de pós-graduação, na Pró-Reitoria de pesquisa e na Fundação de Pesquisa do Estado do Amapá.

A promoção a Professor Titular exige o desenvolvimento de frentes em vários sentidos: no ensino, na pesquisa, na orientação e na gestão acadêmica. Em todas essas frentes, o professor Jadson Porto atuou. Dessa forma, é destacável sua contribuição naquilo que de fato se espera de um professor do ensino superior com formação completa e com regular produção e publicação acadêmicas, o que o fez ser merecedor da promoção a Professor Titular da Universidade Federal do Amapá, promoção essa para a qual este memorial foi apresentado como requisito formal de avaliação e que agora é transformado em livro para ser apreciado pela comunidade acadêmica em particular, e pelo grande público em geral, como uma forma de (re)conhecimento de seu esforço e de seu trabalho sobre a região amazônica no âmbito acadêmico.

Belém, 11 de dezembro de 2019.

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Geógrafo e Bacharel em Direito, Doutor em Geografia Humana

Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará

Pesquisador Nível 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>PARTE I – EM UM TEMPO ONDE O TEMPO NÃO ERA PREOCUPAÇÃO</b>	17
<b>PARTE II – EM UM TEMPO ONDE O LIMITE COMEÇA A SER ALCANÇADO PELAS ANDANÇAS</b>	25
<b>PARTE III – EM UM TEMPO ONDE AS DESCOBERTAS PELAS ANDANÇAS BUSCAM SEUS LIMITES</b>	32
TEMPOS E DESCOBERTAS PELA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> : GÊNESES DE INQUIETAÇÕES INVESTIGATIVAS PARA UM ESTADO EM CONSTRUÇÃO	34
TEMPOS E DESCOBERTAS PARA UM LIMITE ILIMITADO: ANGÚSTIAS INVESTIGATIVAS PARA UM ESTADO EM CONSTRUÇÃO	42
<b>PARTE IV – ENTRE TEMPOS, DESCOBERTAS E CONSTRUÇÕES INVESTIGATIVAS INSTITUCIONAIS</b>	93
TEMPOS E INVESTIGAÇÕES INSTITUCIONAIS: ORIENTAÇÕES, PROJETOS E QUALIFICAÇÕES NA GERAÇÃO DO CONHECIMENTO	94
TEMPOS DE CONSTRUÇÕES PARA NOVOS TEMPOS DE INVESTIGAÇÕES	110
O TEMPO NÃO PÁRA, AS ANDANÇAS CONTINUAM E OS DESCOBRIMENTOS EMERGEM	114

## INTRODUÇÃO

Quando o Amapá completou 50 anos de ente federativo, participei do processo seletivo para professor permanente na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). 25 anos depois, quando o ex-Território Federal do Amapá completa 75 anos; o Estado do Amapá, 30; a cidade de Macapá, 260; a Região Metropolitana Amapaense, 15; 28 anos de criação da UNIFAP e; 10 anos após a defesa de meu primeiro orientando de mestrado em Desenvolvimento Regional, Charles Chelala, inicio a construção deste Memorial.

A apresentação deste Memorial também ocorre em um ano comemorativo para a cidade de Macapá: 75 anos de Macapá como capital do ex-Território e atual Estado do Amapá. Quanto a mim, completo 25 anos como docente de ensino superior na UNIFAP. Este Memorial foi submetido para avaliação de desempenho acadêmico, a fim de se alcançar o cargo de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior nesta instituição de ensino superior.

Tive a honra e a oportunidade de chegar ao Estado do Amapá em um período de intensas transformações territoriais, econômicas, urbanas, urbano-metropolitana de sua capital, como também participar do primeiro concurso para professor efetivo da UNIFAP, em dezembro de 1993, assumindo em fevereiro de 1994, juntamente com mais 90 docentes à época.

Desde então, minhas pesquisas foram assentadas em entender uma questão orientadora: O que é o Amapá? Com isso, perceber que efetivamente temos vários “*Amapás*”. Sob esta orientação, tive a oportunidade de executar uma série de investigações sobre este Estado e construir uma rede de pesquisa para entender este espaço, este território nos mais variados aspectos, sendo o Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (OBFRON) e o Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) os mais relevantes.

Tive a oportunidade de contribuir na construção da UNIFAP como gestor. Fui Coordenador do Curso de Geografia; Diretor do Departamento de Pesquisa por duas vezes; Membro do Conselho Universitário, também por duas vezes; Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação e; Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Regional por duas vezes. Como também, participei de várias comissões internas destinadas ao desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação. Isso me permitiu a adquirir uma experiência sobre as políticas e as dinâmicas da ciência e tecnologia do/no Estado do Amapá. Esta experiência serviu de base para que meu nome fosse indicado e aceito pelo Governado do Estado do Amapá, Camilo Capiberibe, a assumir a presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá (Àquela época, conhecida como Fundação Tumucumaque. Hoje é identificada por FAPEAP) no período de 2010-2011.

A escolha do desenrolar o fio do novelo deste memorial a partir do “tempo”, do “limite”, das “andanças” e dos “descobrimientos”, ajudam a me inserir em um contexto histórico e a entender o meu tempo; cujos limites foram ampliados pelas andanças e me proporcionaram descobertas para além de meu lugar de nascença e dos diversos locais por onde passei e por onde estudei. Ou seja, sou resultado desses “tempos”, “limites”, “andanças” e “descobrimientos”.

A construção deste Memorial está composta em quatro partes. Ei-las:

A primeira intitula-se “*Em um tempo onde o tempo não era preocupação*”, apresenta minha trajetória em um período quando as descobertas conseguidas até então eram feitas sem a preocupação científica, mas da curiosidade, da aventura; quando via diversas paisagens, mas sem a intenção de explicá-las; quando a curiosidade começou a me provocar perguntas. Apresenta-se aqui, resumidamente, a minha trajetória de um pequeno geógrafo que não sabia o que era sê-lo. Esta etapa encerra com o marco de minha aprovação no vestibular em Geografia na Universidade Federal do Pará.

A segunda, “*Em um tempo onde o limite começa a ser alcançado pelas andanças*”, aduz sobre a minha experiência enquanto universitário até a minha aprovação no concurso para docente de ensino superior na UNIFAP. Neste período, aprendi que as viagens nos fazem expandir nossos horizontes; os livros nos estimulam a ampliar os ângulos de visões de nossos horizontes; a prática do ensino nos mostra que somos constantes aprendizes dos horizontes que vemos, pois aprendemos quando ensinamos. Enquanto universitário, ampliaram-se meus limites com as minhas leituras, porque mudaram as minhas leituras. Ampliaram-se os meus tempos, porque comecei a aprender a qualificar o uso de meus tempos. Como professor iniciante, aprendi que tenho que ter um tempo para aprender, um para refletir, e um para ensinar. Agora, o limite sou eu quem devo perceber. E ao mudar as minhas percepções a partir das minhas leituras e andanças, próprias de um geógrafo, mudam-se e expandem-se meus limites.

A terceira, “*Em um tempo onde as descobertas pelas andanças buscam seus limites*”, expõe a minha trajetória após a minha aprovação e a contratação de professor efetivo UNIFAP. Aqui, as inquietações passam para angústias investigativas. *Inquietações* porque muito ainda há para se pesquisar sobre o Amapá. *Angústias*, porque as limitações de toda ordem para se fazer ciência no Amapá, na Amazônia, são cada vez mais evidenciadas e; porque se busca entender a construção de um Estado em construção. As andanças expandiram os espaços para percorrer e os limites se ampliaram pelas reflexões inerentes do ensino de graduação no superior e na pós-graduação.

Para a construção desta parte do Memorial, duas subpartes são apresentadas: Na intitulada “*Tempos e descobertas pela pós-graduação stricto sensu: Gênese de inquietações para um Estado em construção*” exponho a minha trajetória enquanto mestrando e doutorando. Meu preparatório intelectual no Mestrado em Geografia, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e no



Doutorado em Economia, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Neste momento, inicio discussões sobre: a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS); a origem e as evoluções dos Territórios Federais no Brasil; as expectativas da estadualização amapaense e; as transformações e dinâmicas territoriais do Estado do Amapá. Na sub-parte “*Tempos e descobertas para um limite ilimitado: Angústias investigativas para um Estado em Construção*”, as reflexões tecidas iniciam após a minha defesa doutoral que começaram a se construir com o meu retorno para a UNIFAP em 2003. Minhas pesquisas fluíram com maior intensidade, minhas provocações investigativas tornaram-se mais frequentes e minhas elucubrações começaram a ter uma abrangência internacional.

A quarta, *Entre tempos, descobertas e construções investigativas institucionais*, relato os resultados dos projetos por mim coordenados e a minha contribuição naqueles que atuei como colaborador. Nesta parte do Memorial, há três sub-partes: Na primeira intitula-se *Tempos e investigações institucionais: Orientações, projetos e qualificações na geração do conhecimento*, apresento a minha construção intelectual após a minha aprovação como docente na UNIFAP; minha preparação enquanto mestrando e doutorando; após o meu retorno com os cursos de pós-graduação *stricto sensu* concluídos e; os resultados dos projetos aprovados em publicações de trabalhos completos em anais em eventos nacionais e internacionais, periódicos, capítulos de livros e em livros. Pretende-se aqui, identificar as fases de minhas produções intelectuais dentro dos contextos que participava, seja como pós-graduando, seja como coordenador ou colaborador de projetos. Na segunda, *Tempos de construções para novos tempos de investigações*, exponho a minha contribuição para o avanço das pesquisas, nas construções de novos tempos de investigações enquanto exerci cargos administrativos na UNIFAP e na presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá. Na terceira, *O tempo não pára, as andanças continuam e os descobrimentos emergem*, relato outras atividades que vão para além nas minhas atividades de pesquisa e que foram implementadas ou envolvidas pela UNIFAP. Uma diz respeito ao curso de extensão intitulado *Arco e flecha no meio do mundo*, outra relaciona-se à minha indicação para integrar-me à Academia de Letras José de Alencar (Curitiba – Paraná) e a classificação de duas poesias classificadas em um concurso nacional em 2017 e em 2019: Concurso Nacional Sarau Brasil e Concurso Nacional Novos Poetas.

## **PARTE I – EM UM TEMPO ONDE O TEMPO NÃO ERA PREOCUPAÇÃO**

## **O tempo do tempo sem tempo**

*O tempo entendeu que o tempo não teria tempo nem tempo para o tempo.  
Então, o tempo percebeu que se não tivesse tempo para o tempo, não teria tempo para entender o  
que o tempo queria.*

*Entendendo o que o tempo quis, percebeu que o tempo passou, mas outro tempo vem chegando.  
Agora, o tempo terá que ter tempo para o tempo que chega, sem perder o tempo que passa e sem  
esperar pelo tempo que chega.*

*O tempo passou! E não esperou o tempo chegar enquanto o outro passava. Não tinha tempo a  
perder.*

*O tempo que chegava, tinha pressa. Não queria esperar o outro que vinha.  
Neste momento, Janus se alegra. Ora olhando para o passado e ao mesmo tempo para o futuro,  
observa como o tempo é passageiro, ou lento!  
Depende de quem vê o tempo passar.*

*Jadson Porto, Macapá, 10/01/2015*

Resgatar parte de minhas memórias de um tempo, onde o tempo não era a minha preocupação, é um exercício de encontrar tempo para escrever sobre aquele tempo.

Sou o segundo filho e neto. Meu irmão, Jorge Ivan Rebelo Porto, e eu nascemos em Santarém, no Estado do Pará, município localizado na confluência do rio Tapajós com o rio Amazonas. Somos netos de agricultores (Moisés Domingos Rebelo e Maria do Socorro Pereira Rebelo, *in memoriam*) ambos de origem ribeirinha da região do Tapará. Nosso avô era membro da Primeira Igreja Batista de Santarém, atuou em diversas frentes de trabalho, incluindo evangelização. Nossa mãe (Eunice Rebelo Porto) é formada em Contabilidade e nosso pai (Luís Ivan da Costa Porto) era servidor público do Ministério do Trabalho. Temos dois tios (Eudo Pereira Rebelo e Enos Pereira Rebelo) que ainda atuam como agricultores em Santarém.

Nasci em 1967, em um período em que mudanças iniciaram a aparecer pela rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) e seus impactos na cidade, principalmente no interior, como também da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Curuá-Una<sup>1</sup>. Meus avós moravam em uma estrada vicinal desta rodovia, a 20 km da cidade, em uma comunidade chamada São José.

Ainda crianças, meu irmão e eu, com 4 meses de idade, acompanhamos nossos pais na mudança para Belém, capital do Estado do Pará. Nas férias escolares, íamos de barco à casa de nossos avós. Ali meu avô fez inicialmente uma pequena casa de madeira e cobertura de palha; não havia energia elétrica e o banho era de cuia no poço; usávamos lamparina à noite. Comia o que meu avô plantava, criava ou caçava.

Minha avó me ajudou muito na alfabetização, como também de várias crianças da comunidade. Acompanhava meu avô nas atividades da roça. Viajava nas estórias do tio Enos (e com a escuridão noturna, as estórias eram mais vivas). Bagunçava no trabalho do meu tio Eudo.

Não fui um garoto ribeirinho, mas tomei muito banho no rio Tapajós, no Igarapé do Irurá. O rio Tapajós e os igarapés santarenos eram nosso lazer. Nasci na cidade. Àquela época, Santarém já havia alcançado 100 mil habitantes. A sua articulação com o exterior sempre foi pelo e através do rio Amazonas. Após o final da década de 1970, a Rodovia Cuiabá-Santarém tornou-se alternativa de acesso à cidade, estimulando-a a crescer acompanhando esta nova via de comunicação.

Na década de 1970, a cidade de Belém estava também em processo de transformação e expansão urbana, a caminho de sua metropolização<sup>2</sup>. Estudei na Escola Estadual Barão do Rio

---

<sup>1</sup> A UHE de Curuá-Una situa-se a 70 km ao sul da cidade de Santarém, no rio Curuá-Una, afluente da margem direita do rio Amazonas. Foi a primeira usina construída na Amazônia.

<sup>2</sup> Sobre o assunto, vide: TRINDADE JR., S-C. C. *Formação metropolitana de Belém* (1960-1997). Belém: Paka-Tatu, 2016. 392p. TRINDADE JR., S-C. C. Belém: forma metropolitana e cotidianidade na Amazônia brasileira. *Humanitas* (Belém), Belém, v. 15, n. 2, p. 143-158, 1999. TRINDADE JR., S-C. C. Faces da urbanização na fronteira: a dinâmica metropolitana de Belém no contexto da urbanização amazônica. *Experimental*, São Paulo, v. 4/5, n. 1, p. 71-90, 1998.

Branco, localizado próximo à Basílica de Nazaré, e na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. Freitas, localizado na Av. Generalíssimo Deodoro. Nelas cursei minhas séries iniciais.

Minha mãe trabalhava no escritório das Empresas do Grupo Jari, de Daniel Keith Ludwig. Em 1976, ela foi transferida para trabalhar na Mineração Santa Mônica, também integrante do grupo Jari, em Belo Horizonte. Naquele ano o meu pai veio a falecer em um acidente automobilístico. Assim ela assumiu toda a responsabilidade de cuidar de duas crianças, em uma cidade em que não conhecia a ninguém e sem familiares próximos.

Moramos em Belo Horizonte até início 1978. Nesse período, minha mãe ensinou a mim e ao meu irmão que um deveria cuidar do outro, ou seja, um por todos por um. Neste momento aprendi que eu não precisava de heróis, pois tinha dois deles morando em nossa casa: Minha mãe e meu irmão.

Foi um período em que eu tive os primeiros acessos aos estudos da história e da geografia brasileira, pois viajávamos de ônibus entre Belém-Belo Horizonte, Belo Horizonte-São Paulo; Belo Horizonte e as cidades históricas de Ouro-Preto, Sabará, Barão de Cocais. Neste período fui apresentado a museus históricos dessas cidades históricas mineiras e ao Museu Ipiranga, em São Paulo.

Ainda não me preocupava com o tempo, mas as descobertas começavam a brotar, principalmente às descobertas referentes ao tempo histórico nacional. As paisagens eram outras, as histórias também. Não via florestas e nem rios imensos. Via novas dinâmicas geográficas, embora não sabia o que isso significava à época. Novas palavras foram se inserindo no meu vocabulário, as expressões amazônicas não faziam sentido nenhum por onde passava. Minha mãe, então, me estimulou a ler. Leituras essas me incentivaram ir para além daquelas indicadas na escola. Conheci Monteiro Lobato, Cecília Meireles.

Na capital mineira estudei na Escola Estadual Tito Fulgêncio as 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> séries. Aprendi a andar de ônibus urbano. Minha mãe nos deixava na escola e meu irmão e eu voltávamos de ônibus. Eventualmente, por puro deleite, voltávamos andando para casa, cerca de 3 km. A aventura era a descoberta. A descoberta era a aventura. Hoje, eu continuo andando pelas cidades e pelas ruas, ainda sem me preocupar com o tempo, mas busco novas as descobertas.

Em 1978, minha mãe foi transferida para o Rio de Janeiro, ainda a serviço da Mineração Santa Mônica. Moramos por 15 dias em um hotel do Rio de Janeiro, esperando a moradia ficar pronta em Niterói e a nossa mudança chegar. Enquanto estávamos no Rio de Janeiro, minha mãe nos ensinou como chegar à escola, Colégio Brasil (este foi desativado em 1985). Pegávamos a balsa, depois ônibus e a nossa secretária do lar nos acompanhava até a escola e esperava-nos até as aulas acabarem para voltar conosco.

Conseguimos um apartamento próximo ao Colégio. Meu irmão e eu íamos caminhando com os nossos amigos. Descobri um novo mundo: a música. No Colégio, participávamos da banda marcial e concorriamos com outras unidades de educação de Niterói durante o período da Semana da Pátria, cujo principal adversário nosso era a Banda do Colégio Plínio Leite.

Nos finais de semana íamos à praia. À época, Itacoatiara, Piratiniga, Itaipú eram praias pouco povoadas, mas muito acessadas. Icaraí já apresentava um processo de urbanização intenso. Cidade e praia convivendo um processo de ocupação gradativamente mais intenso e com menos espaços límpidos de lazer. Quando íamos à praia, as restrições diziam respeito às condições naturais daquele ambiente, hoje elas devem estar aptas para o lazer. O lixo é uma constante nas areias e os esgotos na água.

Nos feriados, íamos descobrir outros territórios. Fomos a Petrópolis, Teresópolis, Cabo Frio, Saquarema. As novas partes da história e da geografia nacional integravam meu tempo de descobertas, mas ainda sem me preocupar com minhas descobertas pelo tempo.

Nas férias, voltávamos a Santarém. Neste momento, mudam-se as vias de transporte. Não íamos mais de ônibus e nem de barco. O avião começa a integrar a minha rotina de deslocamento nas férias escolares. Minha mãe fazia um grande esforço para que meu irmão e eu não perdêssemos nossos vínculos familiares. Viajávamos sob a responsabilidade da empresa aérea, como menores desacompanhados e nossos tios nos apanhavam no aeroporto. Descobri outra faceta da geografia e da tecnologia, mas não me preocupava com as suas avaliações e reflexões: a compressão do espaço tempo<sup>3</sup>. Ficava (como fico até hoje) fascinado com a possibilidade de em algumas horas estar em outra parte do país, depois de entrar numa caixa fechada; sem a possibilidade de sentir a brisa no rosto (na época os ônibus não usavam ar condicionados), principalmente quando atravessava uma nuvem.

Quando nos mudamos para Niterói, estava na 5ª série e o assunto trabalhado nas aulas de geografia era a geografia física. Relevo, rios, nuvens... Minhas viagens começaram a fazer sentido. Com as viagens feitas de barco, conheci muitos rios amazônicos; naquelas percorridas de ônibus e as de automóvel dirigido pela minha mãe, vislumbrei muitas e diferentes paisagens naturais, artificializadas, tecnificadas... Nas de avião, identificava as nuvens, mas não sentia a brisa...

Quando chegava a Santarém, meu avô e meus tios ensinavam a não me perder na floresta. Aprendi a me guiar pelo Sol, pelo vento e pelas nuvens. Aprendi a perceber as mudanças das temperaturas para identificar a chegada da chuva. Tais aprendizados me ajudaram quando exerci atividades de pesquisa em biogeografia (Durante meus estágios na Reserva Ecológica do IBGE, em

---

<sup>3</sup> HARVEY, David. A compressão do tempo-espaço e a condição pós-moderna. In: \_\_\_\_\_. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989. Cap. 17, p. 257-276.

Brasília) no final da década de 1980; em espeleologia (entre 1988-2010) e; a ganhar muitas apostas com minha esposa e filhos se vai chover ou não, até hoje...

Em 1980, mudamos novamente. Minha mãe foi novamente transferida. Fomos morar em Monte Dourado, distrito do Município de Almerim (Pará), às margens do rio Jari, limite entre o Estado do Pará e o então Território Federal do Amapá (hoje Estado). Minha mãe foi trabalhar na empresa Caulim da Amazônia (CADAM), integrante do então Projeto Jari. Nesta época pertencente ao norte americano Daniel Keith Ludwig.

Voltamos à Amazônia, à beira do rio, mas não éramos ribeirinhos. Contudo, foi o retorno a uma Amazônia modificada por um grande projeto, de capital internacional. Ali as descobertas não foram sobre um espaço amazônico com a floresta modificada, nem a existência de uma *company town*<sup>4</sup>. Ainda não me preocupava em entender isso. Descobri outros idiomas.

Conheci norte americanos, alemães, cujos filhos brincavam comigo e me ensinaram as primeiras palavras em inglês. Conheci chilenos (Carmen Glória Brevis, Gregório Brevis, Marcelo Saavedra, Roxana Sepúlveda), que me ensinaram outras palavras em espanhol. Minha primeira professora particular de inglês, D. Oclídia da Silva, havia recém chegado da África do Sul, e ensaiava algumas frases quando brincava com o seus filhos gêmeos (Rubens e Ricardo).

Voltei a navegar pelos rios amazônicos. Viajamos entre Monte Dourado-Belém, percorrendo a jusante do rio Jari até o rio Amazonas e depois à capital paraense. Contudo, o trecho em direção à jusante do rio Jari era algo no mínimo impressionante. A beleza paisagística do rio até chegar à Cachoeira de Santo Antônio, formada por processos vulcânicos, com 30 metros de altura, a 110 km da foz do Jari Além de percorrer por comunidades ribeirinhas estabelecidas na exploração da castanha do Brasil, encontramos um cemitério à sua margem direita, com uma cruz, cujas dimensões são de 3 m de altura e 2 de largura, ostentando uma suástica, indicando a passagem de um geólogo alemão Joseph Greiner, ali sepultado em 1936<sup>5</sup>. A geografia física e a história já me acompanhavam, mas não as percebia como ciências. Eram curiosidades.

A escola de Monte Dourado era dividida em duas partes: a escola para brasileiros e a escola internacional (nesta, as aulas eram efetuadas em inglês). Estudei na de brasileiros, mas conhecia a

---

<sup>4</sup> Os professores Saint-Clair Trindade Jr e Gilberto de Miranda Rocha (UFPA), investigaram algumas das cidades-empresa na Amazônia e publicaram uma das poucas obras sobre o assunto (TRINDADE JR., S-C. C.; ROCHA, Gilberto de Miranda. *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002). O primeiro autor, em seu memorial indica este modelo com a expressão de “ ‘cidade na floresta’, artificializadas e pouco integradas à história e à geografia locais (...)” (TRINDADE JR., S-C. C.. ‘Sonhos de rio’: Memorial acadêmico e percursos geográficos de uma trajetória intelectual na Amazônia, Belém: NAEA, 2016.). Sobre o assunto vide também: TRINDADE JR., S-C. C. Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 51, p. 113-137, n. 2010.

<sup>5</sup> Sobre o assunto, vide: LINS, C. *Jari: 70 anos de história*. Rio de Janeiro: Dataforma, 1991; PINTO, L. F. *Toda verdade sobre o Jari*. São Paulo: Record, 1987.

todos os alunos da outra. Na escola de Monte Dourado conheci aquela que foi a minha inspiração para estudar Geografia, Prof. Dilma Antunes. Ela foi a minha professora até a 8ª série.

Em 1982, meu irmão foi morar em Belém, para dar continuidade aos seus estudos em Biomedicina e dividiu moradia com Hilcias Adachi Araújo, estudante de medicina. Quanto a mim, continuei em Monte Dourado até 1983, quando fui morar com meu irmão. Retornei à Belém como uma metrópole já estabelecida. Nossa mãe continuava a trabalhar em Monte Dourado, oportunizando condições para avançarmos em nossos estudos. Quando possível, meu irmão e eu íamos acampar no interior paraense. Assim eu conheci Bragança, Colares, Marapanim, Marudá, Salinas, Soure, Salvaterra. Chegamos ir até à São Luís, capital do Estado do Maranhão. Mas nas férias, o retorno destinava-se a Monte Dourado.

Estudei no Colégio Moderno o meu 2º grau (Hoje conhecido como “ensino médio”). Lá fui aluno do professor de Geografia Benedito Monteiro. Eu fui o único do Colégio Moderno a fazer o vestibular para Geografia no final de 1985. O professor Benedito era docente também do Colégio Nazaré e ele sempre me avisava de um aluno deste colégio muito estudioso em Geografia e que se eu não me esforçasse eu não conseguiria a vaga no curso. Além do vestibular em Geografia na UFPa, concorri para o curso de Contabilidade para a Faculdade Moderno. Fui aprovado em ambos.

Minha mãe foi a Belém em férias, juntamente com o meu padrasto, Jairo Martins, e minha irmã, Júnia Carolina Rebelo Martins (com 3 anos), e após o resultado divulgado para a Faculdade Moderno, viajamos de carro até São Paulo. Foram 54 horas de viagem. Esta viagem foi diferente das outras que fiz pela rodovia, pois, vinha-me à lembrança todas as aulas ministradas pelo professor Benedito sobre o relevo e vegetação brasileira, a economia de cada espaço que eu percorria. Comecei a perceber a paisagem e a entender a sua dinâmica. Minha irmã ficou encantada com a viagem e para entretê-la, fui explicando a ela o que havia aprendido com a professora Dilma e o professor Benedito. Mas com aquela idade ela não entendia nada, ou seja, era o momento dela em que o tempo não era a sua preocupação.

Uma vez chegado em São Paulo, fomos ao Shopping El Dourado. De lá eu liguei pelo telefone público localizado na entrada de seu supermercado, para Sr. Ubirajara Lessa Tavares e Essy Lessa, amigos de longa data de minha mãe, que juntamente com suas filhas, Márcia e Karla, me ajudaram a construir outra identidade com a Belém Metropolitana a partir do bairro do Telégrafo. A mudança urbana vista por dentro da metrópole a partir das caminhadas até sua casa. Falei com sua filha Karla e ela me avisou que eu havia sido aprovado, também na UFPa. Lembro que havia uma fila com 15 pessoas atrás de mim para também fazerem suas ligações. Fiquei tão contente com a notícia que saí pulando pelo supermercado até chegar à minha mãe e irmã e avisar



da minha aprovação. Em Belém, a família do Sr. Ubirajara Lessa e minha tia Idalina Moreira Ferreira festejavam junto comigo.

Volto à Belém de avião. O tempo já me trazia preocupações, pois tinha de me matricular e estava a mais de 2.000 km de distância. Somente o uso da tecnologia poderia resolver este problema. Naquela época, em 1986, não havia internet. O avião era a solução. Em menos de 36 horas estava na capital paraense me matriculando na UFPa.

As descobertas conseguidas até então eram feitas sem a preocupação científica, mas da curiosidade, da aventura. A curiosidade foi sendo estimulada na medida em que fui aprendendo “ (...) *em que cada instante histórico tem seu tempo e seu espaço e cada espaço tem seu tempo, resultado do encontro dos eixos do tempo histórico e do tempo das coexistências*”<sup>6</sup>. As andanças que executei pelo país, pela Amazônia, acompanhando minha mãe, permitiu-me ver diversas paisagens, mas sem a intenção de explicá-las. Não me preocupava com isso naquele momento. A curiosidade começou a me provocar perguntas. Essas perguntas estimularam descobrir que “*cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes*”<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> SAQUET, M. A. O tempo, o espaço e o território. In: SOUZA, E. B.; SOUZA, A. J. (Orgs.). *Paisagem, território, região: em busca da identidade*. Cascavel/PR: Edunioeste, 2000, p.111.

<sup>7</sup> SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 74.

**PARTE II – EM UM TEMPO ONDE O LIMITE COMEÇA A SER  
ALCANÇADO PELAS ANDANÇAS**

## **NAVEGO!**

*Todo o tempo eu navego!*

*Navego em águas calmas, bem como em águas turbulentas.*

*Nas calmas admiro por onde passo.*

*Nas turbulentas, decifro os seus segredos de seus espaços.*

*Navego em águas lípidas e em águas turvas!*

*Nas lípidas, percebo que o desafio de passar por elas é não ser tentado mergulhar.*

*Nas turvas, pergunto: o que há nelas que não consigo enxergar?*

*Navego nos ares!*

*Navego com as aves, navego por entre as nuvens, sinto o vento em minha face deslizar.*

*Distancio-me e volto!*

*Conheço os ventos e conheço as chuvas.*

*Quanto ao rumo...*

*Vamos navegar?*

*Navego nos sonhos! Mundos a passar e perpassar! Cores se misturam, flores a perfumar.*

*Rostos passam, rostos voltam! Rostos sem rostos ficam a me fitar!*

*Navego sem âncoras e com velas!*

*Assim, eu navego simplesmente por e para navegar.*

*Navego para sentir no rosto a liberdade do ir, do voltar e do continuar!*

Jadson Porto, Macapá, 26/01/2017.  
Poesia classificada no Concurso Nacional Sarau Brasil 2017.

Quando fiz o vestibular no final de 1985, eu concorri para os cursos de Geografia na Universidade Federal do Pará e para Contabilidade, na Faculdade Moderna (Hoje UNAMA). Passei em ambos. Na Geografia em 4º lugar e na Contabilidade em 26º.

Optei em me matricular na Universidade Federal do Pará, pois ali estava o curso que gostaria de seguir em minha profissão: Geografia. No primeiro dia do curso, conheci aquele meu “rival”, o concorrente que o Prof. Benedito Monteiro falava constantemente: Carlos Alexandre Leão Bordalo. Ele ficou em 2º lugar no vestibular em Geografia (Atualmente é professor da UFPa de graduação, mestrado e doutorado em Geografia). A turma de 1986 foi de uma excelente safra, pois dela surgiram excelentes professores de Geografia de ensino superior, orientadores de mestrado e doutorado, com várias publicações sobre o contexto amazônico, avaliadores de programas de pós-graduação, dentre os quais destaco Genylton Odilon Rego da Rocha. Meu grupo de pesquisa e de estudos era composto pelos dois geógrafos acima citados.

No dia de apresentação dos calouros, conheci dois estudantes que viriam a ser geógrafos amazônicos renomados e grandes pensadores das dinâmicas territoriais desta região: Saint-Clair Cordeiro Trindade Jr. e Maria Goretti Tavares.

Meu irmão já cursava biomedicina na UFPa quando entrei na universidade. No segundo semestre de 1986 ele me estimulou a me inscrever nas atividades de iniciação científica da instituição. Foi quando conheci a professora Albertina Fortuna de Oliveira, professora do curso de Geografia e que atuava como pesquisadora no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)<sup>8</sup>.

Fomos Genylton Odilon Rego da Rocha, Carlos Alexandre Leão Bordalo e eu conversar com a professora Albertina e nos pediu que montássemos nossos currículos e entregássemos a ela. Assim o fizemos. A professora levou ao NAEA nossos currículos e em agosto de 1986 começamos a estagiar na instituição como bolsistas de iniciação científica do CNPq. Meu primeiro orientador foi o professor Thomas Mitschein (Doutorado em Sociologia, História da Economia, Ciência Política pela Westfaelische Wilhelmsuniversitaet Muenster, Alemanha.). No biênio 1987-1988, fui orientado pela Maria Jose Oliveira e Silva Jackson Costa (Doutora em Sociologia pela Université de la Sorbonne Nouvelle, França).

Durante as atividades exercidas nos estágios, tive acesso às obras produzidas pelo NAEA frutos das pesquisas de seus investigadores (Edna Castro, Jean Hébette, José Marcelino Monteiro, Tereza Ximenes, Marcos Ximenes), bem como dos resultados do mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES, criado em 1977, ali existente.

---

<sup>8</sup> O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPa). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará. Desde então, tem exercido uma série de ações investigativas sobre os problemas regionais amazônicos, de natureza socioeconômica relacionados com a região. Vide <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/>.

Em 1988, conheci a botânica Roberta Cunha de Mendonça, pesquisadora da Reserva Ecológica (RECOR) do IBGE<sup>9</sup>, localizada em Brasília (DF). Perguntei a ela sobre a possibilidade de estagiar nesta Reserva durante o meu período de férias. Ela levou o meu currículo e fui aceito. Assim nas minhas férias de julho, dezembro, janeiro e fevereiro, deslocava-me a Brasília para executar meu estágio em biogeografia, sob a orientação de Tarciso de Sousa Filgueiras (Doutor em Biologia Vegetal pela UNICAMP). Com este aceite, percorri doze vezes a rodovia Belém-Brasília no biênio 1988-1989 para executar minhas atividades naquela Reserva Ecológica.

Em outubro de 1988 conheci os Doutores Roberto Vizeu Lima Pinheiro (Doutor em Geologia Estrutural, Durham University, Inglaterra), Roberto Moreira(Embrapa) e o Mestre Clóvis Mautity em uma palestra sobre a espeleologia (Ciência que estuda as cavernas) no Estado do Pará. Envolvi-me no Grupo Espeleológico Paraense (GEP) e na Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE). Neste momento conheci então discentes que se tornariam pesquisadores no Estado do Amapá com relevantes envolvimento na ciência deste Estado: Odete Fátima Machado da Silveira, Valdenira Ferreira, Pedro Walfir Souza Filho, Wagner Costa e Márcio Sousa. Percorremos várias cavernas na rodovia Transamazônica durante os feriados prolongados, chegando a registrar 12 cavernas novas na SBE. Exerci várias atividades na espeleologia regional e na SBE, com participação em eventos e apoiados por esta sociedade no projeto vencedor do Prêmio Santander 2005 – Responsabilidade Social e em comissão científica de seu periódico *Informativo SBE* até 2010.

Em 1989, comecei a estagiar no Museu Paraense Emílio Goeldi, como bolsista de iniciação científica do CNPq, sob a orientação da Dr. Lourdes Gonçalves de Fátima Furtado (Doutora em Ciências Sociais, Antropologia Social, pela USP). Meu objeto de pesquisa era sobre a pesca artesanal na região do Salgado Paraense. Como estava no meu último ano cursando Bacharel em Geografia, meu trabalho de conclusão de curso foi sobre o comércio de pescado na feira do Ver-o-Peso, em Belém (PA).

Assim, durante o ano letivo, em Belém atuava como bolsista de iniciação científica do CNPq guardava uma parte da bolsa para poder ir a Brasília a fim de estagiar na RECOR, bem como percorria cavernas no Distrito Federal e em Goiás. Sou muito grato à Maria Jose Oliveira, Silva Jackson Costa, Roberto Vizeu Lima Pinheiro, Lourdes Gonçalves de Fátima Furtado, Roberta Cunha de Mendonça e Tarciso de Souza Filgueiras por terem me estimulado em minha preparação de pesquisador em diversas áreas de conhecimento, a sociologia, a antropologia, geologia, geomorfologia e biogeografia.

---

<sup>9</sup> A Reserva Ecológica do IBGE, criada em 22 de dezembro de 1975, é um importante centro de pesquisas do Bioma Cerrado. Possui uma área de 1.300 hectares, que se localiza a 26 quilômetros ao sul de Brasília. É parte de Proteção Ambiental (APA) Gama-Cabeça-de-Veado e uma das Áreas Núcleo da Reserva de Biosfera do Cerrado, criada pela UNESCO, em 1993 no Distrito Federal. Vide <http://www.recor.org.br/cid360/>.

Meu olhar regional passou a ser para além da cidade e da metrópole em expansão. Retomei minhas viagens pelos rios e pelas rodovias amazônicas, não mais com olhares de morador ou de um estudante de segundo grau que procurava encontrar a paisagem de uma apostila. Agora minhas referências de literaturas eram outras, tais como: teorias geográficas (aprendidas no curso de graduação), teorias sociológicas, econômicas e antropológicas (complementares àquelas indicadas no curso e obrigatórias para os estágios).

Meu tempo agora estava orquestrado entre aulas, trabalhos universitários, atividades nos estágios, trabalhos de campo, participação em eventos (Alguns deles apresentando trabalhos das minhas pesquisas, estimulado pelos meus orientadores). As todas as viagens extrarregionais eram via rodoviária. As regionais eram por rodovia e fluvial. O tempo e o espaço começavam a fazer sentido em minhas andanças.

Andei pela superfície e pelos subterrâneos. O tempo da superfície, com forte influência da luz solar não corresponde ao tempo do subterrâneo cavernícola, aonde a luz não chega. Andávamos na caverna sem o relógio, assim não sabíamos quando era dia ou noite enquanto estávamos no seu interior.

O tempo de viagem fluvial, também é diferente daquelas feitas por rodovia. As paisagens, idem. As minhas viagens deixaram de ser calculadas nas distâncias espaciais, mas em quanto tempo eu levo para me deslocar de um ponto a outro para atender as minhas agendas universitárias.

Quanto às paisagens, que aprendizado alcançado percorrendo ao Brasil após leituras técnicas e científicas da Geografia! Os “*Brasis*”, as “*Amazônias*”, os “*Parás*”, as “*Beléns*” percorridas me mostraram que os “limites” não estão tão distantes como eu imaginava. Percorria vários limites do espaço e não percebia as mudanças por mim percorridas. Mas as via. Ainda não entendia os seus porquês. Continuei com as minhas andanças.

As leituras indicadas pelos professores Thomas Mitschein, Lourdes Gonçalves de Fátima Furtado e Maria Jose Oliveira e Silva Jackson Costa permitiram a questionar as diferenças sociais dos espaços percorridos. As obras indicadas pelo professor Tarciso de Sousa Filgueiras e Roberto Vizeu Lima Pinheiro me ensinaram a entender as dinâmicas das geografia física dos espaços por onde passei. Assim, o diálogo entre as geografias física e humana começaram a me mostrar as influências de uma sobre a outra, bem como as transformações espaciais que executadas.

Foi na universidade que conheci obras de autores que formaram a base teórica e reflexiva de minhas pesquisas, tais como: Milton Santos, Rui Moreira, Roberto Lobato Correia, Carlos Walter Porto Gonçalves, Bertha Becker, Lia Osório, Orlando Valverde, Arthur César Ferreira Reis, Eidorfe Moreira, Edna Castro.

Concluí o curso de Bacharelado em Geografia em 1990. Neste mesmo ano fui trabalhar no Setor de Meio Ambiente do Complexo Industrial do Jari, sob a responsabilidade do Dr. Sérgio

Coutinho. Atuava no levantamento biogeográfico de diversas áreas da empresa, cujas características florísticas expunham que a Amazônia não é tão homogênea como muitos pensam e eventualmente ensinam. Aprendi com *mateiros*<sup>10</sup> a identificar plantas da região, bem como e a executar profissionalmente o que aprendi com o Dr. Tarciso de Souza Filgueiras. Percorri literalmente o território do empreendimento da Jari a pé.

Em 1991, fui transferido para atuar na escola da empresa, a Fundação Educacional da Jari (FEJARI), como professor de Geografia. Ministrei aulas no primeiro grau (hoje conhecido como ensino fundamental) e no supletivo.

Em 1992, retornei à Belém para concluir o curso de Licenciatura em Geografia, finalizando esta etapa de preparo profissional em 1993. Enquanto cursava a licenciatura, ministrei aulas nos Colégios Vera Cruz; Ipiranga; Nazaré e Rego Barros. O ensino médio chegou para mim. O vestibular inseriu-se em meu cotidiano de prática docente.

A experiência em sala de aula me mostrou outro tipo de tempo. O tempo de preparo para ser professor: exigindo ter tempo para leituras mais aprofundadas, traduzí-las para um linguajar mais adequado às séries ministradas; acompanhando as notícias em meio escrito e televisivo; analisando livros didáticos; corrigindo provas no ônibus, na trajetória entre uma escola e outra ou no retorno para casa; conhecer os diversos materiais de ensino de geografia (nesta época, ainda não estava tão difundida as apostilas de redes de ensino grupos educacionais nacionais, embora houvesse alguns casos em execução na capital paraense).

Mostrou-me, também, que eu não deixei de ser estudante, pois embora exercesse minha profissão de professor, ainda era universitário. E tinha de concluir minhas tarefas do curso de licenciatura. Com o acesso a textos mais críticos e reflexivos na universidade, lembrava da música de um conjunto musical do final dos anos 1980, Os Engenheiros do Havaí, quando entoavam o trecho de seu canto “Somos quem podemos ser”: “*Um dia me disseram que as nuvens não eram de algodão...*”.

Mostrar um outro tempo para os alunos era um desafio. O tempo da reflexão. Ir para além do tempo de serem alunos e do tempo de serem estudantes. Estimulá-los a refletir sobre o que aprenderam em sala de aula com o que eles ouviam ou liam nas mídias. Sempre deixava 10 minutos iniciais das aulas para este tipo de diálogo antes de entrarmos no assunto do dia, programado em meus planos de aula. Às vezes eu tinha de acelerar o ritmo das aulas para concluir o conteúdo “oficial” programado, pois o debate tomava proporções bastante provocativos e profundos.

---

<sup>10</sup> Profissional que trabalham com biólogos com conhecimentos práticos da fauna e flora.

Em outubro de 1993, o agora médico oftalmologista Hilkias Adachi Araújo me liga de Macapá às 22:00. Ele me informa da abertura do primeiro edital visando a contratação de professor efetivo na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Inscrevi-me e preparei-me para o concurso.

Conforme identificado no início desta parte do memorial, *o tempo onde o limite começa a ser alcançado pelas andanças*, aprendi que: as viagens nos fazem expandir nossos horizontes; os livros nos estimulam a ampliar os ângulos de visões de nossos horizontes; a prática do ensino nos mostra que somos constantes aprendizes dos horizontes que vemos, dos espaços que percorremos, com as pessoas que conhecemos e com os amigos que fazemos. Aprendemos quando ensinamos.

Continuo andando pelo espaço, pelas cidades, pelas florestas. Ampliaram-se meus limites com as minhas leituras, porque mudaram as minhas leituras. Ampliaram-se os meus tempos, porque comecei a aprender a qualificar o uso de meus tempos (Tento colocar em prática o que aprendi ao ler Eclesiastes 3, versículo 1: “*Para tudo há uma ocasião, e um tempo para cada propósito debaixo do céu*”). Como professor, aprendi que tenho que ter um tempo para aprender, um para refletir, e um para ensinar. Ensinar sem refletir e sem aprender, não ensina. Decora!

Qual é o meu limite agora? O meu limite é entender aquilo que ainda não consigo entender, pois o meu tempo de amadurecimento de aprendizado não me permite entender. O meu limite é perceber que o espaço por onde percorro não é o meu espaço vivido, mas é nele que simples e constantemente passo, às vezes nele descanso. Quanto ao espaço em que vivo, percebi que ele é cada vez mais transitório, e está em constante mutação. Meus limites, também. Por isso, expresso na epígrafe desta seção do Memorial: “O tempo todo navego”. Como também convido outros a navegar.

Nas minhas *andanças* já ultrapassei muitos limites, pois inúmeros espaços vividos eu simplesmente passei. Passar pelos espaços é próprio da humanidade que está em constante movimentação. Entender a dinâmica que esses espaços possuem, é aprender que cada espaço possui sua própria dinamicidade, reflexo de seu próprio tempo. Comecei a aprender que a heterogeneidade é própria da geografia, da sociedade e da vida.

Quais os próximos passos que devo fazer? Depois de tomar consciência que constantemente passamos por espaços, devo entender como este se comporta, explicá-lo, analisá-lo e contribuir de alguma maneira na divulgação dos resultados destas análises. Neste sentido, aprendi que ser professor ajuda em muito nas mudanças e movimentações sociais. Andar pelo espaço fortalece as reflexões sobre ele. Reflexões sobre ele, consolida construções de ideias. Ideias direcionam mudanças de comportamentos.



**PARTE III – EM UM TEMPO ONDE AS DESCOBERTAS PELAS  
ANDANÇAS BUSCAM SEUS LIMITES**

## **Um momento entre irmãos**

Minha irmã perguntou: *Até onde vai o limite do pensamento?*

Respondi: *O limite do pensamento é o pensamento.*

*Não o pensar momento, mas o momento de pensar o pensamento.*

*Se perderes o momento de pensar o pensamento, novos momentos, novos pensamentos aparecerão  
como limites.*

*Sempre nos perdemos em pensamentos, sempre nos perdemos em momentos, mas nunca nos  
limitamos ao momento e nem ao pensamento.*

*Limitar o pensamento é limitar o horizonte.*

*Aproveitar o momento é aproveitar uma parcela do pensamento.*

*Quando o pensamento precede o momento, eventualmente nasce o planejamento.*

*Lembre-se, também que o momento não depende do pensamento.*

*Às vezes, o momento aparece sem o pensamento pensar que aquele era o momento.*

*Como também, o pensamento surge sem o momento perceber que ele chegou. Constantemente  
ambos ocorrem. Simplesmente ocorrem.*

*O momento constantemente é passado, pois este exato momento, não o é mais. Passou.*

*O pensamento tem a capacidade de ir ao passado (quando ele se chama "memória), ou ir ao futuro  
(quando ele se chama "planejamento", "expectativa").*

*Quanto ao pensamento presente, é uma fotografia do agora.*

*Neste momento, o pensamento se confunde com o momento.*

Meu irmão completou: *Mas lembre-se que há o momento e o motivo.*

*Cuidado para não perder um momento por um motivo, pois você poderá ter várias vezes o mesmo  
motivo, mas nunca o mesmo momento...*

*E isso independe da quantidade e do limite do pensamento!*

Minha irmã conclui: *E ultimamente eu muito penso, pouco falo e tento aproveitar o momento.*

Jadson Porto; Júnia Carolina Martins Silva; Jorge Porto, 22/01/2013.

Para mim, o auge para as novas descobertas era ser um docente do ensino superior, onde tempos e andanças, limites e conhecimento estão em constantes e indissociáveis trajetórias para se avançar na ciência. Inscrevi-me para o concurso visando a contratação de professor efetivo na UNIFAP. Nove vagas foram abertas destinadas ao Curso de Geografia, sendo duas para a disciplina que me interessava. Concorri à vaga de Geografia Regional e fiquei em primeiro lugar.

Assumo a vaga de docente em Geografia Regional em fevereiro de 1994. A Universidade era uma instituição recente (inaugurada em 1990) e possuía quatro turmas em andamento em suas disciplinas. A minha contratação visava ministrar aulas de Geografia Regional, Geografia Regional do Brasil, Geografia do Brasil, Geografia da Amazônia e Geografia do Amapá.

Assim, inquietações passam para angústias investigativas. Inquietações porque muito ainda há para se pesquisar sobre o Amapá. Angústias, porque as limitações de toda ordem para se fazer ciência no Amapá, na Amazônia, são cada vez mais evidenciadas. Inicia-se, então a busca para se entender a construção de um Estado em construção.

#### - TEMPOS E DESCOBERTAS PELA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*: GÊNESES DE INQUIETAÇÕES INVESTIGATIVAS PARA UM ESTADO EM CONSTRUÇÃO

Em setembro de 1994, a então Assessora da Reitoria, Eunice Pereira, avisa-me da abertura de seleção de Mestrado em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina. Em novembro participei da seleção, sendo aprovado para ocupar uma das 15 vagas, concorrendo com 184 candidatos do circuito nacional. Seria orientado pelo Dr. Carlos Eugênio Mottana.

O colegiado do Curso de Geografia da UNIFAP aprovou a minha liberação para que eu pudesse frequentar o mestrado. Àquela época, o período de mestrado tinha uma duração de 36 meses. Fui autorizado a me afastar por 24 meses. Assim, em 1995 frequentei as aulas em Santa Catarina; em 1996, assisto as aulas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA)<sup>11</sup>, no Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento (PLADES), a fim de aprofundar minhas leituras

---

11

Retorno ao NAEA sete anos após a conclusão de meu estágio de iniciação científica. Agora como mestrando, minhas leituras e objeto de estudo são outros, mas o contexto territorial continua: a Amazônia. Esta etapa serviu de base para as análises sobre o espaço amapaense, a fim de entender as políticas públicas deste ente federativo dentro do contexto regional, como também frequentar as bibliotecas do NAEA, da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, do IBGE-PA, e do Arquivo Público Paraense. No período em que não havia aulas no NAEA, dirigi-me à Brasília (DF) e frequentava as bibliotecas do Senado, do IBGE, do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, onde pude acessar muito material sobre os Territórios Federais e sobre a base econômica do Estado do Amapá. Agradeço profundamente a Roberta Cunha de Mendonça por todo o suporte a mim cedido nesta fase.

sobre o contexto amazônico; em 1997, retorno a Macapá para assumir minhas atividades em sala de aula, conforme acordo feito com o Colegiado do Curso e; em fevereiro de 1998, defendo minha dissertação de mestrado em Geografia intitulada *As estratégias recentes de desenvolvimento no Amapá: das instalações da ICOMI à implantação da Área de Livre Comércio*.

Nesta dissertação discuto, a partir da construção histórico-geográfica, o que foi indicado como opção para se estabelecer o desenvolvimento do Estado do Amapá: Inicialmente com o processo de exploração mineral e posteriormente na instalação de um regime aduaneiro especial (RAE): a Área de livre comércio. Início meus levantamentos sobre o Território Federal, cujas informações encontravam-se espalhadas nas bibliotecas pelo Brasil, tais como: do Exército, do Senado Federal, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, da Sudam, e da Universidade Federal do Pará e do Centro Cultural Tancredo Neves (CENTUR), em Belém (PA), no setor de obras raras e de jornais das décadas de 1930 e 1940.

Durante o mestrado, tive aulas com Luis Fernando Scheibe (Sobre Geossistemas), Leila Christina Duarte Dias (Quando tive acesso a estudos sobre redes), Roberto Lobato Correia, Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta (Aprofundando leituras sobre o urbano), Armen Mamigonian (Discutindo a dualidade brasileira de Ignácio Rangel e Geografia Econômica). Os assuntos e as literaturas trabalhadas por esses professores foram amplamente aproveitados em minhas disciplinas ministradas no curso de Geografia, na UNIFAP.

Como resultados da dissertação foram publicados artigos em periódicos, anais de eventos e livro, ei-los:

#### **- Periódicos:**

O artigo *O Estado do Amapá: Estratégias de desenvolvimento e perspectivas*<sup>12</sup>, almejou analisar a influência da extração do manganês no Estado do Amapá e seus reflexos configuração espacial amapaense entre 1947-1997. Ou seja, recuperou-se o final do processo de licitação internacional para a exploração manganésifera com o uso de equipamentos de extração intensivo e seus 50 anos da chegada da empresa de exploração do manganês no Estado do Amapá; a diversificação das atividades após a década de 1980; e o primeiro decênio do Amapá Estado, com forte influência da Área de Livre Comércio.

---

<sup>12</sup> PORTO, J. L. R. O Estado do Amapá: Estratégias de desenvolvimento e perspectivas. In: *Jornal Fronteiras*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, ano III, n. 07: 06-08, set. 1999.

## b) Trabalhos completos em anais:

Foram apresentados os seguintes trabalhos em eventos nacionais e internacionais após o meu retorno do mestrado:

No trabalho *As Estratégias recentes de desenvolvimento regional no Amapá*<sup>13</sup>, almejou-se analisar o processo dinamizador das estratégias de “desenvolvimento regional” do Amapá, mediante 3 fases de atuação neste Estado: 1) a atuação da ICOMI no espaço amapaense, principalmente após a sua integração ao Grupo CAEMI (Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração); 2) a implantação do Distrito Industrial de Santana. 3) a execução da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS). Na primeira, percebeu-se que foi fundamental a atuação do Grupo CAEMI para a dinâmica sócio-econômica do ex-Território Federal que, juntamente com o Serviço Público, contribuíram com a organização e uso do solo amapaense. Com a transformação do Território Federal do Amapá em Estado, buscaram-se novas propostas de desenvolvimento regional a esta unidade federativa, a fim de reorganizar a seu espaço, econômica, social e politicamente. Na segunda fase, apesar do Distrito Industrial de Santana se apresentar bastante tímido na realidade econômica estadual, possui uma importância fundamental para a atuação da ALCMS, pois, havia o interesse de diversificar o processo industrial deste Estado para produtos mais sofisticados. A partir implantação deste Regime Aduaneiro Especial, observou-se um considerável fluxo migratório ao Amapá, principalmente para a sua capital, o qual vem ratificando a sua urbanização. Com isso, criava-se a expectativa de uma nova fase histórica, geográfica e política, que estava se manifestando na organização territorial espacial amapaense mediante novas relações espaciais, sociais, trabalhistas, comerciais e políticas se configurava no seu espaço geográfico.

O trabalho intitulado *O Estado do Amapá: Estratégias de Desenvolvimento, Migração e Perspectivas*<sup>14</sup> (1999), foi apresentado no Simpósio Internacional Migração: Nação, Lugar e Território, em São Paulo, almeja analisar a influência da extração do manganês no Amapá e os seus reflexos na configuração espacial amapaense no período de 1947-1997, ou seja, desde como fornecedor de matéria-prima mineral para as indústrias norte-americanas, até aos primeiros anos de execução da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS)<sup>15</sup>. Sob esses dois marcos, são

---

<sup>13</sup> PORTO, J. L. R. As Estratégias recentes de desenvolvimento regional no Amapá. In: Anais do VI Encontro de Geógrafos da América Latina, Buenos Aires (Argentina), 1997. disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/72.pdf>.

<sup>14</sup> PORTO, J. L. R. O Estado do Amapá: Estratégias de Desenvolvimento, Migração e Perspectivas. In: Simpósio Internacional Migração: Nação, Lugar e Território, 1999, São Paulo. *Anais do Simpósio Internacional Migração: Nação, Lugar e Território*. São Paulo: Gráfica Editora Perez LTDA., 1999. v. único. p. 42-43.

<sup>15</sup> A ALCMS foi criada em 1991. Este Regime Aduaneiro Especial representou a possibilidade, da “*abertura de um leque de oportunidades e perspectivas de negócios para a economia do Estado, tendo em vista as vantagens oferecidas pelos incentivos fiscais federais constantes do Decreto n. 517 de 1992 que regulamentou a ALCMS*” (SILVA, G. V.; PORTO, J. L. R. *O comércio internacional do Estado do Amapá: condições, construções e adaptações*. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudantes de Geografia – ENEG. Salvador / BA, 2005. p. 4-5).

registrados consideráveis mudanças no processo produtivo amapaense. A primeira pela participação da exploração mineral com forte influência do capital internacional e a segunda pela atuação de várias empresas comerciais, de origem familiar local, que executam atividades de importação de bens de consumo industrializados apoiados por incentivos fiscais. Passados 10 anos de transformação em Estado, o Amapá pouco tem para comemorar, pois neste período verificou-se: a sua ocupação desordenada, principalmente na sua parte sudeste, correspondente aos municípios de Macapá e Santana, agravando os seus problemas sociais; perdas no seu processo produtivo, principalmente com a saída da ICOMI/CAEMI (principal atividade econômica e fornecedora de recursos) e a limitada participação da ALCMS, em função das cotas de contingenciamento e da crise cambial recente (1999), apesar das fases propostas para o seu desenvolvimento: comércio varejista (em execução), comércio atacadista (em implantação) e industrialização (em perspectiva).

**- Livro:**

Em 1999, lanço o livro *Área de livre comércio: Questões geo-econômicas*, em coautoria com Manuel Costa (então Presidente dos Importadores do Amapá). Nesta obra, analisamos a instalação da ALCMS. Esta obra foi a primeira a discutir sobre este regime aduaneiro especial na Amazônia. Lançamos para discussão três fases que a ALCMS deveria percorrer: a do comércio varejista, a do comércio atacadista e a da industrialização. As duas primeiras já foram implementadas. A última, por mais que não fosse efetivada, foi criada a Zona Franca Verde de Macapá (Lei 11.898, de 08 de janeiro de 2009) e regulamentada somente em 2015 (Decreto 8.597/2015). Com isso, o cenário indicado cerca de 10 anos após o lançamento da obra acima citada, foi confirmado<sup>16</sup>, pelo menos nas intenções de estratégia de desenvolvimento do Estado.

Ao retornar para Macapá, ainda mestrando, assumo o Departamento de Pós-Graduação da UNIFAP em agosto de 1997, (Portaria 131/1997) vinculado à recém-criada Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG) na UNIFAP. Até então, inexistia uma Pró-Reitoria destinada a elaboração e instalação uma política de pesquisa e pós-graduação na universidade. A primeira Pró-Reitora foi a Prof. Maria Clara Teles, a primeira Diretora de Pesquisa foi a Professora

---

<sup>16</sup> Em 2010, meu orientando no Mestrado em Desenvolvimento Regional, o economista Luzimar Rebello Azevedo, defendeu a dissertação intitulada *As Atividades Comerciais no Amapá e a Contribuição ao Desenvolvimento Econômico Regional*. Esta obra analisa a contribuição das atividades comerciais; especificamente os comércios varejista, atacadista e internacional para o desenvolvimento econômico regional, nos estados da região norte, no Amapá, e seus reflexos na fronteira setentrional, percebendo que a localização privilegiada do município de Macapá em uma posição estratégica, por ser ponto de contato entre o Amapá e a Guiana Francesa, entre o Brasil e a França, e, entre os blocos comerciais do MERCOSUL e da União Europeia. Expõe o avanço do comércio atacadista, como parte integrante de uma das fases expostas no livro em coautoria com Manuel Costa.

Walterlina Brasil e eu o primeiro Diretor de Pós-graduação da instituição. Permanecemos até outubro de 1997, quando assumiu o Reitor Pró-Têmpore João Renor Ferreira de Carvalho.

Em 1999 inicio meu Doutorado em Ciência Econômica (Desenvolvimento Econômico), no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob a orientação do Dr. Wilson Cano. Defendi a tese intitulada *Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)* em 2002, de onde foram publicados artigos em anais de eventos, artigos em periódicos, e livro, ei-los:

**- Trabalho completo em anais:**

O trabalho intitulado *A atuação do Estado na consolidação da fronteira econômica da Amazônia setentrional (1943-2000): a experiência amapaense*<sup>17</sup> visou discutir os reflexos dos processos de centralização, descentralização e estadualização na dinâmica econômica do Amapá, a partir da extração de seus recursos naturais. Essa atividade garantiu a implementação de propostas de ocupação de suas terras (oficial ou particular), cujas estratégias atuaram desde na simples exploração de matérias-primas até o seu beneficiamento, destinadas ao mercado externo. Dois momentos são sugeridos para entender a dinâmica geo-econômica amapaense: a) o Amapá-Território (1943-1988) - subdividido em 3 períodos: organização geo-econômica (1943-1957); organização espacial (1958-1974); e diversificação econômica (1975-1988) - e b) o Amapá-Estado (pós 1988).

O trabalho intitulado *Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas*<sup>18</sup>, parte do pressuposto que o Amapá é um Estado em construção e visou discorrer sobre o processo econômico no pós-guerra e suas consequências no Amapá, como uma das atuações do capital internacional nesta parcela do território brasileiro e verificando a sua dependência em relação ao Governo Federal. Enquanto Território Federal, criou estruturas políticas, econômicas, sociais e administrativas internas, reforçando a interpretação dessas Unidades Federativas como “Estados em embrião” e como resultado de ações que conduziram à formação de estruturas que envolveram relações de políticas econômicas, atenderam elites locais e delimitando suas relações de poder. Discute, também políticas ambientais ali estabelecidas em dois momentos: antes e depois da estadualização amapaense.

---

<sup>17</sup> PORTO, J. L. R. A atuação do Estado na consolidação da fronteira econômica da Amazônia setentrional (1943-2000): a experiência amapaense. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos*. Florianópolis: Editora Metrópole, 2000. v. Único. p. 463-463.

<sup>18</sup> PORTO, J. L. R. Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas. In: *Anais do XI Encontro de Geógrafos da América Latina*, São Paulo. USP, 20 a 26 de março de 2005.

No trabalho *Aspectos da ação do Estado na fronteira Amazônica: a experiência do Território Federal do Amapá*<sup>19</sup> objetivou-se discorrer sobre o processo econômico no pós-guerra e suas consequências no Estado do Amapá, como uma das atuações do capital internacional nesta parcela do território brasileiro e verificando sua dependência em relação ao Governo Federal. Esta postura visou criar subsídios para entender as heranças assumidas pelo estado do Amapá. Percebeu-se que analisar este ente somente como ação política, não abrange a sua real atuação. Deve-se ter por pressuposto inserir os seguintes aspectos em seus estudos: o uso de suas potencialidades naturais, geográficas e políticas em um mundo configurado em redes; as suas interdependências com os demais entes federativos e suas respectivas temporalidades, integrantes de um mundo em constante conflito entre o global e o local; sua organização e ordenamento espacial; a gestão do seu espaço mediante os aspectos de ordenamento e configuração e o planejamento territorial e; as suas relações e conflitos internos. No ano seguinte esta obra foi transformada em livreto digital como parte integrante do *Projeto Percepções do Amapá: O potencial econômico e as políticas públicas das bacias do rio Jari e Maracá*, financiado pelo CNPq e disponibilizado na Escola Família do Maracá (Mazagão-Amapá), que contou com a excelente contribuição na construção da obra do professor Luiz Rodolfo Paixão Melo. Este projeto recebeu o prêmio Santander 2005 - Responsabilidade Social<sup>20</sup>.

#### - Artigos em periódicos:

O artigo *Amapá: origem, evolução e centralização governamental*<sup>21</sup> resgatou brevemente a construção das principais atividades econômicas executadas no território amapaense, identificando que mesmo se apresentando como fonte e potencialidade de recursos naturais e executando-se estratégias econômicas para a sua exploração visando o desenvolvimento, continuou às margens do

---

<sup>19</sup> PORTO, J. L. R. Aspectos da ação do Estado na fronteira Amazônica: a experiência do Território Federal do Amapá. Apresentado no I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. Canoas: ULBRA, 2004. Publicado em HEIDRICH, A. L.; COSTA, BENHUR, P.; UEDA, V. *A emergência da multiterritorialidade: A ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas / Porto Alegre: EDULBRA/ EDUFRGS, 2008.

<sup>20</sup> <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2005/12/05/455542/universia-divulga-os-vencedores-dos-prmios-emprededorismo-e-cincia-e-inovao.pdf>.

<sup>21</sup> PORTO, J. L. R. Amapá: origem, evolução e centralização governamental. *Ciência Geográfica*, Bauru (SP), v. 5, n. 13, p. 50-54, 1999. Este artigo foi submetido à Revista Ciência Geográfica em 1998. Porém somente foi publicada em 1999. Ainda em 1998 fui convidado pelo Jornal O Dia, de Macapá (AP), para escrever um artigo a este periódico local amapaense e mostrei ao jornalista o texto submetido a publicação àquela Revista. O repórter levou o texto ao seu editor e foi publicado na íntegra em 13 de dezembro de 1998, ocupando a página inteira do jornal. Expus, àquela época que por aproximadamente 40 anos a mineração do manganês foi a “âncora” das receitas para o município de Macapá e para o então Território Federal do Amapá. A preocupação nas reflexões destinava-se para quando a exploração do manganês cessasse, que exigiria novas articulações entre as administrações municipal, estadual e federal para encontrar opções para atrair e instalar novos investimentos. Naquele momento, os únicos municípios que apresentaram propostas de reorganização econômica foram Macapá e Santana, através de Regime Aduaneiro Especial, no caso, a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. O texto foi muito usado por professores das escolas públicas e privadas, nas disciplinas de História e Geografia do Amapá.



processo de integração nacional, isolado do dinamismo econômico ocorrido no Centro-Sul brasileiro e dos investimentos direcionados à Amazônia.

O artigo *Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil*<sup>22</sup> teve por objetivo investigar o processo de criação, a evolução e a transformação dessas entidades em Estados. É um dos reduzidos textos publicados no Brasil sobre estes entes federativos. Resgata a história de sua instalação e evolução no cenário brasileiro informando que a ideia de sua criação no Brasil, já havia sido discutida desde a época da constituinte de 1824, ao sugerir que as capitanias menos prósperas se ativessem à condição de Território com organização especial que preparassem para elevação futura à condição provincial. Ainda no século XIX, na 1ª constituição republicana, três anteprojetos foram sugeridos visando a criação de Territórios nas províncias sem população e sem recursos para dinamizar-se e realizar-se como partes integrantes ao federalismo brasileiro, e juridicamente iguais às províncias que caminhavam mais rapidamente, da federação recente. Os Territórios Federais foram mecanismos adotados pelo Governo Central brasileiro para estimular a ocupação de áreas de reduzida densidade demográfica, administrar sua potencialidade natural e garantir o domínio da região fronteira nacional.

O texto *Aspectos da formação da fronteira na Amazônia Setentrional (1943-1994): O caso do Estado do Amapá*<sup>23</sup> objetiva identificar os processos de formação da fronteira setentrional da Amazônia após a década de 1940, expondo a experiência do Estado do Amapá, embasado na sua dinâmica política (enquanto Território Federal e após a sua transformação em Estado), na sua fragmentação espacial e na sua organização geo-econômica aborda o contexto histórico e econômico amazônicos, considerando a diminuição da produção e da comercialização da borracha e a preocupação com a proteção das regiões fronteiriças que apresentassem o chamado vazio demográfico, como fatores que contribuíram para serem criados os Territórios Federais na Amazônia. Estes entes visaram criar condições políticas e construções territoriais para a ocupação das áreas limdeiras, sob a justificativa de “interesse da defesa nacional”, cujas áreas tiveram amplos poderes do Governo Central sobre suas organizações espacial, fiscal, social e política. Tais contextos intencionaram estimular a integração nacional, como também, intensificar o comércio com os países vizinhos. Das várias estratégias de desenvolvimento a eles sugeridos, destacam-se a exploração do seu potencial natural e, mais recentemente, o incentivo ao setor comercial sobre o mercado regional mediante a atuação de Áreas de Livre Comércio.

---

<sup>22</sup> PORTO, J. L. R. Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil. *Presença* (Porto Velho), Porto Velho, n.16, 1999.

<sup>23</sup> PORTO, J. L. R. Aspectos da formação da fronteira na Amazônia Setentrional (1943-1994): O caso do Estado do Amapá. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n.26, 2000.

O trabalho *O comércio internacional do Estado do Amapá: condições, construções e adaptações*<sup>24</sup> estudou alguns comportamentos econômicos do Estado do Amapá, no período de 1990 a 2004, analisando avanços e recuos apresentados por sua balança comercial. Foram identificados os principais atores (empresas) e produtos que influenciaram nos seus saldos comerciais, que para este Estado foram superavitários em todos os anos avaliados, e feitas algumas considerações, tais como: histórico, mudanças e adaptações pelas quais o Amapá passou neste período; principais mercados internacionais de destino e origem dos produtos; assim como a importância destes objetos para a balança comercial. Ainda como destaque, algumas ações públicas no sentido de maximizar as relações comerciais internacionais deste Estado passaram por reflexões. Dentro da abordagem do tema, notou-se que poucas empresas e produtos foram responsáveis pelos seus saldos comerciais.

#### - Livro:

O Livro intitulado *Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais - 1943 a 2000*<sup>25</sup> é resultado de minha tese doutoral, cuja publicação da 1ª edição foi financiada pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amapá (SETEC)<sup>26</sup>. Minha tese tem sido muito usada pelos alunos de graduação em História, Geografia, Ciências Sociais, na construção de seus trabalhos de conclusão de curso; como referência de leitura para concursos no Estado do Amapá; Referência para obras sobre o Amapá elaboradas fora do Estado<sup>27</sup>; e leitura obrigatória na elaboração de dissertações e teses doutorais sobre o Estado.

Defendi minha tese doutoral em 12 de dezembro de 2002. Ao retornar para Macapá, aprofundi minhas reflexões sobre as dinâmicas espaciais e territoriais amapaenses em minhas pesquisas, com ênfase nos aspectos geoeconômicos do uso do território e na construção da condição fronteiriça amapaense.

---

<sup>24</sup> SILVA, G. V.; PORTO, J. L. R. *O comércio internacional do Estado do Amapá: condições, construções e adaptações*. Boletim Gaúcho de Geografia (30): 71-81, out. 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37484/24230>

<sup>25</sup> PORTO, J. L. R. *Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais (1943 a 2000)*. 1. ed. Macapá: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amapá SETEC, 2003. 198p.

<sup>26</sup> A minha tese foi acessada pelo então Secretário da SETEC, Dr. José Maria da Silva, e a recomendou para publicação. Em sua apresentação, o Dr. José Maria identifica que esta obra “ (...) desenvolve um estudo de fôlego sobre a evolução da economia do Amapá, desde a criação do Território Federal, em 1943, até o ano de 2000. (...) é o primeiro trabalho que o Governo do Amapá, através da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SETEC, apoia para publicação em livro. (...) trata-se de um trabalho de suma importância, disponibilizando ao leitor dados, informações e análises sobre o desenvolvimento político e econômico do Amapá.

<sup>27</sup> DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Póvoas. *O Amapá nos tempos de manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000)*. Brasília, Garamond, 2007. Nesta obra os autores, em sua primeira nota de rodapé, pág. 37, identificam a minha tese doutoral como o “mais completo e abrangente estudo publicado até agora sobre instituições, sociedade e economia do Amapá (...). Ele está destinado a ser uma obra de referência sobre o Amapá por muitos anos”. Na pag. 494, os autores também expressam: “Texto original e muito bem organizado, de grande fôlego analítico, (...). Será muito útil para estudos futuros sobre o Amapá”.

## - TEMPOS E DESCOBERTAS PARA UM LIMITE ILIMITADO: ANGÚSTIAS INVESTIGATIVAS PARA UM ESTADO EM CONSTRUÇÃO

A nova etapa que se iniciara em minha vida após a minha defesa doutoral começara a se construir. em 2003 assumi o cargo na UNIFAP como Diretor do Departamento de Pesquisa e lá permaneci até 2005. Neste período, participei de reuniões representando a UNIFAP nas reuniões do Fórum de Pró-Reitores da região Norte, discutindo a pós-graduação no cenário regional.

Um dos resultados de reuniões, foi a publicação do texto *REDAM - Rede das Universidades Amazônicas para Desenvolvimento Sustentável: uma proposta de programa especial de pesquisa e pós-graduação*<sup>28</sup>, elaborado com Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação das Universidades Federais de Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, para se criar uma Rede de Universidades Amazônicas periféricas e lindeiras, como resultado de uma reunião técnica científica na Universidade do Acre<sup>29</sup> 2003, como uma proposta de programa especial de pesquisa e pós-graduação para aquelas universidades, a partir do pressuposto de que "*Não será possível adequar a Universidade aos desafios do século XXI sem corrigir as distorções do modelo atual de Estado e sua concepção de Universidade pública*" (PORTO; BRASIL; MAIA; INOUE, 2003, p. 1). Para isso (*Idem, ibidem*),

É necessária a construção de novas alternativas, considerando tanto a necessidade de qualificação de recursos humanos quanto a garantia de condições efetivas para o desenvolvimento da produção acadêmica (pesquisa e pós-graduação) da massa crítica existente nessa região, de modo que se possa viabilizar o fortalecimento das Universidades, capazes de responder aos desafios do futuro. Essa é a grande finalidade da presente proposta de criação da rede de Núcleos de Excelência entre as Universidades do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, apoiadas pelas instâncias do Governo Federal, dos Governos Estaduais e do Poder Legislativo nas suas respectivas esferas.

Neste texto, visou-se apresentar a criação de uma rede de Núcleos de Excelência entre as Instituições Federais de Ensino Superior do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. Partiu-se do pressuposto que a correção das distorções do modelo atual de Estado e da concepção de universidade pública depende de investimentos e incentivos aos programas de pesquisa e pós-graduação. Para as universidades daqueles Estados, o desafio apresentava-se maior, porque são periféricas, com reduzida quantidade laboratorial, o que limita a atuação de seu pessoal titulado. Defendia-se que havia a necessidade de se rever esse modelo que valoriza a potência instalada e inviabiliza as potencialidades emergentes, sobretudo nas regiões distanciadas do poder central. Com isso, sugeria a construção de

---

<sup>28</sup> PORTO, J. L. R.; BRASIL, W.; MAIA, S.; INOUE, G. H. REDAM - Rede das Universidades Amazônicas para Desenvolvimento Sustentável: uma proposta de programa especial de pesquisa e pós-graduação. *Revista Ciência Educação & Cultura*. Macapá, v.1, p. 9 - 33, 2003.

<sup>29</sup> Esta reunião contou com a participação do Ministro de Ciência e Tecnologia Roberto Amaral e com o Senador da República João Alberto Capiberibe, o idealizador do evento.

novas alternativas, considerando tanto a necessidade de qualificação de recursos humanos quanto à garantia de condições efetivas para o desenvolvimento da produção acadêmica (pesquisa e pós-graduação) da massa crítica existente nessa região, de modo que se possa viabilizar o fortalecimento das Universidades, capazes de responder aos desafios do futuro.

O artigo sobre a REDAM integrou à primeira revista criada na UNIFAP, em 2003, a *Revista Ciência, Educação & Cultura*. Tinha um caráter multidisciplinar e que surgia num momento em que a Universidade Federal do Amapá, através de sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, sentia a ausência de um veículo de divulgação dos resultados de pesquisa de sua comunidade científica. À época a UNIFAP possuía 130 professores, sendo desses 07 doutores e 16 mestres.

Em março de 2005, assumo a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAP, e ali permaneço até setembro de 2006. Neste período, colaborei na criação do Mestrado em Desenvolvimento Regional, na UNIFAP. Este curso de pós-graduação *stricto sensu* foi o primeiro instalado na região amazônica do Comitê de Área de Planejamento Urbano e Regional da CAPES.

Como pesquisador, resgato duas áreas de investigação iniciadas enquanto aluno de graduação em Geografia: a Espeleologia, a Geografia e Análise regionais.

Na espeleologia, fui membro da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) por 20 anos (1988-2008). Atuei em levantamentos espeleológicos na nos Estados do Pará e Amapá, como também atuei na comissão científica da SBE, como Editor Associado na Revista Espeleo-Tema até 2015<sup>30</sup>. No período de 04 a 07 de setembro de 2004, organizei a primeira expedição espeleológica no Estado do Amapá, na bacia do rio Maracá, Mazagão (AP), onde foram cadastradas as oito primeiras cavernas amapaenses junto à SBE, com ocorrência de material arqueológico, originando o trabalho apresentado em congresso brasileiro, intitulado *Diagnóstico espeleo-arqueológico do Amapá*<sup>31</sup>. Participaram desta Expedição: José Ayrton Labegallini (Presidente da União Espeleológica Internacional), José Antônio Basso Scaleante e Washington Simões (Ex-Presidentes da Sociedade Brasileira de Espeleologia).

Em 2005 concorri à primeira edição do prêmio Santander. O Projeto concorrente intitulava-se *Projeto percepções do Amapá: capacitação de monitores ambientais na bacia do rio Maracá*. Este projeto foi o vencedor da edição 2005 dessa premiação na categoria Ciência e Inovação/Responsabilidade Social<sup>32</sup>. Como resultado tem-se: a) foram adquiridas 19 placas fotovoltaicas a Escola Família do Maracá, localizada na BR 156, km 110, no município de Mazagão (AP); b) execução

---

<sup>30</sup> Vide: [http://sbe.com.br/espeleo-tema/espeleo-tema\\_v26\\_n1\\_000-004.pdf](http://sbe.com.br/espeleo-tema/espeleo-tema_v26_n1_000-004.pdf).

<sup>31</sup> PORTO, J. L. R.; SCALEANTE, J. A. B.; LABEGALINI, J. A.; COSTA, W.; NUNES FILHO, E. P. Diagnóstico espeleo-arqueológico do Amapá. In: 28º Congresso Brasileiro de Espeleologia, 2005, Campinas. *Anais de 28º Congresso Brasileiro de Espeleologia*. , 2005. p.101 – 103. Disponível em: [http://www.sbe.com.br/anais28cbe/28cbe\\_101-103.pdf](http://www.sbe.com.br/anais28cbe/28cbe_101-103.pdf).

<sup>32</sup> Vide: <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2005/12/05/455542/universia-divulga-os-vencedores-dos-prmios-empendedorismo-e-cincia-e-inovao.pdf>.

de cursos de extensão nesta Escola Família, com apoio da UNIFAP e da SBE; c) na produção de um artigo apresentado em congresso internacional, *Percepções do Amapá: Capacitação de Monitores Ambientais na Bacia do Maracá (Mazagão - Amapá - Brasil)*<sup>33</sup>; e d) na geração um livro cedido a Escola Família do Maracá, intitulado *(Re)construções amapaenses: 60 anos de transformações espaciais*<sup>34</sup>, visando oferecer material didático às disciplinas de Geografia e Histórica do Amapá.

Quanto à produção científica em Geografia Regional e Urbana, bem como em Análise Regional, foram divulgadas em anais de eventos nacionais e internacionais, livros e capítulos de livros assim identificados:

**- Trabalhos completos em anais:**

O trabalho *Dinâmicas urbanas amapaenses: Conflitos e perspectivas de um estado em construção*<sup>35</sup>, escrito com o ex-diretor presidente da EMBRAPA-AP, apresentava-se como um dos primeiros trabalhos escritos sobre a questão urbana amapaense. Parte do pressuposto que o Amapá é um Estado em construção, cujo conjunto de ações políticas e econômicas tem contribuído para a sua formação territorial e a sua gestão ambiental. A instalação de unidades de conservação e a demarcação de terras indígenas no Amapá corroboraram para a concentração populacional amapaense nas suas cidades, especialmente no eixo Macapá-Santana. Objetivou discorrer sobre as dinâmicas urbanas e suas consequências nesta unidade subnacional e a gestão de seu espaço a partir da constatação de atuações do capital internacional nesta parcela do território brasileiro e da dependência em relação ao Governo Federal. Neste texto, efetivamente inicia-se as minhas reflexões sobre a condição urbana amapaense e que será resgatada a partir de 2017, conforme será exposto à frente.

O artigo *Planejamento urbano na floresta: desafios no contexto de Faixa de Fronteira*<sup>36</sup>, partiu do princípio da heterogeneidade espacial e diversidades cultural, ambiental e construção histórica da Amazônia. Tais contextos tem afetado o planejamento de seu uso e da sua organização territorial. Para o caso amapaense, com 72% ocupado por áreas protegidas, e também com 50% dos seus municípios inseridos na faixa de fronteira, há necessidade de se adotar outras formas de se planejar, organizar e

---

<sup>33</sup> PORTO, J. L. R. *Percepções do Amapá: Capacitação de Monitores Ambientais na Bacia do Maracá (Mazagão - Amapá - Brasil)*. In: 32 International Conference on Social Welfare, 2006, Brasília. *Annals 32 International Conference on Social Welfare Annals*. Brasília, 2006.

<sup>34</sup> PORTO, J. L. R. *(Re)construções amapaenses: 60 anos de transformações espaciais*. Macapá, Jadson Porto, 2006. Série *Percepções do Amapá*; v. 4. ISBN: 85-903741-8-1.

<sup>35</sup> BIANCHETTI, A.; PORTO, J. L. R. *Dinâmica urbanas amapaenses: Conflitos e perspectivas de um estado em construção*. In: Congresso Internacional em Planejamento e Gestão Ambiental, 2005, Brasília. *Anais do Congresso Internacional em Planejamento e Gestão Ambiental*. Brasília: 2005.

<sup>36</sup> GUIMARAES, D. C.; PORTO, J. L. R.; TOSTES, J. A. *Planejamento urbano na floresta: desafios no contexto de Faixa de Fronteira*. In: *Anais do Seminário Por uma nova educação e gestão complexa do ambiente*. Canoas: EDULBRA, 2006.

administrar as potencialidades existentes no Estado do Amapá, bem como revisar construção da sua condição urbana adequado às idiossincrasias locais.

O trabalho *Exploração de recursos naturais no norte brasileiro: Formas atuais apresentadas no Estado do Amapá*<sup>37</sup> foi escrito com meu então orientando de conclusão de curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá. Visou apresentar o perfil geoeconômico amapaense, a partir de sua história intimamente relacionada com a exploração/exportação de *commodities*. Detivemo-nos a avaliar valores comercializados de algumas empresas. Para a caracterização desejada, começamos verificando de forma teórica, como atuam as relações de poder no espaço geográfico. Posteriormente, caracterizando o enquadramento da própria região Norte, servindo de ponte para nosso objetivo principal que se concentra no estado do Amapá. Em nossas considerações finais, apresentamos que a extração dos recursos naturais foi a forma construída para que o Amapá se inserisse na lógica da competitividade global e da divisão espacial e desigual do trabalho. O poder multidimensional de ingerência das empresas internacionais mostra-se forte neste recorte territorial. Por outro lado, enquanto o mundo convive com inovações nos diferentes campos de alta tecnologia, O Amapá se encontrava com uma base econômica engendrada na exploração/exportação de insumos primários para estas primeiras, sobretudo minérios e madeiras.

O texto *Dinâmicas espaciais e urbanas amapaenses*<sup>38</sup> expôs algumas reflexões iniciais sobre a formação urbana amapaense, com ênfase na sua condição urbana e na gestão do espaço amapaense. Para a primeira abordagem, parte-se da hipótese de que a urbanização amapaense apresenta um uso do seu território desordenado e descontrolado. Na segunda, embora haja uma preocupação quanto ao patrimônio natural e a gestão dos territórios das unidades de conservação e terras indígenas, tal situação também se reflete na macrocefalia urbana amapaense, concentrada no eixo Macapá-Santana.

No trabalho *Faixa de fronteira e regiões geo-econômicas amapaenses: duas abordagens analíticas*<sup>39</sup> objetivou-se analisar duas visões de organização do espaço amapaense: a primeira se refere às orientações do Ministério da Integração, quanto à proposta do Programa de Faixa de Fronteiras; a segunda diz respeito a proposta de regiões geo-econômicas amapaenses. Esta última proposta se deve às origens que este Estado apresenta, pois está relacionada à gestão pública do Governo Federal ao então Território Federal do Amapá. Ao se observar os dados disponíveis entres as

---

<sup>37</sup> SILVA, G. V.; PORTO, J. L. R. Exploração de recursos naturais no norte brasileiro: Formas atuais apresentadas no Estado do Amapá. In: *Anais do 8º Encontro Humboldt: Retorno de la política*. Colón (Argentina), 2006. Disponível em: <http://elistas.egrupos.net/lista/encuentrohumboldt/archivo/indice/1961/msg/2012/>.

<sup>38</sup> PORTO, J. L. R.; GUIMARAES, D. C.; TOSTES, J. A. Dinâmicas espaciais e urbanas amapaenses. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos*. Rio Branco: EDUFAC, 2006.

<sup>39</sup> PORTO, J. L. R.; GUIMARAES, D. C.; TOSTES, J. A. Faixa de fronteira e regiões geo-econômicas amapaenses: duas abordagens analíticas. In: *Anais do II Simpósio Internacional sobre Cidades Médias*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia 2006.

duas propostas de regionalização do espaço amapaense supra citadas, percebe-se os seguintes aspectos: Embora haja municípios da Faixa de fronteira em todas as subregiões geoeconômicas, os principais núcleos Macapá e Santana não se localizam nesta faixa; No que tange à questão demográfica, a participação relativa no período de 1940/1980 a Faixa acompanhou o comportamento do Norte Amapaense; Quanto à Faixa de Fronteira, por nela se encontrar as principais e maiores áreas protegidas instaladas, que ocupam 49,96% das terras do Estado localizadas no seu lado ocidental; A Faixa de Fronteira concentra a maior área do Estado do Amapá, contudo é a que possui os menores índices de população urbana.

Quanto ao trabalho *Evolução e conflitos dos ajustes espaciais amapaenses*<sup>40</sup>, partiu-se da hipótese de que O Estado do Amapá (Brasil) possui suas pedras angulares amalgamadas a uma rede de próteses tecnológicas/engenharia. Essas próteses (instrumentos artificiais implantados pelo homem), redes geográficas e ajustes espaciais (condições para a manifestação e mobilidade do capital) instalados no espaço amapaense garantiram um amplo processo de transformações nas estruturas econômicas e sociais neste ente federativo brasileiro. O escopo deste trabalho foi de avaliar a criação destruidora desses aspectos na ocupação e (des)organização do espaço amapaense. Como resultado, observou-se que a dinâmica do ajuste espacial no Amapá está diretamente ligada aos movimentos de criação destruidora, que tem se manifestado através da atuação das redes e sua influência sobre a expansão e mobilidade informacional no espaço amapaense; à atuação do setor energético nas transformações espaciais do espaço amapaense decorrentes da inserção do capital internacional; e na criação de uma rede de próteses tecnológicas que possibilitou a mobilidade informacional, criando condições para a manifestação do ajuste espacial. Essa situação foi a responsável pela criação de um cenário propício apenas a exploração e não ao desenvolvimento. Devido à influência de todos os fatores apresentados e a fluidez das redes na produção cada vez mais acelerada das “criações destruidoras” (os interesses do capital), Amapá é tido como um espaço de fundamental importância para o fornecimento de *commodities* para outras regiões. Neste sentido, o investimento em infra-estrutura visou manter a conectividade com o externo e não para proporcionar o desenvolvimento.

No evento Seminário Internacional Amazônia e Fronteiras do Conhecimento, fui co-autor do trabalho *Território Federal no Direito Brasileiro: Estudo Comparativo do Projeto de Lei 008/1947 e Decreto-Lei 411/1969*<sup>41</sup>. Este teve por hipótese que os Territórios Federais passaram a existir como uma

---

<sup>40</sup> PORTO, J. L. R. *Evolução e conflitos dos ajustes espaciais amapaenses*. In: *Anais do IX Colóquio Internacional de Geocrítica*. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/jadson.htm>.

<sup>41</sup> SOUZA, C. A.; PORTO, J. L. R.; PEDRO, J. M.; SANTOS, M. M. *Território Federal no Direito Brasileiro: Estudo Comparativo do Projeto de Lei 008/1947 e Decreto-Lei 411/1969*. In: *Anais do Seminário Internacional Amazônia e Fronteiras do Conhecimento*. Belém: NAEA, 2008.

reprodução do Estado-central, caracterizando-se como uma maquete de Estado e como tal os instrumentos jurídicos que lhes davam sustentação apoiavam-se em institutos jurídicos pensados a partir da experiência federativa. Foram analisados comparativamente dois marcos legislativos da Lei Orgânica dos Territórios Federais: O Projeto de Lei 008/1947, representando o processo político de centralização das tomadas de decisão (1904-1969) e o Decreto-Lei 411/1969, identificando-se com a fase de descentralização (1969-1988). O recorte metodológico adotado considera a contextualização histórico-jurídico do projeto de Lei nº. 008/1947 e do Decreto-Lei 411/1969 (discussões da época e indagações sobre quais os fundamentos de sua validade), e a localização espacial dos Territórios Federais em regiões periféricas (geográfica e econômica).

O texto *Ordenamento Territorial Amapaense: Dinâmicas de um estado brasileiro na fronteira amazônica*<sup>42</sup>, parte do pressuposto de que enquanto o Território Federal, no Amapá foi implantado estruturas políticas, econômicas, sociais e administrativas internas que contribuíram para a sua transformação em Estado Federado. Estas estruturas reafirmaram a interpretação que tais unidades federais foram criadas como “Estados Embrião”. Nesse contexto, há fatores que devem ser analisados para a compreensão da participação no Amapá nos cenários nacional e regional. Esse trabalho analisa a dinâmica da ocupação do território no Estado do Amapá, as estratégias de ordenamento de gestão do território e da gestão dos recursos naturais no contexto do desenvolvimento regional no período pós 1960, cujos enfoques serão centrados em três aspectos: o avanço do capitalismo na propriedade da terra, a construção de infraestrutura rodoviária e da gestão do território pelo Estado.

O artigo *Cidades Médias na Amazônia: Os Casos de Macapá e Santana*<sup>43</sup> foi escrito com uma orientanda de iniciação científica do curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá. Este texto foi um dos primeiros a discutir o tema *cidade média no Amapá*. Neste sentido, visou entender as suas importâncias na rede urbana regional, como se configurava, à época, os casos de Macapá e Santana como cidades médias no contexto urbano amazônico; sua influência na faixa de fronteira amapaense; e as suas influências e alcances de espaço polarizador.

O trabalho intitulado *Ser grande ou ser pequena, eis a questão: uma reflexão sobre cidades “pequenas” na Amazônia brasileira*<sup>44</sup>, foi escrito com meu orientando de Mestrado em

---

<sup>42</sup> LIMA, R. A. P.; PORTO, J. L. R. Ordenamento Territorial Amapaense: Dinâmicas de um estado brasileiro na fronteira amazônica. In: *Anais do X Colóquio Internacional de Geocrítica: Diez anos de cambios en el mundo, en la geografía y las Ciencias Sociales*, 1999-2008. Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/100.htm>.

<sup>43</sup> THALEZ, G. M.; PORTO, J. L. R. Cidades Médias na Amazônia: Os Casos de Macapá e Santana. In: *Anais do Seminário Internacional Amazônia e Fronteiras do Conhecimento*. Belém: NAEA, 2008.

<sup>44</sup> MENDONÇA, M. J. T.; PORTO, J. L. R. Ser grande ou ser pequena, eis a questão: uma reflexão sobre cidades “pequenas” na Amazônia brasileira. In: *Anais do I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder*.



Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UNIFAP). Participa de um esforço reflexivo sobre alguns aspectos do pensar as cidades “pequenas” da Amazônia brasileira. Considera que a abordagem dualista, hierárquica e excludente ainda influencia fortemente a compreensão da dinâmica socioeconômica e a construção de políticas públicas de desenvolvimento. O imaginário e o ritmo urbano da grande cidade se impõem nas políticas de desenvolvimento para as “pequenas” cidades. Discute que as novas territorialidades são constantemente criadas e recriadas sem obedecer a fronteiras espaciais, o que exige um olhar mais atento e aprofundado sobre o pensar-agir desenvolvimento, especialmente para e na Amazônia. Mostra, também, que o ritmo não é absolutamente controlável da dinâmica social advindas das contradições entre velhas e as novas territorialidades e nem entre as velhas territorialidades transformadas, condicionado também pelos sentimentos-imaginário-desejos das pessoas, que influenciam diretamente a noção e o significado de cidade. Com as demandas sociais e ambientais planetárias e os interesses de uma economia globalizada, as “pequenas” cidades da Amazônia brasileira ganham magnitude e importância que não pode ser desprezada. As “pequenas” cidades amazônicas, e sua gente, extrapolam a si mesmas, não só como potencialidades, mas como efetiva participação na rede de conexões planetárias. A grandeza e a pequenez das cidades se interligam em uma malha de relações que, paradoxalmente, mantém identidades e singularidades, mas as fronteiras deixam de ser nítidas permitindo um imbricamento relacional que confunde o que é ser grande e o que é ser pequeno na Amazônia brasileira.

O trabalho apresentado no 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, intitulado *Macapá e Santana: Interações espaciais de duas cidades médias na fronteira setentrional amazônica*<sup>45</sup>, foi escrito com dois orientandos de iniciação científica do curso de Geografia da UNIFAP. Expõe que debate sobre cidade média na Amazônia é muito recente e reduzido; as dinâmicas da cidade e do urbano detém especificidades que perpassam pelas dimensões de suas áreas municipais, pelas características regionais, pelas distâncias percorridas entre os núcleos urbanos mais próximos uns dos outros, pelas suas vias de locomoção utilizando tanto o rio como as rodovias. Expõe que com a ampliação da conectividade da rede urbana brasileira, novos estudos vêm identificar o papel desempenhado por essas cidades nessa rede; Apresenta, também, outros fatores que colaboram para o desenvolvimento de sua fronteira urbana, ei-los: o controle da terra, a política de migração induzida e financiada pelo Estado e o incentivo a grandes empreendimentos. Assim, a cidade na Amazônia assume o papel de ser o elemento de mediação entre as políticas de desenvolvimento pensadas para a região e a resocialização da população migrante. Sobre o caso amapaense, discute que 72% de seu espaço

Curitiba: Unicuritiba, 2009.

<sup>45</sup> PORTO, J. L. R.; THALEZ, G. M.; MACEDO, M. A. L. G.; BELTRÃO, L. J. S. Macapá e Santana: Interações espaciais de duas cidades médias na fronteira setentrional amazônica. In: *Anais do 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Montevideu (Uruguai), 2009.

encontra-se como área protegida, fortalecendo assim a urbanização macrocefálica. Esse inchaço populacional ocorre em apenas duas cidades, Macapá e Santana, que detém em conjunto, cerca de 80% da população estadual.

O texto *Interações espaciais entre territórios periféricos no Norte da América do Sul*<sup>46</sup>, teve por objetivo analisar o quadro de mudança política que ocorreu na fronteira franco-brasileira a partir das interações espaciais recentes entre os países em questão e suas unidades administrativas próximas Amapá, pelo Brasil e Guiana Francesa pela França. O artigo é de abordagem qualitativa e é exploratória a partir de um estudo de caso. Partiu da hipótese que a geopolítica entre as duas nações enfocadas se alterou no que se refere ao lócus fronteiro, mesmo que ainda não represente um avanço em termos de qualidade de vida para os habitantes da fronteira como em tese deveria ser. A conclusão indica que diversos debates ainda precisam ser feitos envolvendo a sociedade civil, comunidades indígenas, quilombolas e líderes comunitários, tanto do Amapá quanto da Guiana Francesa, pois estes, sobretudo de Oiapoque (Amapá) e Saint Georges (Guiana Francesa) são os mais afetados diretamente pelos grandes interesses de integração física de mercados e controle-uso da biodiversidade tropical. Conclui também que a interação territorial entre o Amapá e a Guiana Francesa, mesmo sendo periféricas do ponto de vista da densidade econômica, são estratégicas para seus respectivos países.

Quanto ao artigo *Dinâmicas socioeconômicas na faixa de fronteira amapaense: o caso do município de Pracuúba*<sup>47</sup>, foi escrito com meu orientando de Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UNIFAP). Discuti-se a atuação do Governo Federal como de fundamental importância para a organização espacial e para a gestão do espaço fronteiro amazônico, principalmente com a sua inserção em um mundo globalizado, com redes conectadas em diversos níveis e a inserção da gestão ambiental na organização espacial regional. Analisando o caso do município de Pracuúba, defendeu-se neste trabalho que este município foi criado político-administrativamente sob um cenário contraditório de promessas e de esperanças de desenvolvimento, sem uma articulação entre os poderes municipais da região, cuja dinâmica socioeconômica se encontra inclusive no circuito inferior da economia, embora se localize na faixa de fronteira amazônica. Este trabalho visou analisar as dinâmicas socioeconômicas deste município localizado na faixa de fronteira amapaense, considerado pequeno, porém com uma fluidez de suas interações espaciais embasadas e estimuladas pela porosidade desta faixa, onde relações não oficiais são latentes.

---

<sup>46</sup> SILVA, G. V.; PORTO, J. L. R. Interações espaciais entre territórios periféricos no Norte da América do Sul. In: *Anais do I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder*. Curitiba, 2009.

<sup>47</sup> MENDONÇA, M. J. T.; PORTO, J. L. R. Dinâmicas socioeconômicas na faixa de fronteira amapaense: o caso do município de Pracuúba. In: *Anais do III Conferência Internacional Desenvolvimento Urbano em Cidades de Fronteira*. Foz do Iguaçu, 2009.

No artigo *Dilemas territoriais amapaenses: a (des)configuração de um estado em construção*<sup>48</sup>, foi escrito com meus orientandos de Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UNIFAP). Defendeu-se que não se pode analisar os Territórios Federais somente como ação política, pois não abrange a sua real atuação, mas que se deve incluir outros elementos e fatores de análise para se entender a real condição territorial e a sua construção espacial. Partiu-se da hipótese de que a (des)configuração do espaço amapaense se deve à construção das suas dinâmicas territoriais, as quais foram efetivadas sob orientações de políticas públicas e no interesse do capital internacional, ambos voltados para o uso do potencial ambiental que o Amapá oferece, como também na busca pelo seu “desenvolvimento”, ligam-se às criações/construções de condições espaciais capazes de instalar próteses e sistemas de engenharia que possibilitaram a diversificação produtiva do seu espaço. Tais comportamentos produziram ajustes espaciais que originam uma nova configuração territorial e estimularam um processo de criação/construção espacial que garantiram a criação, o planejamento, a organização e a instalação de mecanismos proporcionadores da (des)construção espacial, a fim de atender aos interesses e objetivos externos ao ritmo e vivência locais.

O artigo *Pólos turísticos amapaenses: Novas dinâmicas territoriais em um Estado em construção*<sup>49</sup>, é resultado de um trabalho técnico elaborado para a Secretaria de Turismo do Estado do Amapá. Este trabalho visou analisar as propostas de regionalização do espaço amapaense, com destaque àquela que aborda as políticas públicas do setor turismo do estado do Amapá. Foram avaliadas algumas propostas de regionalização do espaço amapaense destacando-se: Pólos Regionais Turísticos Amapaenses, a Faixa de Fronteira, e o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS-Amapá).

O artigo *De periferia a espaço estratégico: a construção da condição fronteira amapaense*<sup>50</sup>, foi escrito com um pesquisador do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (OBFRON/UNIFAP). Este artigo visou discorrer sobre a mudança de enfoques da fronteira da Amazônia setentrional, de periférica para estratégica, implicando em novas normatizações para o uso do território, novas implicações geopolíticas e novos conflitos decorrentes das reconstruções da fronteira, em especial a amapaense. A hipótese aqui considerada indicou que a condição fronteira amapaense é decorrente

---

<sup>48</sup> PORTO, J. L. R.; MENDONÇA, M. J. T.; AZEVEDO, L. R.; ARAUJO, M. W. R. Dilemas territoriais amapaenses: a (des)configuração de um estado em construção. In: *Anais do XII Encuentro de Geógrafos da América Latina*. Montevideu, 2009.

<sup>49</sup> PORTO, J. L. R.; TOSTES, J. A.; GONÇALVES, E. M. P.; ALENCAR, O. A.; ISACKSON, S. C. C. Pólos turísticos amapaenses: Novas dinâmicas territoriais em um Estado em construção. In: *Anais do 4º Congresso Latino Americano de Investigación Turística*. Montevideu, 2010.

<sup>50</sup> PORTO, J. L. R.; SILVA, G. V. De periferia a espaço estratégico: a construção da condição fronteira amapaense. In: *Anais do 7º workshop APDR “Frontiers and Regional Development”*, 2010, Elvas - Portugal. *Anais da XXXVI Reunión de Estudios Regionales (Badajoz-Elvas, 2010)*: Asociación Española de Ciencia Regional. Badajoz - Espanha, 2010. Disponível em: <http://old.aecr.org/web/congresos/2010/htdocs/pdf/p8.pdf>.

da gradação da magnitude do Estado, estimulada inicialmente pela justificativa da Defesa Nacional e, posteriormente, pela sua integração ao mundo globalizado e articulado em redes, mediante às constantes ajustes espaciais, executados e fortalecidos pelo Governo Federal. Identificou-se, também, os seguintes aspectos inerentes aos usos do território amapaense: Foi o primeiro Estado Amazônico a receber investimentos internacionais (mineração), inserindo este espaço nas estratégias internacionais, mas para o cenário nacional permanecia como periférico, sendo conectada e acionada pelo capital externo; é o único Estado brasileiro fronteiriço com um representante da União Européia, com moeda forte. Tal condição exige acordos internacionais entre Brasil/França e não entre Amapá/Guiana Francesa; novas normatizações são necessárias para regulamentar o uso do território a medida que é ocupado, pois esta condição estabelece oportunidades, tolerâncias e flexibilidades de uso do território e dinamizam suas articulações nas diversas escalas espaciais; Com a nova articulação da fronteira amapaense em construção, busca-se a cooperação, mas as restrições ainda são presentes em vários aspectos, tais como: movimento migratório entre os países; acessibilidade trabalhista; articulação empresarial; estímulo tributário de circulação de mercadorias; controle sanitário de produtos alimentícios; dentre outros.

No trabalho *Políticas Públicas de Integração Física da Amazônia e a Fronteira Internacional do Amapá*<sup>51</sup>, discutiu-se as políticas públicas de integração internacional através da infraestrutura de desenvolvimento econômico destinadas à Amazônia brasileira e seus reflexos na área de fronteira internacional amapaense. Parte do pressuposto de que com as políticas de integração física entre os países sul-americanos, provocaram-se mudanças substanciais no uso e nas dinâmicas ds fronteiras internacionais da Amazônia, de outrora periféricas e desconectadas, para estratégicas e centrais para o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a fronteira setentrional da Amazônia está diretamente ligada aos movimentos de (des)construção e (des)territorialização, com elevada participação do Estado na sua economia e nas políticas públicas; também possui uma intensa articulação com o cenário internacional, notadamente como fornecedor de commodities. Na escala local, no Platô das Guianas, as expectativas da integração física, tem-se a perspectiva da mudança do eixo de conectividade da Guiana Francesa do Caribe para usar o sistema portuário de Santana (Amapá); a relação comercial fronteiriça com o vizinho francês será uma relação inversa, pois as mercadorias são mais baratas neste lado da fronteira. Identificando, com isso a multiescalaridade, a constante transformação e apresentando novos usos e novas dinâmicas fronteiriças no primeiro decênio do século XXI.

---

<sup>51</sup> SUPERTI, E.; PORTO, J. L. R.; MARTINS, C. C. Políticas Públicas de Integração Física da Amazônia e a Fronteira Internacional do Amapá. In: *Actas del III Congreso Internacional de Estudios Socioespaciales RESE/ CODE 2011. Manaus EDUFAM, 2011. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=YW2I32J6CNkC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>.*

O trabalho *Dinâmica e produção espacial em cidades de fronteira na Amazônia brasileira: A experiência de Oiapoque, Amapá-Brasil (1990-2010)*<sup>52</sup>, foi escrito com minha orientanda de mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP. Objetivou-se debater sobre a dinâmica e produção espacial da cidade de Oiapoque e contribuir para o debate sobre cidades na fronteira da Amazônia brasileira, as quais são pontos relevantes no processo de integração física no norte da América do Sul. Inicialmente o artigo apresenta algumas estratégias que estiveram presentes no contexto de criação do Município de Oiapoque (Amapá). Posteriormente, retrata o perfil atual daquele município, destacando as permanências e as transformações que configuram a sua *forma e conteúdo* atuais. Em seguida, aborda o processo de produção do espaço urbano indicando a complexidade que está inserida naquele contexto. Por fim, o artigo analisa algumas territorialidades no único espaço público de lazer noturno oiapoqueense, que é a Praça Ecildo Crescêncio Rodrigues.

No artigo *Pós-graduação em Desenvolvimento Regional no Estado do Amapá: o caso do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá*<sup>53</sup>, elaborado por ex-coordenadores do PPGMDR/UNIFAP, esboçou-se o papel desempenhado pelo Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP. Realizou-se um resgate histórico sobre o Amapá e a relação fronteiriça, a importância da criação do Mestrado em Desenvolvimento Regional, seus avanços e perspectivas para a linha do desenvolvimento regional. Os resultados apontaram que o Estado do Amapá, apesar das suas potencialidades ambientais e econômicas, apresentava-se deficitário no quesito produção do conhecimento, fator que em parte o este programa de pós-graduação tem conseguido suprir. Foi o primeiro artigo que abordou a pós-graduação na área de Planejamento Urbano e Regional na Amazônia.

No trabalho intitulado *Estudos Fronteiriços da Amazônia Setentrional Brasileira: A Formação do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas*<sup>54</sup> apresentou-se a construção do pensamento do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (OBFRON). Este Observatório localiza-se na UNIFAP. Criado em 2012, a partir de uma série de fatores ocorridos no território amapaense, notadamente pelos novos usos do espaço lindeiro com a Guiana Francesa após a meados da década de 1990; bem como pelas novas dinâmicas acadêmicas da UNIFAP no primeiro decênio do século XXI.

---

<sup>52</sup> SANTOS, P. G. S.; PORTO, J. L. R. Dinâmica e produção espacial em cidades de fronteira na Amazônia brasileira: A experiência de Oiapoque, Amapá-Brasil (1990-2010). In: *Anais do II Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder*. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2011.

<sup>53</sup> CALDAS, Y. P.; LOMBA, R. M.; PORTO, J. L. R. Pós-graduação em Desenvolvimento Regional no Estado do Amapá: o caso do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá. In: *Anais do VI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2013.

<sup>54</sup> PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E.; SILVA, G. V. Estudos Fronteiriços da Amazônia Setentrional Brasileira: A Formação do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas. In: *Anais do IV Seminário de Estudos Fronteiriços*. Corumbá, 2013.

Neste contexto, três líderes dos grupos de pesquisa se concentraram na criação de um observatório que estimulasse duas direções: uma para formar pessoal qualificado sobre análises (trans)fronteiriças; outra para elaborar e formatar ações investigativas sobre a fronteira da Amazônia setentrional. Expõe a importância da instalação de um observatório na UNIFAP que, hoje, integra o INCT – Observatório das Migrações em Rede.

O texto *O desenvolvimento geográfico desigual Amapá-Guiana Francesa: Desconstruções fronteiriças e expectativas de transfronteirização*<sup>55</sup> é um dos resultados de meu pós-doutorado executado na Universidade Regional de Blumenau, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Em co-autoria está o meu supervisor do estágio. Este trabalho visou discutir a construção da fronteira Amapá-Guiana Francesa como um território estratégico recomposto periférico e tardio. Discute os investimentos públicos e privados que estimularam um maior uso do seu território e da des-reconstrução da fronteira brasileira entre Brasil e França, pela Guiana Francesa; O uso do território amapaense como um grande negócio por se comportar como: Fornecedor de commodities; Vitrine de produtos industrializados; Posição estratégica geográfica em si e para articulação de redes; Fornecedor de energia elétrica; Fronteira com a União Europeia; e concedente de incentivos fiscais para atração de investimentos; tece reflexões sobre a sua articulação espacial em dois momentos: o de relação fronteiriça e o de interação transfronteiriça. O primeiro diz respeito ao forte comportamento do efeito-barreira fronteiriço. No segundo, referencia a gradual transição para a construção de, inicialmente, ensaios de cooperação transfronteiriça. Este trabalho parte do enfoque do desenvolvimento geográfico desigual, trabalhado por David Harvey, na tentativa de captar a espacialidade do desenvolvimento desigual da fronteira amapaense e a sua na nova formatação e uso após 1990.

O trabalho *Implantação da usina hidrelétrica de santo Antônio do Jari: impactos socioeconômicos na RDS do Iratapuru, Amapá*<sup>56</sup>, foi escrito com minha orientanda de Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UNIFAP) e com um pesquisador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá/IFAP- Campus Laranjal do Jari. Visou investigar os reflexos da transformação do território e modo de vida dos moradores da nova vila de São Francisco do Iratapuru,

---

<sup>55</sup> PORTO, J. L. R.; THEIS, I. M. O desenvolvimento geográfico desigual Amapá-Guiana Francesa: Desconstruções fronteiriças e expectativas de transfronteirização. In: *Anais do PreALAS Patagônia - IV Foro Sur-Sur*. Rio Gallegos: Universidad Nacional de la Patagonia Austral, 2014. Disponível em: <http://prealas2014.unpa.edu.ar/sites/prealas2014.unpa.edu.ar/files/ckeditor/46/O%20DESENVOLVIMENTO%20GEOGR%20C3%81FICO%20DESIGUAL%20AMAP%20C3%81-GUIANA%20FRANCESAS%20DESCONSTRU%20C3%87%20FRONTEIRI%20C3%87AS%20E%20EXPECTATIVAS%20DE%20TRANSFRONTEIRIZA%20C3%87%20C3%83O.pdf>.

<sup>56</sup> CAMPOS, K. F. S.; PORTO, J. L. R.; CAMPOS, V. B. Implantação da usina hidrelétrica de santo Antônio do Jari: impactos socioeconômicos na RDS do Iratapuru, Amapá. In: *Anais do III Congresso Internacional de Educação Científica e Tecnológica*. Santo Ângelo. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2015. Disponível em: <http://www.santoangelo.uri.br/ciecittec/anaisciecittec/2015/home.htm#>.

Amapá. Discute sobre as transformações advindas de grandes empreendimentos que modificam as dinâmicas territoriais e repercutem em impactos socioeconômicos em comunidades que mesmo as margens dos direitos essenciais como água tratada, saneamento, fornecimento de energia elétrica, tem mantido os saberes e modos de vida tradicionais. Seu objeto de estudo encontra-se na região do Vale do Jari, enquanto estava em construção da Hidrelétrica de Santo e seus impactos na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru, trazendo-lhes mudanças que nas condições de sobrevivência e que amenizaram muitas deficiências, entretanto os estudos e relatórios de impactos ambientais, não conseguiram elencar todos os fatores que negativamente, mudaram o cenário e o panorama de atuação, tirando dos envolvidos muitos costumes, valores, modo de vida, interferindo inclusive com a economia.

O trabalho *Igarapés urbanos e a formação de territórios informais da madeira: a configuração espacial do mercado madeireiro nas cidades de Macapá e Santana*<sup>57</sup> foi escrito com minha orientanda de Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UNIFAP). Este trabalho analisou o mercado madeireiro nos municípios amapaenses de Macapá e Santana (Amapá-Brasil), no que tange as ações estimuladoras à cadeia produtiva do setor, visando o desenvolvimento endógeno no espaço amapaense. Expôs, também, que o urbano contemporâneo amapaense se constituiu espacialmente próximo aos cursos d'água, os igarapés urbanos, onde há ocorrência de territórios informais que abrigam a comercialização madeireira, em, uma típica representação do circuito inferior miltoniano. Quanto à caracterização do perfil comercial dos produtos madeireiros, a origem das madeiras comercializadas no Amapá são, principalmente, procedentes das ilhas do Estado do Pará (Afuá, Gurupá e Breves). Cujas peças comercializadas são destinadas para a construção civil, com peças apresentando variação nas suas dimensões, indicando a não padronização dos produtos madeireiros, principalmente quanto às dimensões de largura e espessura.

O artigo *Os empreendimentos hidrelétricos no rio Araguari e seus efeitos no espaço amapaense*<sup>58</sup> foi escrito com minha orientanda de Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UNIFAP). Este trabalho visou explicar a nova conjuntura urbana das cidades de Ferreira Gomes e Porto Grande, no Estado do Amapá, após a inserção dos empreendimentos hidrelétricos localizados nos trechos médio e baixo do rio Araguari. A motivação desta pesquisa se manifestou pela necessidade de se compreender a organização territorial amapaense diante de grandes projetos de infraestrutura, especificamente, os

---

<sup>57</sup> SANTOS, G. N.; PORTO, J. L. R. Igarapés urbanos e a formação de territórios informais da madeira: a configuração espacial do mercado madeireiro nas cidades de Macapá e Santana. In: *Anais do Pluris - 7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano Regional, Integrado e Sustentado*. Maceió: EDUNIFAL, 2016. v.1. p.10 – 22. Disponível em <http://www.fau.ufal.br/evento/pluris2016/files/Tema%204%20-%20Planejamento%20Regional%20e%20Urbano/Paper1362.pdf>.

<sup>58</sup> CORREA, K. A.; PORTO, J. L. R. Os empreendimentos hidrelétricos no rio Araguari e seus efeitos no espaço amapaense. In: *Anais do XVII ENANPUR*, 2017, São Paulo, 2017. p.1 – 18. Disponível em: [http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%201/ST%201.3/ST%201.3-03.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%201/ST%201.3/ST%201.3-03.pdf).

empreendimentos hidrelétricos localizados neste ente federativo. A partir do panorama sobre a produção de energia pelas hidrelétricas na Amazônia e no Amapá, suas vinculações com as cidades e com o rio Araguari foram descritos os efeitos resultantes entre os empreendimentos hidrelétricos e o urbano.

O trabalho *Desenvolvimento territorial rural e as hidrelétricas no Amapá*<sup>59</sup> foi escrito com minha orientanda de Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UNIFAP). Discute sobre as novas dinâmicas territoriais nas áreas rurais do município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, diante da inserção de empreendimentos hidrelétricos ao longo da bacia do rio Araguari. Teve por objetivo analisar as dinâmicas territoriais das áreas rurais afetadas pelos empreendimentos hidrelétricos e as conduções das ações entre o Estado e os empreendimentos hidrelétricos. Percebeu-se na pesquisa efetivada que a fragilidade da estrutura urbano-regional das cidades da Amazônia brasileira tem evidenciado um elevado grau de vulnerabilidade entre a natureza e meio urbano amazônico além de que, a energia gerada pelas barragens implantadas ainda não alcança a totalidade dos habitantes de muitas cidades, bem como de núcleos urbanos e zonas rurais. Através da leitura das áreas rurais de Ferreira Gomes, observou-se, por parte dos empreendimentos, ações compensatórias estão pautadas prioritariamente no cumprimento de metas produtivas. Os danos causados pelos empreendimentos alcançam as localidades mais remotas, denotando maior fragilidade de estruturas territoriais rurais e elevando-as a um grau de vulnerabilidade preocupante. Em relação ao cenário amapaense, os empreendimentos hidrelétricos claramente geram impactos heterogêneos, manifestando-se tanto na natureza quanto nas dinâmicas territoriais dos locais afetados. No caso do município de Ferreira Gomes, esses impactos são observados pela expropriação de terras sem a mensuração real dos danos causados às populações rurais.

#### - Artigos em periódicos:

O artigo *Amapá: Conflitos de um Estado ambientalmente conservado*<sup>60</sup> visou discutir a reorganização espacial amapaense a partir do seu patrimônio natural com a criação de unidades de conservação e demarcação de reservas indígenas, as ações de políticas governamentais e do capital privado e a necessidade de se criar alternativas para o crescimento econômico do Estado. Na década de 1990 foram executadas várias ações de políticas governamentais destinadas às questões

---

<sup>59</sup> CORREA, K. A.; PORTO, J. L. R. Desenvolvimento territorial rural e as hidrelétricas no Amapá In: *Anais do XII Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia*. Dourados: EDUFGD, 2017. p.7644 – 7655. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2017/anais/arquivos/GT%2026/1186.pdf>.

<sup>60</sup> PORTO, J. L. R. Amapá: Conflitos de um Estado ambientalmente conservado. *Revista OLAM* (Rio Claro), UNESP-Rio Claro (SP), v. 3, n.1, p. 28-51, 2003. Disponível em <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/11837>.



ambientais neste ente federativo. Muitos conflitos territoriais ali existentes foram originados nas delimitações de competências institucionais, que ainda não conseguiram definir políticas destinadas ao crescimento econômico do Estado. Sobre a participação econômica do Amapá no contexto brasileiro, verificou-se também que o potencial natural amapaense tem garantido a acumulação do capital de diversos empreendimentos, notadamente pelas expectativas implantação da ALCMS e que se destacaram no cenário nacional, porém a herança deixada pelo esgotamento tem deixado um alto preço à sociedade amapaense. Quanto ao contexto migratório, com a estadualização foram geradas expectativas de novas oportunidades de emprego e acesso a terras, influenciando na formação de uma “fábrica de votos” locais.

O texto *Relatos da primeira expedição espeleológica do Estado do Amapá*<sup>61</sup> foi elaborado com o então Arqueólogo do Museu Joaquim Caetano (Hoje, docente da UNIFAP), com um geólogo do IEPA, com o ex-presidente da Sociedade Brasileira de Espeleologia e com o ex-Presidente da União Internacional de Espeleologia. Neste artigo, apresentamos um dos resultados do projeto intitulado *Projeto Percepções Do Amapá: O potencial econômico e as políticas públicas das bacias dos rios Jari e Maracá*, financiado pelo Edital de Ciências Humanas do CNPq (2003). A expedição ocorreu no período de 03 a 07 de setembro de 2004, no sul do Estado do Amapá, na região do Maracá, município de Mazagão. Durante a expedição foram visitadas 04 cavernas, 01 sítio habitação e a descoberta de 03 cavernas e um sítio oficina.

O artigo intitulado *Ponte Brasil-Guiana Francesa: os paradoxos da integração em um contexto multiescalar*<sup>62</sup> foi escrito com a então doutoranda de um DINTER entre o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPa) e a UNIFAP. Ela era docente do curso de Arquitetura da UNIFAP. Neste texto, discutimos algumas questões envolvidas sobre a construção da ponte entre o Amapá e a Guiana Francesa que abrangem diversas escalas, nas quais se confrontam tendências muitas vezes opostas, gerando conflitos entre o virtual e o concreto, o local e o global, o tempo e o espaço. Defendíamos que a ponte iria ter profundas implicações para a reprodução das relações sociais e para a reorganização do espaço e faz-se imprescindível que a sua construção seja acompanhada de políticas organizadoras que conduzam à integração e não a rupturas. Pela primeira vez foi apresentada uma comparação de capacidade de movimentação portuária entre o porto de Dégrad des-Cannes, principal porto de comércio da Guiana Francesa, e o Porto de Santana. A partir destas reflexões, lancei em para discussão, em outros artigos de periódicos, anais de eventos nacionais e internacionais e em palestras,

---

<sup>61</sup> O texto PORTO, J. L. R.; NUNES FILHO, E. P.; COSTA, W. ; SCALEANTE, J. A. B.; LABEGALINI, J. A. Relatos da primeira expedição espeleológica do Estado do Amapá. *Informativo SBE*, Campinas (SP), v. 89, n.89, p. 14-15, 2004.

<sup>62</sup> CASTRO, M. L. ; PORTO, J. L. R. Ponte Brasil-Guiana Francesa: os paradoxos da integração em um contexto multiescalar. *Oikos* (Rio de Janeiro), v. 1, p. 51-75, 2007.

de que a fronteira entre Amapá e Guiana Francesa, é a única que possui um comportamento inverso da fronteira brasileira, enquanto espaço relacional lindeiro

No artigo *Dinâmicas espaciais amapaenses: ocupação, urbanização e instalação de áreas protegidas*<sup>63</sup>, escrito com um professor do Curso de Geografia da UNIFAP, foi originalmente apresentado no Seminário “Por uma nova educação e gestão complexa do Ambiente”, coordenado pelos curso de Geografia da ULBRA e o Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, em abril de 2016, em Canoas (RS). Neste texto visamos destacar a condição urbana e a gestão do espaço amapaense a partir da abordagem sobre espaço de expansão e espaço de contensão e apresentando os fatores para a urbanização amapaense.

O texto *O comércio internacional do Estado do Amapá: Condições, construções e adaptações*<sup>64</sup> foi escrito com um aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, em que fui seu co-orientador. Refletiu sobre alguns comportamentos econômicos do Estado do Amapá, no período de 1990 a 2004, analisando avanços e recuos apresentados por sua balança comercial. Foram identificados os principais atores (empresas) e produtos que influenciaram na balança comercial amapaense, que para este Estado foram superavitários em todos os anos avaliados, e feitas algumas considerações, tais como: histórico, mudanças e adaptações pelas quais o Amapá passou neste período; principais mercados internacionais de destino e origem dos produtos; assim como a importância destes objetos para a balança comercial. Destacou algumas ações públicas no sentido de maximizar as relações comerciais internacionais deste Estado. Dentro da abordagem do tema, notou-se que poucas empresas e produtos foram responsáveis pela movimentação de sua balança comercial.

No artigo *Interações espaciais em uma cidade média no meio do mundo: o caso de Macapá (AP)*<sup>65</sup>, objetivou-se analisar dentre os diversos aspectos das dinâmicas urbanas amapaenses, aquelas que são sugeridas pelas políticas públicas de ordenamento territorial e as transformações sócio-espaciais urbanas de Macapá, a partir dos seguintes enfoques: o geoeconômico, ao analisar os setores econômicos atuantes no seu espaço urbano e seus reflexos na sua organização espacial dentro do Estado do Amapá; o geopolítico, ao estudar a importância da cidade na defesa da fronteira amazônica; e o sócio-geográfico, ao analisar as transformações espaciais e os seus reflexos nas estruturas sociais amapaenses. O texto apresenta: Macapá como uma cidade média; A partir da abordagem das interações espaciais, não se pode analisar Macapá isoladamente de Santana, mas se deve considerar que as suas interações nos contextos

---

<sup>63</sup> PORTO, J. L. R.; LIMA, R. A. P. Dinâmicas espaciais amapaenses: ocupação, urbanização e instalação de áreas protegidas. *Caesura* (ULBRA), v. 30, p. 169-180, 2007.

<sup>64</sup> SILVA, G. V.; PORTO, J. L. R. O comércio internacional do Estado do Amapá: Condições, construções e adaptações. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 30, p. 71-81, 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/37484/24230>.

<sup>65</sup> PORTO, J. L. R.; SANTOS, E. R. C.; CASTRO, M. L.; MARTINS, C. R. N.; FURLAN, L. A. Interações espaciais em uma cidade média no meio do mundo: o caso de Macapá (AP). *Somanhu* (UFAM), v. 8, p. 9-24, 2008.

local, regional e global significam ampliar as dinâmicas territoriais que esses dois municípios possuem; A ocupação territorial amapaense impôs novos ritmos às dinâmicas espaciais pré-existentes; A implantação de sistemas de engenharias criaram também movimentos de criação destruidora e; ocorreram ajustes espaciais para o melhor funcionamento e atuação das próteses, que garantiram a criação, o planejamento, a organização e a instalação de mecanismos proporcionadores da (des)construção espacial, a fim de atender aos interesses e objetivos externos.

O artigo *O Pensamento Ambiental e as modalidades de unidades de conservação no Amapá*<sup>66</sup>, escrito com mestrandos em Desenvolvimento Regional da UNIFAP, partiu de uma análise histórica da relação existente entre as concepções ideológicas, as correntes do pensamento ambiental e a modalidade de unidades de conservação criadas no decorrer dos tempos, no Brasil e no Amapá. O presente artigo aborda a implementação de unidades de conservação no Brasil e, em especial, no Estado do Amapá. A análise das unidades de conservação no Brasil, tanto sob o aspecto cronológico quanto sob o aspecto das modalidades atuais demonstra que havia uma tendência atual à criação de unidades de uso sustentável, o contrário do que ocorria até 1984. Ao focar o caso amapaense, desenha as unidades de conservação, sua gênese, institucionalização e conflitos; destaca que quantitativamente a maior parte das UC's terem sido criados enquanto Território Federal, porém em extensão se protegeu mais enquanto Estado, sendo que as maiores em extensão estão sob a tutela do Governo Federal; observa, também, que a expressiva porção do território amapaense como área protegida tem funcionado como fatores de expansão e restrição do território. Expõe reflexões sobre a expansão de áreas protegidas contíguas na faixa de fronteira setentrional: do lado brasileiro os ParNas do Tumucumaque e do Cabo Orange; do lado da Guiana Francesa, a criação do Parque Amazônico da Guiana. Apresenta as UC's como um *cinturão institucional de áreas protegidas* ao redor das Reservas Indígenas, que tem inibido a ocupação desordenada e conflitiva com os índios, como também desenvolvem diálogos e cooperação com esse povos em diversos temas ligados à gestão de recursos naturais e à fiscalização, além da participação de representações indígenas nos Conselhos Consultivos destas UC's. Identifica o Amapá na condição de detentor do maior percentual de UC's em seu território dentre todos os entes federados do país, e tal característica tem funcionado como fator de restrição quanto ao uso do território amapaense. Destacou, também a contiguidade territorial de área protegida dos ParNas do Tumucumaque (Brasil) e do Parque Amazônico da Guiana (Guiana Francesa), com cerca de 6 mil Km<sup>2</sup>. Quanto aos conflitos existentes com moradores residentes dentro dos limites das unidades de conservação, observou-se que a sua origem está na questão fundiária desta região. Para tentar resolver instrumentos jurídicos entre o

<sup>66</sup> PORTO, J. L. R.; CHELALA, C. ; ANDRADE, E. B. O Pensamento Ambiental e as modalidades de unidades de conservação no Amapá. *OLAM* (Rio Claro), v. 8, p. 80-103, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/viewArticle/1494>.

IBAMA, esses moradores foram elaborados, como Termo de Ajustamento de Conduta e Termo de Compromisso, que visam estabelecer regras e procedimentos para o uso do território nessas UC's, até que seja realizada a regularização fundiária da área.

No texto *Os novos usos e (re)construções da condição fronteira amapaense*<sup>67</sup>, almejou-se discutir as transformações das interações espaciais entre Brasil e França no contexto sul-americano, lançando bases para novas análises da condição fronteira amapaense. Desde meados da década de 1990, a fronteira amapaense tem sido condicionada para uma série de transformações sociais, geográficas e infraestruturais, as quais indicam a construção de novos usos desse território, sendo que a conexão fronteira entre Brasil e França tem estimulado muito mais um processo de *interação* do que de *integração* econômica, sob a perspectiva da fronteira-rede, haja vista que o interesse maior das macropolíticas elaboradas por agentes nacionais e internacionais objetivam a ativação de apenas alguns pontos nesse novo uso do território amapaense. Entende-se, aqui, a fronteira como espaço de oportunidades e de conflitos, com múltiplos tipos de ação e de tempos, envolve, por consequência, múltiplos atores e níveis de decisão. Essas características tornam mais complexas as análises sobre a fronteira e suas condições. No contexto amapaense, trabalha-se que a construção do território deve levar em conta três condições: *a fronteira, a urbana e a ambiental*. Sendo privilegiada nas reflexões tecidas, a primeira. Mas é importante notar que, de uma forma mais geral, as três foram estimuladas de forma acentuada no último decênio do século XX, em função das novas dinâmicas territoriais criadas com as Unidades de Conservação e Terras Indígenas; no domínio ambiental; da migração permanente para o norte amapaense, no que diz respeito ao urbano; de se pensar a fronteira como fronteira-rede e; como lócus de inúmeras propostas de cooperação transfronteira com a Guiana Francesa. Por fim, percebeu-se que o espaço de cooperação transfronteira é fortemente marcado por assimetrias, pelas diferenças em termos de situação socioeconômica e por um crescimento de influência, em um contexto de desenvolvimento programado, dos intercâmbios comerciais claramente visualizados no Programa Operacional Amazônia proposto pela União Europeia.

O artigo *Interações espaciais entre territórios periféricos no Norte da América do Sul*<sup>68</sup>, foi escrito com meu co-orientando de doutorado. O seu objetivo foi de analisar o quadro de mudança política que ocorreu na fronteira franco-brasileira, em função das interações espaciais entre este espaço limbeiro, notadamente envolvendo o Estado do Amapá e a Guiana Francesa. O resultado da discussão estabelecida no texto, indicou que em grande parte do século XX, a fronteira franco-

---

<sup>67</sup> PORTO, J. L. R.; SILVA, G. V. Os novos usos e (re)construções da condição fronteira amapaense. *Novos Cadernos NAEA*, v. 12, p. 253-267, 2009.

<sup>68</sup> SILVA, G. V.; PORTO, J. L. R. Interações espaciais entre territórios periféricos no Norte da América do Sul. *Percurso* (Curitiba), v. 11, p. 51-72, 2010.

brasileira não foi alvo de políticas territoriais, exceto àquelas que visaram delimitar seus domínios territoriais. A partir do primeiro decênio do século XXI, houve uma reconfiguração do uso político deste território para se construir cooperações transfronteiriças, cuja questão central embasava-se nas interações espaciais ancoradas no controle-uso conjunto do bioma amazônico por eles inseridos.

O texto intitulado *Reflexões sobre a condição periférico/estratégica da fronteira amapaense*<sup>69</sup>, foi originalmente apresentado no II Seminário Reforma do Estado e Território: Políticas Territoriais Contemporâneas na Europa e no Brasil. Resgatou as etapas do processo de integração nacional da Amazônia a partir da década de 1970, e nas décadas subsequentes, vários fatores começaram a mudar a condição de periferia do atual Estado do Amapá, tais como: a Instalação do Complexo Industrial do Jari (década de 1970); a construção da rodovia BR-156 (de 1970 a 1980), ligando Oiapoque até o Laranjal do Jari (1991); a mudança de comportamento entre vizinhos internacionais, principalmente representado pelo Acordo-Quadro entre Brasil e França (1995). Este artigo é um dos primeiros textos que sobre previsão da entrega da Ponte Fronteiriça construída entre a Guiana e o Brasil. O artigo aponta indicativos do aumento da conectividade externa do estado do Amapá: o aumento do comércio atacadista; a instalação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (1990) – uma das sete Áreas de Livre Comércio instaladas na Região Amazônica – e a criação da Zona Franca Verde 2008, localizada no município de Santana.

O artigo *Ajustes espaciais na fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Políticas públicas e interações do Platô das Guianas (1940-2010)*<sup>70</sup>, escrita com uma pesquisadora do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (OBFron/UNIFAP), faz uma reflexão sobre a mudança de enfoques da fronteira da Amazônia no Amapá de periférica para estratégica, estimulando novos usos do território, pelos investimentos externos de empresas privadas e de políticas públicas de integração ao Platô das Guianas. A hipótese aqui considerada é que a condição periférico-estratégica amapaense é decorrente das ações de políticas públicas estimuladas inicialmente pela justificativa da Defesa Nacional e, posteriormente pela sua integração ao mundo globalizado e articulado em redes, mediante aos constantes ajustes espaciais, executados e fortalecidos pelo Governo Federal. Apresentou a condição singular do estado do Amapá, como um espaço simultaneamente estratégico e periférico. Sua configuração estratégica é decorrente de sua posição fronteiriça com a França, país membro da comunidade econômica europeia, ampliando as interações entre Brasil–França. É fruto, também, de sua vinculação geográfica ao Platô das Guianas, da preservação da floresta nativa e da imensa

---

<sup>69</sup> PORTO, J. L. R. Reflexões sobre condição periférico/estratégica da fronteira amapaense. In: *Revista Para Onde!?*, 5 (Especial): 63-75, ago./dez. 2011. Disponível em: <http://seer.ufg.br/index.php/paraonde/issue/view/1498/showToc>

<sup>70</sup> PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E. Ajustes espaciais na fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Políticas públicas e interações do Platô das Guianas (1940-2010). *Revista Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal*, v. 19, p. 45-60, 2012.

sociobiodiversidade que possui. Outro aspecto importante é sua posição litorânea com acessibilidade através do rio Amazonas a navios de grande calado ao porto da cidade de Santana. Esses elementos que compõe seu potencial estratégico ganharam acentuada relevância diante das estratégias estatais de integração física e da Iniciativa de Integração Regional Sul Americana. Quanto à sua condição periférica, esta é fruto da distância dos grandes centros econômicos e políticos nacionais, de seu isolamento geográfico dado ausência de acesso rodoviário. É agravada pela fragilidade estrutural de sua economia, pouco diversificada, extrativista e produtora *commodities*, além de fortemente marcada pela importância do poder público na oferta de empregos. Quanto à execução dos ajustes espaciais que levaram a construção desse cenário, foi decorrente de dois condicionantes que realizaram atos de criação/construção que afetaram a apropriação e a configuração territorial amapaense: a participação do Governo Federal na criação de condições para a mobilidade do capital no espaço amapaense e implantar ajustes para melhor articular as redes criadas/construídas; e a atuação do capital internacional na exploração de *commodities*, com o estímulo do Estado, no uso do território. Expõe, também, que a dinâmica dos ajustes espaciais no Amapá está diretamente ligada aos movimentos de (des)construção e (des)territorialização espaciais, seja pelas redes, seja pela criação/construção de próteses dos mais variados modelos. Possui, também, forte dependência da participação do Estado na sua economia e nas políticas públicas. Estimula intensa articulação com o cenário internacional, notadamente como fornecedor de *commodities*. Tudo isso, tem exigido constantes reconstruções de ajustes espaciais. Essa situação foi a responsável pela criação de um cenário propício apenas a exploração e não ao desenvolvimento. Neste sentido, com as expectativas da interação física no/do Platô das Guianas novos ajustes deverão ser criados, construídos, desfeitos, refeitos decorrente da perspectiva de mudança do eixo de conectividade da Guiana Francesa do Caribe para usar o sistema portuário de Santana (Amapá), mediante a uma relação comercial fronteiriça com o vizinho francês será uma relação inversa, pois as mercadorias são mais baratas neste lado da fronteira.

Quanto ao artigo *Novos usos da Fronteira Amapá-Guiana Francesa: Expectativas de construção e ensaios de cooperação*<sup>71</sup>, escrito com minha orientanda de mestrado em Desenvolvimento Regional, este apresenta algumas reflexões sobre o processo histórico da dinâmica e da produção espacial do atual estado do Amapá, bem como os acordos de cooperação entre Brasil e França, em especial, Amapá e Guiana Francesa, fato este que marca o início dos *novos usos políticos-territoriais da fronteira franco-amapaense*; teceu reflexões sobre a construção da fronteira Amapá-Guiana Francesa como fronteira de separação; bem como reforçou a interpretação do

---

<sup>71</sup> SANTOS, P. G. S.; PORTO, J. L. R. Novos usos da Fronteira Amapá-Guiana Francesa: Expectativas de construção e ensaios de cooperação. *Revista Geonorte*, v. 7, p. 1152-1168, 2013.

Território Federal do Amapá como um *Estado em Embrião* e; discute a interação espacial entre Amapá e Guiana Francesa embasada em *expectativas para integração e ensaiando suas cooperações transfronteiriças*. Ressalta a condição da litoraneidade como um fator de discussão para a aqueles espaços localizados no litoral, cujos espaços relacionais transfronteiriços são mundiais a partir das cidades portuárias. O texto discute, também, que a fronteira de outrora, de separação, agora busca a integração; As relações transfronteiriças do Estado do Amapá com o platô das Guianas vai para além da conectividade Amapá-Guiana Francesa. Pois ela também representa: a única zona de contato na América do Sul que conecta dois programas internacionais de desenvolvimento (IIRSA e INTERREG); a conexão de dois blocos econômicos (Mercosul e União Europeia); a construção de uma nova relação transfronteiriça, que não se reduz aos limite de separação entre esses espaços, o rio Oiapoque, mas ampliaram-se e constrói-se o eixo Macapá-Caiena. Assim sendo, desde meados da década de 1990, a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa tem sido trabalhada não mais como fronteira de contenção, mas como uma fronteira de cooperação que a cada novo acordo bilateral se mostra cada vez mais articulada em redes geográficas, assentando-se em ações político-institucionais e em intenções de reorganização territorial, implicando em novas dinâmicas e/ou novos usos desse território.

O artigo *Transfronteirizações na América do Sul: uma agenda de pesquisa sobre dinâmicas territoriais nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil*<sup>72</sup> foi elaborado com a participação de pesquisadores do OBFron/UNIFAP e do Laboratório Estado e Território - Gestão, Regiões e Fronteiras (LABETER/UFRGS). É uma reflexão sobre um projeto que participei pelo Programa Pró-Defesa (CAPES) sob a coordenação geral do Dr. Arnaldo Rückert (PPGEO/UFRGS). O texto trata de uma agenda de pesquisa em desenvolvimento sobre cenários de dinâmicas territoriais transfronteiriças com atenção em políticas territoriais dirigidas às conexões de infraestruturas sul-americanas e a áreas protegidas no norte amazônico / Planalto das Guianas. Essa agenda discute alguns problemas regionais localizados em regiões de fronteiras brasileiras nos extremos sul e norte (as fronteiras do Mercosul no Arco Sul do Brasil – estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná ao longo do Uruguai, Argentina e Paraguai [macrorregião da Bacia do Prata] e a fronteira franco-brasileira no Arco Norte do Brasil – Estado do Amapá ao longo da Guiana Francesa [macrorregião do Planalto das Guianas]). Nas reflexões sobre o caso amapaense, parte-se do pressuposto que este representa ao mesmo tempo um espaço multidimensional em razão de seu ponto de contato entre programas internacionais sul-americanos, europeus e brasileiros (IIRSACOSIPLAN, INTERREG IV /POAmazonie e PAC - Programa para Aceleração do

<sup>72</sup> RÜCKERT, A.; CAMPOS, H. A.; SUPERTI, E.; PORTO, J. L. R. Transfronteirizações na América do Sul: uma agenda de pesquisa sobre dinâmicas territoriais nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, v. 7, p. 99-115, 2014.

Crescimento). Sobre a sua articulação espacial na região de fronteira Brasil-França envolve dois momentos: o de *articulação fronteiriça* e o de *interação transfronteiriça*. O primeiro diz respeito ao forte comportamento do *efeito-barreira fronteiriço*. No segundo, referencia a gradual transição para a construção de, inicialmente, *ensaios de cooperação transfronteiriça*. A partir da nova etapa da fronteira amapaense, a sua condição transfronteiriça, percebe-se a necessidade de uma construção de relações territoriais conjuntas, não mais embasadas nas suas fronteiras internas, mas extrapolar seus limites, consolidando uma fronteira-rede do/no Platô das Guianas.

O texto *A construção da condição fronteiriça do oeste amapaense (1947-2014)*<sup>73</sup>, é um dos resultados elaborados para o meu estágio pós-doutoral em Geografia, na Universidade de Coimbra (Portugal). Discuti sobre os usos da fronteira, em especial a fronteira oeste amapaense como integrante da Faixa de Fronteira brasileira, enfocando os municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari. Percebeu-se que na construção da condição fronteiriça do oeste amapaense predomina uma *condição estratégico-periférica institucionalizada*, em que o “estratégico” se explica pela atração de investimentos internacionais; o “periférico”, pela condição de abandono, pelos discursos políticos e pelo elevado grau de dependência dos municípios aos recursos do Estado; e o “institucionalizado” é representado pela grande influência de instituições públicas na gestão territorial dos municípios envolvidos; analisou-se a configuração territorial conjunta dos municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari, como fronteira acionada, precariamente articulada; desconectada de sua linde internacional, mas inteirada com o mundo; inserida em uma regionalização nacional fronteiriça. Sugeriu-se para melhor entender o processo dessa construção, quatro períodos: a) 1946-1957: gênese, estruturação produtiva e construção infraestrutural; b) 1957-1997: a consolidação, reestruturação e a institucionalização espacial; c) 1997-2004: o desacionamento da fronteira conectada; d) 2004-2013: a recuperação e o reuso de um espaço construído.

No artigo *A reconstrução da condição fronteiriça amapaense: da expansão colonial às intenções de interações transfronteiriça*<sup>74</sup>, partiu-se da hipótese de que a condição fronteiriça amapaense é reflexo de interesses, de construções externas, de ações políticas, econômicas e institucionais, as quais são manifestadas e contextualizadas em tempos históricos e se comportando como um *território estratégico recomposto periférico e tardio*, onde o *território* delimita seu espaço de atuação; o *estratégico*, sua intenção de atuação; e o *recomposto*, no uso de formas e dos conteúdos espaciais a partir de suas articulações criadas e construídas de seus ajustes espaciais em cada momento histórico; *periférico* nos discursos de seus representantes e; *tardio* na

<sup>73</sup> PORTO, J. L. R. A construção da condição fronteiriça do oeste amapaense (1947-2014). *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 2, p. 145-173, 2014.

<sup>74</sup> PORTO, J. L. R. A reconstrução da condição fronteiriça amapaense: da expansão colonial às intenções de interações transfronteiriça. *Acta Geográfica* (UFRR), v. 8, p. 149-167, 2014.



criação/construção de condições para o uso de seu território. Por isso, as análises sobre a fronteira devem ser multifocal, multiescalar, multitemporal e multirrelacional. Quanto ao uso do território fronteiriço amazônico aqui exposto a partir da experiência dos Territórios Federais, em particular do caso amapaense, evidencia: A sua construção espacial é externa, sem realidade própria, com invenções para os usos de seus produtos, para e de seus espaços; O uso do território amapaense como um *grande negócio*; É um espaço multidimensional; Sua articulação espacial envolve dois momentos: o de relação *fronteiriça* e o de interação *transfronteiriça*; A condição fronteiriça amapaense tem sido efetivada pela sua construção histórica e geopolítica do período colonial; pelos ensaios recentes de cooperação entre Amapá e Guiana Francesa e; pela identificação das funções do Amapá e da Guiana Francesa na economia-mundo; Os resultados que a construção da condição fronteiriça envolvem elementos e fatores econômicos, institucionais, políticos, sociais e territoriais inerentes às dinâmicas que o próprio espaço (trans)fronteiriço constrói e; A fronteira amapaense entre 2004 e 2013 se encontrava em um processo de transição de *efeito-barreira* para *efeito-cooperação*, em um comportamento híbrido.

No artigo *Pós-graduação em Desenvolvimento Regional no Estado do Amapá: o caso do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá*<sup>75</sup>, elaborado por ex-coordenadores do PPGMDR/UNIFAP, foi uma publicação induzida por um edital da Capes para discutir a região Amazônica e a pós-graduação brasileira. Este artigo descreve a atuação do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, a fim de qualificar o debate sobre o desenvolvimento regional, a partir de suas (re)configurações territoriais e fronteiriças. O artigo busca compreender a dinâmica territorial amapaense com o intuito de amadurecer as pesquisas sobre o papel que a pós-graduação pode oferecer na produção de um conhecimento que leve efetivamente ao desenvolvimento regional. Para tanto, realiza um resgate histórico sobre o Amapá, chegando à importância da criação do Mestrado em Desenvolvimento Regional, seus avanços e suas perspectivas para o desenvolvimento regional. Os resultados apontam que o estado do Amapá ainda é deficitário na produção do conhecimento, fator que, em parte, o referido curso de pós-graduação tem conseguido suprir.

O artigo *Condicionantes para a execução de ajustes espaciais no Amapá- Brasil: da gênese de um ente federativo à novas configurações territoriais (trans)fronteiriço*<sup>76</sup>, almejou avaliar a criação destruidora da ocupação e (des)organização do espaço amapaense, a partir da instalação de uma série

<sup>75</sup> PORTO, J. L. R.; CALDAS, Y. P. ; LOMBA, R. M. Pós-graduação em desenvolvimento regional no estado do Amapá: o caso do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 11, p. 49-73, 2014.

<sup>76</sup> PORTO, J. L. R. Condicionantes para a execução de ajustes espaciais no Amapá-Brasil: da gênese de um ente federativo à novas configurações territoriais (trans)fronteiriço. *Aldea Mundo, Revista sobre Fronteras e Integración*, v. 20, p. 21-32, 2015.

de próteses (institucionais, jurídicas, administrativas e tecnológicas) e de sistemas de engenharia, os quais necessitaram de ajustes para melhor atuação de suas práticas espaciais e adequações para a sua (re)organização territorial que garantiram um amplo processo de transformações nas estruturas econômicas e sociais neste ente federativo brasileiro, as quais foram responsáveis pelas criações de cenários propícios apenas a exploração e não ao desenvolvimento. Com as expectativas das interações transfronteiriças deverão ser revistas as ações destinadas ao espaço amapaense e às suas relações com a fronteira, para se construir um processo conjunto e dialogado de desenvolvimento regional, não mais embasadas nas suas fronteiras internas, mas extrapolar seus limites, consolidando uma fronteira-rede do/no Platô das Guianas, em um acontecer solidário, embora ainda ocorra um acontecer contraditório entre esses espaços; O eixo de articulação transfronteiriço da nova regionalização da fronteira amapaense, a Amazônia Setentrional Amapaense, deve ser ampliada para uma Amazônia Setentrional Brasil-França, onde o eixo de articulação se concentrará no trecho Macapá-Caiena.

O artigo *Circuitos da Economia na fronteira amapaense: um híbrido de subsistemas para a sua reorganização espacial*<sup>77</sup>, foi elaborado com meu supervisor de pós-doutoramento em Desenvolvimento Regional. Visou discutir a formatação do circuito econômico da fronteira Amapá-Guiana Francesa a partir das recentes ações econômicas ali estabelecidas, proporcionando novos usos da fronteira e do seu território. Desde a justificativa de defesa nacional na década de 1940 até às expectativas da transfronteirização em construção a partir do segundo decênio do século XXI, a fronteira amapaense recebeu investimentos e (re)inventado seu uso e sua função nas escalas econômicas envolvendo desde o local ao internacional. Ao se considerar que o mundo de hoje se encontra conectado em rede, as ameaças externas são constantes, frequentes e invisíveis. À medida que essas conexões se efetivam, espaços são acionados, as fronteiras são inseridas por se integrarem às áreas de expansão de produtos industrializados, inventando-se novos espaços a serem ocupados, novos usos. As ameaças não são mais de conquista de território, mas de mercados. Por fim, esta fronteira possui um circuito *híbrido* de economia, ora como um *circuito inferior/superior*, ora como *superior/inferior*, formatando-a como uma *fronteira tardia* assentada nas(os): expectativas de integração; ensaios de cooperação e; mudanças de relações fronteiriças para transfronteiriças, envolvendo o eixo Macapá – Caiena. Esta configuração tardia tem exigido novas criações e construções de políticas ambientais, diplomáticas, econômicas e de organização do território.

O artigo *Gênese, construções e delimitação da fronteira franco-brasileira: da conquista do território à fronteira tardia*<sup>78</sup> visou refletir sobre a construção da fronteira franco-brasileira, tendo

---

<sup>77</sup> PORTO, J. L. R.; THEIS, I. M. Circuitos da Economia na fronteira amapaense: um híbrido de subsistemas para a sua reorganização espacial. *Labor & Engenho*, v. 9, p. 101-114, 2015.

<sup>78</sup> PORTO, J. L. R.; CALDAS, Y. P. Gênese, construções e delimitação da fronteira franco-brasileira: da conquista do território à fronteira tardia. *Territórios e Fronteiras* (Online), v. 8, p. 15-40, 2015.

por diretriz os diversos usos que essa fronteira foi manifestando historicamente, sua temporalidade e a sua inserção na economia-mundo. Nas reflexões tecidas, percebeu-se que a fronteira possui uma construção que levam em consideração vários aspectos e fenômenos geográficos capazes de criar, construir, configurar, organizar, formatar diversas maneiras de usar o território. Assim, a partir da criação do Território Federal do Amapá há duas condições fronteiriças concomitantes e complementares no Estado do Amapá: uma “amapaense” e outra “Brasil-França”. A primeira decorre da ocorrência de ajustes espaciais e a inserção de próteses no território amapaense a partir de sua instalação de ente federativo Amapá, gerando condições para ampliação das suas articulações em redes econômicas nos cenários nacional e internacional. A segunda possui uma relação mais institucionalizada, com acordos internacionais, que abordem um espaço relacional entre países desde o período colonial; esta abordagem amplia após o envolvimento do Estado Amapá como um ente federativo articulado com o norte da América do Sul.

O artigo *A pós-graduação em planejamento urbano e regional no Brasil: quatro décadas de reflexões territoriais*<sup>79</sup>, foi escrito com meu supervisor de estágio pós-doutorado em Desenvolvimento Regional, na Universidade Regional de Blumenau. A obra visou analisar o comportamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pela CAPES, da subárea de Planejamento Urbano e Regional (PUR), no período de 1970-2015. Percebeu-se nas reflexões executadas, forte atuação de análises multidisciplinares nas pesquisas realizadas, como, também, uma descentralização regional de cursos de mestrado e doutorado para a formação da massa crítica de pesquisadores em temáticas regionais e urbanas, em problemas relacionados às transformações espaciais e políticas públicas e em questões referentes às dinâmicas socioterritoriais. Em 2015 a subárea PUR na Capes completou 45 anos de atuação. Neste período, identificou-se as seguintes configurações que contribuíram para a evolução desta subárea: Os cursos mestrados acadêmicos e profissionais, bem como doutorados atingiram todas as regiões brasileiras, formando massa crítica sobre as questões regionais e urbanas, as transformações espaciais e políticas públicas, como também sobre os impactos das dinâmicas socioeconômicas nas (re)construções territoriais; Houve um crescimento de 3 para 43 cursos/programas no Brasil; identificam-se três períodos de expansão no total dos cursos envolvidos: 1) Gênese da área de PUR (1970-1999); 2) Expansão e diversificação da área PUR (2000-2005) e; 3) Expansão, desconcentração regional e interiorização da área PUR (2006-2015); A partir do primeiro decênio do século XXI, a subárea PUR interioriza-se para as regiões Norte e Centro-Oeste brasileiro,

---

<sup>79</sup> PORTO, J. L. R.; THEIS, I. M.. A pós-graduação em planejamento urbano e regional no Brasil: quatro décadas de reflexões territoriais. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, v. 9, p. 33-46, 2016. Este texto originou-se por uma atividade durante este estágio com alunos do Mestrado em Desenvolvimento Regional, nesta instituição, originando o texto intitulado *Os Programas de Pós-Graduação da área de Planejamento Regional e Urbano no Brasil* (2013), elaborado por Jadson Luís Rebelo Porto, L. L. Schneider, Rubens Staloch e Paula Sofia Igreja.

bem como para o oeste de alguns Estados, com em Santa Catarina e Paraná e; A inexistência de cursos de doutorados na área de PUR na região Centro-Oeste.

O texto *A atividade comercial atacadista e sua contribuição para o desenvolvimento econômico regional no estado do Amapá*<sup>80</sup> teve por escopo analisar o conceito de atividade comercial atacadista, suas subdivisões e as contribuições ao desenvolvimento econômico regional no Estado do Amapá, Brasil. Inicialmente foi demonstrado como as atividades comerciais atacadistas expressam sua contribuição ao desenvolvimento econômico regional pela capacidade de geração de empregos e expansão na renda dos indivíduos, contribuindo diretamente para a melhoria na arrecadação de tributos do estado. Como resultados alcançados pela pesquisa, percebeu-se que a expansão das atividades comerciais atacadistas tem contribuído para o processo de desenvolvimento econômico, pelos efeitos decorrentes do crescimento econômico empresarial, especialmente, na geração de novos empregos e na expansão da arrecadação de tributos no Estado do Amapá. O comércio atacadista tem a capacidade de proporcionar aos consumidores das regiões periféricas, incluído o Amapá, a possibilidade de consumo de produtos modernos e atualizados, tal e qual os consumidos nos principais centros desenvolvidos do país; provocando uma sensação de “pertencimento ao contexto”, mitigando a sensação de abandono, tão característica nas populações das cidades do interior amapaense.

O artigo *The Geopolitics of the European Union for overseas territories: assimilation, fragmentation and the role of French Guiana in the regional context*<sup>81</sup>, foi elaborado com pesquisadores do OBFRON e da Universidade Federal Fluminense. Partiu-se da análise de documentos sobre as Regiões Ultraperiféricas (RUP's), de leitura de relatórios sobre os resultados de recentes financiamentos europeus para a inserção regional da Guiana Francesa; além de análise sobre o papel da Base espacial de Kourou para a União Europeia. Percebeu-se nas discussões elaboradas que: A criação de estratégias de articulação e acordos internacionais entre os países europeus destinados a ligações econômicas é acompanhada pela construção de novos usos institucionais e econômicos de suas fronteiras, dando-lhes uma nova dimensão geopolítica: a cooperação transfronteiriça; O planejamento das regiões ultraperiféricas faz parte do padrão geopolítico da União Europeia, sendo que somente a França, a Espanha e Portugal possuem territórios qualificados como os mais distantes; A Guiana Francesa é a única região ultraperiférica continental, e também a única localizada na América do Sul (e mais precisamente na Amazônia) e; Identificaram-se três estratégias europeias diretamente envolvidas na Guiana: A criação de diretrizes e financiamento para o que se denomina Região Ultraperiférica; é a única região

---

<sup>80</sup> AZEVEDO, L. R. ; PORTO, J. L. R. ; SILVA, B. M. S. A atividade comercial atacadista e sua contribuição para o desenvolvimento econômico regional no estado do Amapá. *Revista SODEBRAS*, v. 11, p. 25-30, 2016.

<sup>81</sup> SILVA, G. V.; PORTO, J. L. R.; SANTOS, P. G. S.; DHENIN, M. The Geopolitics of the European Union for overseas territories: assimilation, fragmentation and the role of French Guiana in the regional context. *Confins* (Paris), p. 40-60, 2016.

ultraperiférica com fronteiras terrestres e tem a maior extensão das fronteiras internacionais em toda a França e; a orientação de se estabelecer relações de cooperação com seus vizinhos imediatos (Brasil e Suriname), decorrente da criação de programas de financiamento da União Europeia para a integração regional da Guiana Francesa, pelo INTERREG IV, que compensa a ausência da Guiana nas políticas de integração sul-americanas do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e da IIRSA.

O artigo *Ensaio de interações transfronteiriças Amapá-Guiana Francesa (1943-2013): Reflexões de uma fronteira tardia*<sup>82</sup>, elaborado com um pesquisador do OBFRON, concebe que a fronteira Amapá-Guiana Francesa é uma fronteira tardia, cuja relação espacial entre eles se configura como ensaios de interações transfronteiriças, como também adota-se o enfoque de ajustes espaciais na tentativa de captar as ações adotadas para a mudança de comportamento desta linde de relações fronteiriças para a configuração daqueles ensaios. Este trabalho discute o recente processo de transfronteirização entre Amapá-Guiana Francesa como uma configuração tardia mediante a ensaios de interações espaciais entre eles. A partir do significado polissêmico da fronteira e das execuções de novas articulações espaciais e as novas redes à medida que é ocupada e usada, tem se repensado sobre o que o seu uso como limite, para se construir cooperação, relações transfronteiriças, cujas dinâmicas se refletem em: um desenvolvimento geográfico desigual; mudanças da configuração da fronteira de *efeito-barreira* para construir ou consolidar o *efeito-cooperação*. Com isso, o capital tende a derrubar qualquer barreira espacial, criando condições para a sua superação, tais como: criando acordos diplomáticos; construindo pontes; conectando com vias de comunicação, acionando novos espaços e produtos de seu interesse; mudando de comportamento fronteiriço para transfronteiriço; modernizando de técnicas e tecnologias de transporte, como o aumento das dimensões dos meios de transportes, transportando mais mercadorias, bem como de seus sistemas de transferência de relações nodais (portos, aeroportos, ferroviárias). Assim, tendo por referência espacial nas reflexões aqui tecidas, a conexão via ponte sobre o rio Oiapoque representa: o ponto de contato entre dois blocos econômicos (Mercosul/União Européia); o ponto de conexão entre duas políticas de integração internacionais (IIRSA e INTERREG); a alternativa de mobilidade do comércio exterior da Guiana Francesa pelo Porto de Santana; a possibilidade de produtos industriais brasileiros se expandirem ao norte da América do Sul, em um espaço com moeda forte (o Euro). Este é o único ponto da fronteira brasileira que possui tal característica, invertendo as relações transfronteiriças.

O Artigo *Uso do território e implicações socioterritoriais da mineração no Município de Barcarena (Pará/Brasil): População, arrecadação e segurança pública*<sup>83</sup>, foi publicado com meu

<sup>82</sup> PORTO, J. L. R.; COSTA, J. M. Ensaio de Interações Transfronteiriças Amapá-Guiana Francesa (1943-2013): Reflexões de Uma Fronteira Tardia. *Revista Geoamazônia*, v. 4, p. 20-46, 2016.

<sup>83</sup> SILVA, C. N.; REIS, J. F. G.; PALHETA DA SILVA, J. M.; PORTO, J. L. R.; LIMA, R. A. P. Uso do território e implicações socioterritoriais da mineração no Município de Barcarena (Pará ? Brasil): População, arrecadação e segurança

supervisionado de estágio pós-doutoral e com seu grupo de pesquisa instalado na Universidade Federal do Pará. O texto teve por objetivo analisar as relações territoriais no município de Barcarena (Pará), tendo como base de pesquisa a instalação do complexo Albrás/Alunorte, a partir das relações existentes entre a arrecadação de impostos municipais e as ações criminosas nos últimos anos (2008 a 2014). Percebe-se que, a partir do beneficiamento mineiro-metalúrgico por um complexo de empresas internacionais, que seguem o modelo de produção vigente na região amazônica, gerou-se mais pobreza e insegurança pública, do que multiplicou o bem-estar social e a riqueza de seus habitantes. Identificou-se, também, que a relação entre o Estado nacional com as empresas de mineração ocorreu em meio a uma série de negociações, barganhas e concessões que acabaram por fortalecer as ações conflituosas e/ou complementares da Albrás e posteriormente da Alunorte.

Quanto ao artigo intitulado *Organização espacial da sub-região de Macapá, da gênese à estadualização*<sup>84</sup>, elaborado com meu orientado de mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP, visou analisar a organização espacial da sub-região de Macapá (SRM), na Amazônia Setentrional Amapaense (ASA), composta pelos municípios de Macapá, Santana, Mazagão, Porto Grande, Ferreira Gomes, Serra do Navio, Itaubal do Pírim, Pedra Branca do Amapari e Cutias do Araguari, através de seus aspectos político-administrativos, com destaque a partir de seu desmembramento territorial e a sua dinâmica econômica de sua gênese até o período da estadualização amapaense, quando passou por diversas mudanças e se (re)organizou espacialmente, primeiramente, como ponto estratégico e de defesa da entrada do vale amazônico e, posteriormente, com a introdução da mineração, para atender aos interesses do capital externo. Nos levantamentos executados, percebeu-se que a fragmentação territorial que a sub-região de Macapá apresentou interações espaciais mais intensas com os municípios do interior da core área da ASA, além de colocar Santana ao lado de Macapá como centros econômico e urbano da SRM; como também, identificou-se que a instalação de espaços de restrição tiveram um importante papel na concentração demográfica na SRM, visto que, a área de expansão territorial do estado amapaense ficou visivelmente compactada pelas UC's, causando uma macrocefalia urbana, em torno das cidades de Macapá e Santana. A implantação de gestão territorial a partir de áreas protegidas retirou do espaço amapaense a sua área de expansão, com exceção das reservas Indígenas, que atendem à população local, as demais são de espaços planejados e implantados externamente às dinâmicas locais.

---

pública. *Espacios* (Caracas), v. 38, p. 24-38, 2017.

<sup>84</sup> AMORIM, J. P. A.; PORTO, J. L. R. Organização espacial da sub-região de Macapá, da gênese à estadualização. *Acta Geográfica*, v. 11, n. 25, p. 17-39, Jan./Abr. de 2017.

O artigo *A condição urbano-metropolitana amapaense*<sup>85</sup>, visou refletir sobre a construção da Região Metropolitana Amapaense (RMA) sob dois entendimentos, *espacialidade e institucionalidade*. Criada em 2003, foi originalmente formada pelos municípios de Macapá e Santana. A manifestação espacial da intenção de sua criação tem corroborado para a desconstrução das configurações da condição urbana para novas construções de uma configuração urbano-metropolitana, articulada com intenções políticas; mas ainda não é construída com políticas territoriais. Partindo da hipótese de que a RMA deve ser vista sob dois entendimentos, *espacialidade e institucionalidade*, percebeu-se que enquanto *espacialidade* evidencia uma nova dinâmica em construção na condição urbana amapaense, onde se cria a expectativa da criação de uma condição urbano-metropolitana, concentrada, conurbada, com dinâmicas geográfica, econômica, territorial, cultural assentada em uma lógica cada vez menos amazônica. Neste rumo, esta região metropolitana deve ser construída, articulada e analisada como uma espacialidade conjunta, composta pelos municípios por ela envolvidos (Macapá, Santana e Mazagão), cujas dinâmicas e políticas territoriais por eles vivenciados ainda não permitem percebê-las efetivamente como integrantes de uma metrópole, mas em processo de metropolização, ou seja, sua espacialidade é incompleta, incipiente e em construção. Enquanto *institucionalidade* baseia-se em normatizações de sua criação, expansão e planejamento. Quanto às suas organização e gestão institucionais, ainda não foram estabelecidas e nem elaboradas. Mas as articulações territoriais dos municípios inseridos na RMA, continuam atuantes em intenções políticas desarticuladas e incompletas. Ou seja, ainda não foram construídas políticas territoriais institucionalizadas, nem espacializadas. Passados 15 anos da criação da RMA, sua construção ainda se fundamenta em expectativas da territorialização institucionalizada, em manifestações espacializadas desarticuladas e incompletas; a sua urbanização é recomposta, com intenções de novos usos territoriais; a sua formatação atual assenta-se na união de cidades que não se perceberam em suas funções no processo de metropolização, bem como enquanto espaço em metropolização.

#### **- Livros**

O livro intitulado *Amapá: Aspectos de uma Geografia em construção*<sup>86</sup> foi organizado por mim e por dois docentes do curso de Geografia da UNIFAP. Este foi a primeira obra elaborada com docentes deste curso. Visou discutir alguns aspectos geográficos do Estado do Amapá. Foi elaborado após os 10 anos do curso de Geografia e apresentou alguns resultados das monografias de mestrado e doutorado dos autores, e que foram expostas em uma mesa redonda com os autores no II

---

<sup>85</sup> PORTO, J. L. R. A condição urbano-metropolitana amapaense. *Acta Geográfica*, v. 12, n. 19, p. 145-159. Mai/Ago. de 2018.

<sup>86</sup> PORTO, J. L. R.; LIMA, R. A. P.; BRITO, D. M. C. (Orgs.). *Amapá: Aspectos de uma Geografia em construção*. Macapá: Jadson Porto, 2005. v. 1. 57p.

Encontro Estadual de Geografia, realizado em Macapá, em Setembro de 2004. Foi também, integrou como um dos resultados do projeto Percepções do Amapá, financiado pelo CNPq.

O livro *(Re)construções amapaenses: 60 anos de transformações espaciais*<sup>87</sup> foi elaborado para atender estudos de geografia do Amapá na Escola Família do Maracá Mazagão (AP). É um dos resultados do projeto Percepções do Amapá: Capacitação de Monitores Ambientais na Bacia do Rio Maracá, Vencedor do Prêmio Santander Banespa (2005) – Responsabilidade Social.

A obra intitulada *Condicionantes construídos: Reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses*<sup>88</sup> foi elaborada para ser apresentada no Encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Universidade Federal do Amapá, de 15 a 17 de março de 2007. Foi elaborada como obra de referência ao mini-curso intitulado *Ajustes espaciais amapaenses: evolução e conflitos*, sob minha coordenação, onde foi discutido o processo de construção do espaço amapaense. Os trabalhos ali estabelecidos são resultados de pesquisas de meus orientandos de graduação em Geografia e do mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP, sob três enfoques: Ajustes espaciais, magnitude do estado e o uso do território. Esses enfoques intencionaram entender a criação/construção de condicionantes capazes de melhor articular as interações espaciais deste ente federativo.

O Livro intitulado *Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: Novas construções, novas territorialidades*<sup>89</sup>, reúne resultados pesquisas conduzidas de docentes da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA); da Universidade das Antilhas e da Guiana (Guiana Francesa); da Universidade de los Andes (Venezuela); e por pós-graduandos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Composto por onze autores (nove brasileiros, um venezuelano e um franco-guianense), dispostos em 7 capítulos reflexivos sobre regiões de fronteiras internacionais em processos de transfronteirização. Esta obra contou com o apoio da CAPES (Edital Pró Defesa 2009-2012), a partir do projeto por mim coordenado, intitulado “*Ajustes espaciais na Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: dos dilemas espaciais à defesa do território*”, e com a coordenação compartilhada com os professores Armim Mathis (NAEA/UFPA) e Aldomar Rückert (PPGEO/UFRGS). O projeto acima citado teve por objetivo analisar as dinâmicas espaciais da faixa

---

<sup>87</sup> PORTO, J. L. R. *(Re)construções amapaenses: 60 anos de transformações espaciais*. 1. ed. Macapá: Jadson Porto, 2006. v. 4. 48p.

<sup>88</sup> PORTO, J. L. R.; CHELALA, C.; SILVA, G. V.; COUTO, M. E. A. *Condicionantes construídos: reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses*. Macapá: Jadson Porto, 2007. v. 5. 49 p.

<sup>89</sup> PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. M. (Org.). *Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: Novas construções, novas territorialidades*. Rio de Janeiro: Publit, 2010. 220 p.



de fronteira da Amazônia Oriental, mediante as manifestações de sua (des)organização espacial, de seus usos territoriais e de sua defesa. As interações fronteiriças no Platô das Guianas são tratadas neste livro, cujo processo é composto por múltiplos e diferenciados elementos sócio, políticos, econômicos, ambientais e territoriais.

O livro *Reformatações Fronteiriças no Platô das Guianas: (re)territorialidades de cooperações em construção*<sup>90</sup>, é outro resultado do projeto “*Ajustes espaciais na Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: dos dilemas espaciais à defesa do território*”. Esta obra, reúne 8 textos que lançam algumas discussões iniciais a respeito daqueles espaços transfronteiriços que apresentam baixos índices de desenvolvimento e são territórios de baixa densidade, tomando por exemplo a fronteira setentrional brasileira, é possível detectar um conjunto de questões e problemas, cujos focos dizem respeito à Guiana francesa, região europeia na América do Sul e que também está subordinada à administração e às regras que regem genericamente a União Europeia. Os artigos aqui reunidos proporcionam uma análise que expõe reflexões sobre os vazios, condicionantes e distorções econômicas, culturais e outras que estão associadas à existência de fronteira no Platô das Guianas; bem como algumas discussões sobre a também iniciante cooperação transfronteiriça entre Brasil e França, com foco à Guiana Francesa.

O livro *Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia*<sup>91</sup> é uma coletânea de 13 textos reunidos pelos organizadores como outro resultado dos projetos *Ajustes Espaciais na Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: Dos Dilemas Espaciais à Defesa do Território* e contou com a parceria compartilhada do projeto *Consócio Forças Armadas Século XXI* (sob a coordenação dos professores Celso Castro (CPDOC/FGV), João Roberto Martins Filho (UFSCAR) e Durbens Nascimento (NAEA/UFPa), ambos projetos financiados pela Capes/Min. da Defesa, pelo edital Pró-Defesa (2009-2012), em conjunto com o Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia (OBED/UFPa)<sup>92</sup>.

O livro intitulado *Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial*<sup>93</sup> é uma coletânea de 8 textos reunidos pelos organizadores como outro resultado do projeto *Ajustes Espaciais na Faixa de*

---

<sup>90</sup>PORTO, J. L. R.; SOTTA, E. D. (Org.) . *Reformatações Fronteiriças no Platô das Guianas: (re)territorialidades de cooperações em construção*. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2011. 224 p.

<sup>91</sup> NASCIMENTO, D. M. (Org.) ;PORTO, J. L. R.(Org.). *Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia*. Belém: EDUFPA/NAEA, 2013. 253 p.

<sup>92</sup> OBED - O Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia é um programa de extensão universitária que serve de suporte às atividades de pesquisa e ensino nas áreas de Defesa e Segurança. É um espaço institucional que visa congrega, inicialmente, os pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPa), vinculados à Faculdade de Ciências Sociais (FCS), ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

*Fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: Dos Dilemas Espaciais à Defesa do Território*; contou com o apoio do Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia (OBED/UFPA), do Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UNIFAP) e do OBRFON/UNIFAP.

A obra intitulada *A Fronteira Setentrional Brasileira: Das histórias pós-coloniais à formação de uma fronteira tardia*<sup>94</sup>, foi elaborada a partir de um diálogo entre docentes dos Mestrados em Desenvolvimento Regional, Estudos Fronteiriços e em História da UNIFAP. Neste volume, reuniram-se 8 capítulos que enfatizaram discussões sobre as mudanças identificadas nos dois primeiros decênios do século XXI, que apresentaram dinamicidades histórico-geográficas muito intensas e impactantes quanto ao uso do território lindeiro setentrional brasileiro.

O livro *Faces da fronteira: Transformações e dinamismo históricos das lindes setentrional e meridional sul-americana*<sup>95</sup>, foi elaborada a partir da continuidade do diálogo entre docentes dos Mestrados em Desenvolvimento Regional, Estudos Fronteiriços e em História da UNIFAP. Reúne um conjunto de 10 textos tendo como eixo estudos sobre duas regiões de fronteiras do Brasil. Dividida em duas partes, a primeira focaliza a fronteira setentrional sul-americana em especial o Amapá e a segunda a fronteira meridional sul-americana com foco no Rio Grande do Sul. Esta obra teve apoio do OBRFON, do INCT – Migrações em Rede e do Círculo de Pesquisas do Tempo Presente.

O livro *Faces da Fronteira: desafios e perspectivas de regiões lindeiras*<sup>96</sup>, é o segundo volume da série "Faces da Fronteira" e o terceiro organizado por docentes dos Mestrados em Desenvolvimento Regional, Estudos Fronteiriços e em História da UNIFAP. Esta obra teve apoio da CAPES (Edital Pró-Defesa), do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), do OBRFON e da Universidad Nacional de Patagonia Austral – Unidade Acadêmica Rio Gallegos. É composto por 11 capítulos escritos, por autores de universidades brasileiras e argentinas, que expõem posições e temáticas díspares, embora unidas na questão da fronteira.

O livro *Estrategias territoriales para la ocupación del continente sudamericano: Inserción de la periferia e institucionalización espacial*<sup>97</sup>, nasceu em meio às discussões levantadas do encontro

---

<sup>93</sup> PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. M. (Org.). *Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial*. Rio de Janeiro: Publit, 2013. 186 p.

<sup>94</sup> PORTO, J. L. R.; CHAVES, D. (Org.); NORONHA, A. (Org.). *A Fronteira setentrional brasileira: Das histórias pós-coloniais à formação de uma fronteira tardia*. 2015. 260 p.

<sup>95</sup> NORONHA, A. (Org.); CAVLAK, I. (Org.); PORTO, J. L. R. (Org.). *Faces da fronteira: Transformações e dinamismo históricos das lindes setentrional e meridional sul-americana*. Macapá/Rio de Janeiro: EDUNIFAP/Autografia, 2016. v. 1. 266 p.

<sup>96</sup> CAVLAK, I.; PORTO, J. L. R.; NORONHA, A. (Orgs.). *Faces da Fronteira: desafios e perspectivas de regiões lindeiras*. Macapá: EDUNIFAP, 2017. v. 2. 210 p.

<sup>97</sup> PORTO, J. L. R.; SCHWEITZER, A. *Estrategias territoriales para la ocupación del continente sudamericano: inserción de la periferia y institucionalización espacial*. Macapá/ Rio Gallegos, UNIFAP/UNPA-UARG, 2018, 176 p.

de quatro projetos de pesquisas executadas pelos organizadores da obra<sup>98</sup>. Dos diversos assuntos levantados nas investigações e reflexões dessas propostas, uma chamou a atenção: A ocorrência dos Territórios Federais no continente americano. Iniciado nos Estados Unidos, no início do século XIX, esses Territórios também foram adotados no Canadá, México, Colômbia, Venezuela, Chile, Argentina e Brasil, sendo que na Argentina e Colômbia foram denominados de Territorios Nacionales e no Chile, como Territorios de Frontera y Territorios de Colonización. Daí o interesse em elaborar esta obra. Na Colômbia e no Chile ocorreram os primeiros casos deste tipo de ente precário na América do Sul (na década de 1840), quanto às suas autonomias, a participação de suas populações nas tomadas de decisões políticas, com reflexos econômicos e sociais nos seus espaços, decorrentes das decisões tomadas nos centros de poder nacional. Na Venezuela, ocorreu na década de 1860 e na década seguinte, na Argentina, integrando períodos de instabilidade política e necessidade de consolidar os poderes do estado central sobre as suas fronteiras. Nos casos ocorridos na Amazônia brasileira, a experiência iniciou no começo do século XX para resolver questões lindeiras entre Brasil e Bolívia, com o Acre (1904), e sob a justificativa da defesa nacional em 1943, com o Amapá, Rondônia e Roraima, também em espaços de fronteira com a Guiana Francesa, Bolívia e Venezuela e República Cooperativa das Guianas. Em comemoração ao aniversário de 75 anos dos casos brasileiros de Rondônia, Amapá e Roraima; como também, quando os dois últimos casos desta experiência completam 30 anos como Estados autônomos, esta obra resgata algumas breves discussões.

O Livro *Faces da Fronteira: Entre histórias e espaços; Encontros e desencontros*<sup>99</sup> é o terceiro volume da série "Faces da Fronteira" e o terceiro organizado por docentes dos Mestrados em Desenvolvimento Regional, Estudos Fronteiriços e em História da UNIFAP. Nesta obra são apresentados debates oriundos uma conferência de um evento internacional, ocorrido em Macap., como também de dissertações de mestrado defendidas na UNIFAP, teses doutorais, pesquisa de pós-doutoramento, distribuídos em sete capítulos escritos, por autores de universidades brasileiras, argentina e francesa, que expõem posições e temáticas sobre as áreas de fronteira.

---

<sup>98</sup> Os projetos envolvidos são: *Transfronteirizações na América do Sul: Dinâmicas territoriais, desenvolvimento Regional, integração e defesa nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil*, que contou com o valioso apoio da CAPES, pelo Projeto Pró-defesa; pelo Projeto coletivo *Espacios globales para la expansión del capital transnacional: a) Frontera Mexico-Estados Unidos; b) Proyecto Mesoamerica; c) Plan Colombia, asociado ao Projeto Mesoamerica; d) Amazonia e e) Andino do Sul – Patagónico*, pelo Grupo de Trabalho CLACSO Fronteiras, regionalização e globalização; pelo Projeto *Territorialidades em conflicto: Huella ecológica y espacio em Patagônia Sur, Cuyo y Noroeste*, apoiado pelo do Ministério de Ciência, Tecnología e Innovación Productiva da Argentina; pelo projeto *Análise regional da fronteira setentrional amazônica: os novos usos da fronteira amapaense*, apoiado pelo Edital no 006/2015/PROCRI/UNIFAP – Programa de bolsas Santander de mobilidade internacional livre para professores, e pelo projeto *A interação espacial amapaense: o sistema híbrido dos circuitos da economia na fronteira*, apoiado pelo Edital no 14/2017 – PROPESPG/UNIFAP – Programa de auxílio ao pesquisador – PAPESQ/UNIFAP.

<sup>99</sup> PORTO, J. L. R.; CAVLAK, I.; NORONHA, A. (Orgs.). *Faces da Fronteira: Entre histórias e espaços; Encontros e desencontros*. Macapá: EDUNIFAP, 2018. v. 3. 145 p.

## - Capítulo de Livros

O capítulo *Transformações espaciais no Amapá: Reflexos de uma economia em construção*<sup>100</sup> partiu do pressuposto que o Amapá é um Estado em construção e visou identificar as transformações políticas e econômicas do Amapá e a sua participação no federalismo brasileiro, enquanto Território Federal e Estado. É um dos primeiros resultados expostos após a minha defesa doutoral. Expôs que, enquanto Território Federal, foram criadas estruturas políticas, econômicas, sociais e administrativas que em muito contribuíram para sua estadualização. Estruturas essas que reforçaram a interpretação dessas unidades federativas como “*Estados em Embrião*”. Identificou que o principal gestor das decisões na Amazônia foi o Governo Federal, pois o mesmo se apresentou como centralizador das decisões, planejador, legislador e executor de propostas de crescimento econômico desta região; iniciou uma gama de execuções de obras e de determinações legais, que influenciaram na ocupação dessas parcelas do espaço brasileiro, como também se elevou a dependência desses Territórios ao Governo Federal. Esta última foi a principal característica institucional e político-administrativa dessas unidades federativas. No plano das atividades econômicas, demonstrou que havia maior diversificação de atividades, não mais se baseando na mineração. Sob os pontos de vista político e administrativos, ressaltou que a própria transformação do Amapá em Estado implicou em nova relação dessa nova unidade autônoma com o federalismo brasileiro. No político, percebeu-se a mudança nas suas orientações legais, fundamentalmente após a promulgação de sua Constituição Estadual, em 1991. Quanto ao aspecto ambiental, embora houvesse áreas de proteção ambiental e áreas indígenas demarcadas desde a década de 1960 e 1980, houve reduzida fiscalização na exploração de seus recursos, bem como sobre seu uso desenfreado. A diferença entre os períodos pré e pós-estadualização do Amapá é que na década de 1990 há mais legislações ambientais e maior grau de fiscalização.

O texto *Do Território Federal a Estado: condicionantes para a execução de ajustes espaciais no Amapá*<sup>101</sup> foi escrito com meus alunos de graduação em Geografia e Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP. Seu escopo foi de avaliar a criação destruidora da formação/formatação espacial amapaense a partir de uma série de próteses (institucionais, jurídicas, administrativas e tecnológicas), de sistemas de engenharia foram implantados/instalados, redes geográficas e ajustes espaciais (condições para a manifestação e mobilidade do capital) ali instalados, os quais garantiram um amplo processo de transformações nas estruturas econômicas e sociais neste ente federativo brasileiro. A execução dos

<sup>100</sup> PORTO, J. L. R. Transformações espaciais no Amapá: Reflexos de uma economia em construção. In: PORTO, J. L. R. (Org.). *Amapá: Aspectos de uma Geografia em construção*. Macapá: Jadson Porto, 2005. p. 9-16.

<sup>101</sup> PORTO, J. L. R.; COUTO, M. E. A.; BARROSO, J. M.; THALEZ, G. M. Do Território Federal a Estado: condicionantes para a execução de ajustes espaciais no Amapá. In: BRASIL, W.; MIRTEIL, E.; MACIEL, F. (Org.). *35 anos de colonização da Amazônia: Rondônia*. Porto Velho: EDUFRO, 2007. p. 188-198.

ajustes espaciais no Amapá foi decorrente de dois condicionantes: a participação do Governo Federal e a atuação do capital internacional na exploração de *commodities*, com o estímulo do Estado, cujos reflexos no espaço amapaense condenaram este Estado a ser apenas um grande negócio e mantendo seu atraso em relação aos outros estados da federação. Essa situação foi a responsável pela criação de um cenário propício apenas a exploração e não ao desenvolvimento.

O capítulo *A construção de condicionantes no espaço amapaense*<sup>102</sup>, visou avaliar a criação destruidora desses aspectos na ocupação e (des)organização do espaço amapaense e pela formação/formatação espacial amapaense mediante a instalação de uma série de próteses (institucionais, jurídicas, administrativas e tecnológicas), construções de redes e de sistemas de engenharia implantados/instalados neste ente federativo, os quais necessitaram de ajustes para melhor atuação de suas práticas espaciais e adequações para a sua (re)organização territorial. Essas próteses (instrumentos artificiais implantados pelo homem), redes geográficas e ajustes espaciais (condições para a manifestação e mobilidade do capital) instalados no espaço amapaense garantiram um amplo processo de transformações nas estruturas econômicas e sociais neste ente federativo brasileiro. A partir das análises dos Territórios Federais por três abordagens (entidades precárias, estados em embrião e resultados de ações) percebeu-se que as condições em que foram realizados os ajustes espaciais para a criação/construção do espaço amapaense basearam-se em expectativas. Enquanto ficavam no âmbito das expectativas, criaram-se dependências. Dependências essas difíceis de serem superadas. Por outro lado a criação/construção de condições para a estruturação espacial do Território Federal remete às seguintes reflexões: a) *A precariedade* implica em criar condições para deixar de sê-lo. a falta de uma definição jurídica dos Territórios Federais implicou no seu comportamento administrativo e político administrativo. A elevada dependência ao Poder Central ampliava o grau de precariedade destes entes federativos e, por conseqüência, o uso do seu espaço. b) Quanto ao *embrião de Estado*, deveriam ser construídas condições para a estadualização. Se o objetivo era a estadualização o no Brasil houve: duas gestações interrompidas (Ponta Porã e Iguazu, em 1946), três partos com período de gestação distintos (Acre, 58 anos [1904 a 1962]; Rondônia, 38 anos [1943 a 1981]; Roraima e Amapá, 45 anos [1943 a 1988], e Fernando de Noronha, absorvido pelo corpo de Pernambuco, em 1988 [permaneceu 456 anos como embrião]); c) No que tange ao *resultado de ações*, essas garantiriam a formação de estruturas, a sua delimitação jurídica, e territorialização de suas relações de poder. tais condições foram embasadas na inserção e movimentação do capital internacional, na exploração das matérias primas existentes, principalmente mineral; e na participação do Estado, regulando e regulamentando a inserção deste capital.

---

<sup>102</sup> PORTO, J. L. R A construção de condicionantes no espaço amapaense. In: PORTO, J. L. R (Org.). *Condicionantes construídos*: reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses. Macapá: Jadson Porto, 2007. p. 13-24.

O texto *A forma e a função urbana de cidades médias na Amazônia: Os casos de Macapá e Santana (AP)*<sup>103</sup> foi publicado em co-autoria com meu orientando de iniciação científica do Curso de Arquitetura da UNIFAP, objetivou analisar conceitos de forma e função urbanas a partir dos casos de Macapá e Santana e seus contextos reflexivos sobre as cidades médias no Brasil e na Amazônia. Partiu-se do pressuposto que o caso amapaense deve ser analisado dentro de um contexto de interação espacial Macapá-Santana, complementar, contínua e intercalada de rota de passagem, de distribuição de produtos e centro de referência de suas hinterlândias.

O artigo *A Condição Periférico-Estratégica da Amazônia Setentrional: A inserção do Amapá no Platô das Guianas*<sup>104</sup> teve por escopo refletir sobre as mudanças de enfoques da fronteira da Amazônia setentrional (em especial o caso amapaense, sua interação espacial entre Brasil e França no contexto sul americano), de periférica para estratégica, estimulando novos usos do território, pelos investimentos externos de empresas privadas e pelas políticas públicas, gerando espaços de restrição em oposição aos espaços de expansão; novas implicações geopolíticas, pelos recentes acordos diplomáticos entre Brasil e França (pós-1995); e novos conflitos decorrentes das reconstruções da fronteira. Partiu-se da hipótese que a condição periférico-estratégica amapaense é decorrente das ações de políticas públicas, estimuladas inicialmente pela justificativa da Defesa Nacional e, posteriormente, pela sua integração ao mundo globalizado e articulado em redes, mediante os constantes ajustes espaciais, executados e fortalecidos pelo Governo Federal. Quanto às mudanças ocorridas no espaço amapaense, desde meados da década de 1990, indicam a construção de novos usos deste território e mudanças na sua condição fronteira, seja pela construção da integração física entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa, seja pela ampliação da interação espacial entre ambos. Contudo, Essa interação tem sido fortalecida na escala local, mas com reduzido envolvimento diplomático entre Brasil e França. A fronteira desses dois países, representados pelo Amapá e Guiana Francesa, não representam somente entre dois espaços integrantes daqueles dois países, daí a necessidade de uma normatização que extrapole a escala local, pois a ocorrência da fronteira-rede neste espaço é bastante perceptível, seja nas relações formais ou informais de suas relações sociais e econômicas. Assim, com a nova articulação da fronteira amapaense em construção, busca-se a cooperação, mas as restrições ainda são presentes em vários aspectos, principalmente de brasileiros na Guiana Francesa, tais como: controle do movimento migratório entre os países; acessibilidade trabalhista; articulação empresarial; estímulo tributário de circulação de mercadorias; controle sanitário

---

<sup>103</sup> BELTRÃO, L. J. S.; PORTO, J. L. R. A forma e a função urbana de cidades médias na Amazônia: Os casos de Macapá e Santana (AP). In: TRINDADE JR., S. C. C.; CARVALHO, G.; MOURA, A.; GOMES NETO, J. (Org.). *Pequenas e médias cidades na Amazônia*. Belém: Fase/UFPA/Observatório Comova, 2009, v. , p. 243-264.

<sup>104</sup> PORTO, J. L. R. A Condição Periférico-Estratégica da Amazônia Setentrional: A inserção do Amapá no Platô das Guianas. In: PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. M. (Orgs.). *Interações Fronteiriças no Platô das Guianas*. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2010. p. 139-159.

de produtos alimentícios; dentre outros. Neste contexto, vislumbra-se que a atual condição fronteiriça amapaense apresenta-se como resultado das tensões e contradições multiescalares existentes entre a realidade local-regional e o exercício da soberania dos Estados nacionais, profundamente permeadas por sistemas econômicos e redes geográficas das mais variadas; e é marcada por acordos formais dos territórios estatais próximos fisicamente e informais pela população instalada e interagida.

O artigo *Reinvenções do uso do território amapaense*<sup>105</sup>, objetiva identificar as (re)invenções do uso do território amapaense e, revelar como e porque elas ocorreram, com o propósito e direcionamento para inserir a região nos cenários nacional e global. Dois aspectos foram avaliados sobre a invenção da Amazônia: O primeiro se refere às atividades econômicas executadas nesta região e que garantiram usos diferenciados deste espaço; o segundo diz respeito à atuação dominante do Estado na sua formatação, configuração, organização e efetivação da ocupação, sendo que uma destas manifestações ocorreu com a implantação dos Territórios Federais. Neste contexto, para o caso do atual Estado do Amapá, identificou-se que as invenções territoriais amapaense são identificadas pelos projetos de domínio, de gestão e do uso do território, e ao considerar que cada espaço tem seu tempo, a invenção também assim se comporta. Por isto, o espaço e tudo o que nele existe são reinventados constantemente. Indicou-se, também, algumas reinvenções ocorridas no Amapá: da invenção Território Federal, originou-se o estado; da exploração aurífera, minérios novos foram alcançados/explorados; do garimpo, chegou-se à exploração mecanizada e industrial dos minerais; do escoamento por via férrea e marítima para a aeroviária; do vazio demográfico para uma expansão da população urbana sem controle; do uso da natureza às áreas protegidas; do extrativismo ao trabalho assalariado; do tempo lento ao rápido; do tempo da natureza ao tecnológico; da subsistência à exportação. Enfim, as reinvenções são infundáveis.

O texto *Condição Fronteiriça Amapaense: da defesa nacional à integração (inter)nacional*<sup>106</sup> partiu da hipótese que a condição fronteiriça amapaense é decorrente da gradação da magnitude do Estado, estimulada pela justificativa da defesa nacional, pela sua integração ao mundo globalizado e articulado em redes, mediante aos constantes ajustes espaciais, executados e fortalecidos pelo Governo Federal. Lançou-se à reflexão que pensar Defesa Nacional significa transcender os assuntos militares. Ou seja, devem ser incluídos no debate a desestabilização interna causada por agentes externos. Assim, à medida que essas conexões se efetivam, espaços são acionados por se integrarem às áreas de expansão de produtos industrializados, inventando-se novos espaços a serem ocupados, novos usos. Ressaltou que a

<sup>105</sup> PORTO, J. L. R. Reinvenções do uso do território amapaense. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA/UFPA, 2010. p. 91-113.

<sup>106</sup> PORTO, J. L. R. Condição Fronteiriça Amapaense: da defesa nacional à integração (inter)nacional. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). *Amazônia e Defesa: dos fortes às novas conflitualidades*. Belém: NAEA;UFPA, 2010. p. 225-248.

margem esquerda da foz do rio Amazonas historicamente tem trazido interesses externos, seja pelo domínio territorial, pelo uso de seus produtos, ou pela da fluidez ao interior do continente sul americano. Neste rumo, entendeu-se que o mundo se encontra conectado em rede, as ameaças externas são constantes, frequentes e invisíveis. Porém, as ameaças não são mais de conquista de território, mas de mercados. Não demarcam mais a espacialidade horizontal, mas vertical. Constrói-se, então: a nova configuração territorial amapaense, que implica em rever a sua condição fronteira, a sua atuação da defesa da faixa de fronteira e a sua inserção na economia-mundo; a sua condição fronteira, decorrente de três fatores: da participação do Governo federal criando condições para a mobilidade e reprodução do capital, na articulação das redes criadas/construídas em um espaço poroso e na atuação do capital internacional na exploração de *commodities*, com o estímulo do Estado, no uso do território.

O texto *A reformatação da fronteira amapaense: das políticas públicas aos planos diretores e ambientais*<sup>107</sup>, foi escrito por pesquisadores do OBFRON/UNIFAP e da EMBRAPA-AP. Partiu-se do pressuposto que a fronteira amapaense tem sido organizada por gestões institucionais do Governo Federal e, à medida que suas articulações e conexões foram ampliadas no cenário internacional, reorganizou-se seu espaço e redefiniram-se novos usos do território. O objetivo das reflexões aqui tecidas foi de analisar as novas construções dos usos lindeiros franco-brasileiro, em suas retransformações políticas e econômicas. Dentre os resultados alcançados nas discussões feitas, destacam-se: As gestões institucionais da fronteira amapaense permitiram que suas articulações e conexões fossem ampliadas no cenário internacional, reorganizando seu espaço, redefinindo e reformatando novos usos do território; uma série de ações tem estimulado a reformatação da fronteira amapaense mediante aos novos usos de seu espaço, seja pelas expectativas que a integração com o Platô das Guianas, seja pelo maior envolvimento desta unidade da federação brasileira em políticas ambientais com a criação de novas Unidades de Conservação; Com acesso de investimentos públicos e privados após a década de 1940, a região lindeira deixa de ser isolada, para ser articulada, organizada e conectada a novas redes sociais e econômicas; Gradativamente a fronteira se torna mais articulada e mais dinâmica; deixa de ser periférica para se tornar estratégica, embora não tenha perdido aquela condição fronteira de periferia; Essa nova dinâmica tende impor novo ritmo das relações comerciais. Como também, a impor ao Estado e aos municípios a necessidade de promoverem outras reestruturações infraestruturais e logísticas para assegurar sua efetiva participação nesse movimento do capital; O movimento de integração dos

---

<sup>107</sup> PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E.; TOSTES, J. A.; SOTTA, E. D. A reformatação da fronteira amapaense: das políticas públicas aos planos diretores e ambientais. In: PORTO, J. L. R.; SOTTA, E. D. (Orgs.). *Reformatações Fronteiriças no Platô das Guianas: (re)territorialidades de cooperações em construção*. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2011. p. 21-49. Este artigo é um dos resultados da pesquisa financiada pelo CNPq, intitulado “*Estudo da potencial contribuição dos serviços ambientais no módulo 4 da Floresta Estadual de Amapá – FLOTA/AP para o desenvolvimento sustentável local e regional*”.



mercados internacionais sul americanos tem transformado as regiões fronteiriças periféricas em zonas importantes de cooperação e sinergia, provocando um novo tipo de atuação dos Estados Nacionais nas regiões de fronteira pela criação de mecanismos legais e administrativos capazes de estimular a importância assumida e atribuída às cidades e às regiões de fronteira para o processo de integração econômica. O impacto das políticas públicas na região é dicotômico, pois tanto induz ao desenvolvimento econômico, quanto conduz também à exclusão de parte dos agentes tradicionais. Enfim, ao se inserir o caso amapaense no debate, a sua fronteira tem sido induzida por novos investimentos da BR-156 e a Ponte Binacional, associada à ideia da fragmentação territorial onde à União cabe a defesa da soberania e as suas relações diplomáticas; ao Estado, a consolidação da integração com o platô das Guianas e as suas redes via oceano; ao município, por sua vez, cabe ser a base para os investimentos, os assentamentos rurais e urbanos e as mazelas sociais.

O capítulo de livro *A reconstrução da fronteira amapaense: da defesa aos novos usos da linde Amapá-Guiana Francesa*<sup>108</sup> foi escrito com minha orientanda do mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP. Apresenta algumas reflexões sobre a dinâmica e a produção espacial do atual Estado do Amapá, partindo de sua construção enquanto justificativa de defesa nacional de meados do século XX, até a construção de novos usos político-territoriais da fronteira entre Amapá e Guiana Francesa, a fim de analisar o processo de (re)construção da fronteira da Amazônia setentrional, em especial ao que se refere às suas interações espaciais, identificando os novos usos e novos planejamentos atribuídos ao seu território. Expõe que a (re)construção da fronteira amapaense é um processo resultante do modo como o seu espaço foi sendo esparsamente (re)construído e (re)produzido desde o seu surgimento, seja no tempo seja no espaço. O fato da fronteira se apresentar como “fraca”, do ponto de vista econômico; “periférica”, considerando sua posição distante dos centros; ou “estratégica”, sob a ótica do capital, nada mais é do que o reflexo de todo um processo histórico complexo de ocupação que contribuiu para seu (re)uso, (re)transformação e (re)construção do território. Quanto à construção das políticas territoriais para esta região fronteiriça tem se assentado em ações político-institucionais e em intenções de reorganização territorial; Assim, os objetos de interesses em diferentes escalas geográficas, o Amapá e a Guiana Francesa, vêm deixando, gradativamente, de ser periféricos para se tornarem estratégicos.

O texto *Velhas interações na busca de novas integrações da fronteira da Amazônia setentrional: Reflexões sobre a linde Brasil/França*<sup>109</sup> visou discorrer sobre a reconstrução dos enfoques da fronteira

<sup>108</sup> PORTO, J. L. R.; SANTOS, P. G. S. A reconstrução da fronteira amapaense: da defesa aos novos usos da linde Amapá-Guiana Francesa. In: SILVEIRA, E. D.; CAMARGO, S. A. F. (Org.). *Socioambientalismo de Fronteiras*. Curitiba: Juruá, 2012. p. 101-112.

<sup>109</sup> PORTO, J. L. R. Velhas interações na busca de novas integrações da fronteira da Amazônia setentrional: Reflexões sobre a linde Brasil/França. In: FONSECA, A. A. M.; PERTILE, N.; CALDAS, A. S.; BRITO, C. (Orgs.). *Estado, Território e a*

da Amazônia setentrional (em especial o caso amapaense, sua interação espacial entre Brasil e França no contexto sul americano), de periférica para estratégica, novas implicações geopolíticas, pelos recentes acordos diplomáticos entre Brasil e França (Pós-1995) e novos conflitos decorrentes das reconstruções da fronteira. A hipótese aqui considerada indica que a construção da condição fronteiriça amapaense é decorrente das velhas ações de políticas públicas que foram usadas para inserirem esta linde ao mundo globalizado e articulado em redes, mediante aos constantes ajustes espaciais. Observou-se que a reconstrução das interações fronteiriças, estimuladas pelas execuções de ajustes espaciais, realizaram atos de criação/construção, que afetaram a apropriação e a configuração territorial da fronteira amazônica. Para que tais ações fossem efetivadas no espaço amazônico, houve a necessidade de ter a participação do poder público, notadamente o Governo Federal, na organização, estruturação e criação de condições para a reprodução do capital. Com isso, necessitou-se melhor articular as redes criadas/construídas para o uso do território lindeiro, considerado periférico e estratégico, e vice-versa, dependendo de quem interpreta este espaço. Percebeu-se, também, que para o caso amapaense, a fronteira setentrional não se refere somente à fronteira continental. Duas reflexões devem ser ressaltadas: a) A interação com a Guiana Francesa representa: interação com a zona do Euro; conexão imediata com o espaço da OTAN; proximidade com área científica de ponta, pela estação espacial de Kouru; b) considerando que o Amapá é um espaço litorâneo e que, a partir dos portos, o mundo é o limite, onde as relações entre os espaços transcontinentais ocorrem sem que haja a conectividade imediata.

O artigo *A transfronteirização Amapá- Guiana Francesa: a nova articulação no platô das Guianas*<sup>110</sup> foi apresentado em um curso de verão no Centro de Estudos Ibéricos (Guarda, Portugal). Objetivou-se aqui analisar o processo de transfronteirização entre o Amapá e a Guiana Francesa a partir das articulações físicas estabelecidas, das expectativas e dos ensaios de cooperação criados após a década de 1990. Identificou-se que embora haja relações transfronteiriças informais entre Amapá e Guiana Francesa, com relações eminentemente pessoais e personalizadas por toda a história de formação territorial deste espaço, o processo de construção dessas relações tem se manifestado com maior intensidade no final do século XX, como resultado de ações de políticas e investimentos públicos e privados, os quais resultaram na adoção de várias estratégias para garantir o domínio das terras lindas, às vezes conflituosas, e formatando-as como fronteira de barreira, como fronteira de separação. Com isso, ressaltavam-se relações fronteiriças, cujas dinâmicas dos usos da fronteira entre o Estado do Amapá e Guiana Francesa foram assentadas em relações eminentemente locais. No século XX, quatro fatores

---

*Dinâmica das Fronteiras: Reflexões e Novos Desafios*. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2013. p. 187-205.

<sup>110</sup> PORTO, J. L. R.. A transfronteirização Amapá- Guiana Francesa: a nova articulação no platô das Guianas. In: JACINTO, R. (Org.). *Condições de vida, coesão social e cooperação territorial* - Coleção Iberogeografias. Guarda - Portugal: Centro de Estudos Ibéricos, 2013, v. 25, p. 25-45.

corroboraram para a mudança das relações fronteiriças para transfronteiriças desses espaços assim identificados: a criação do Município de Amapá (1900); a criação do Território Federal do Amapá (1943); a criação do Município de Oiapoque (1956); a ligação rodoviária entre Macapá (1975); e a assinatura do acordo quadro Brasil-França (1995). Este último é o que tem garantido os novos usos da fronteira entre Brasil (pelo estado do Amapá) e França (pela Guiana Francesa). O que outrora a busca pela *Defesa Nacional* se apresentava como um dos modelos de ações fronteiriças amapaenses, embasada na construção de barreiras, hoje, tem sido substituída pela busca da integração visando a competitividade. Ou seja, a fronteira de outrora, de separação, agora busca a integração. Assim sendo, infraestruturas são instaladas para estimular tal processo. Ao se inserir a questão ambiental nas discussões das políticas públicas da fronteira amazônica, como espaço restringido em seu uso, tem redefinido planos de investimentos governamentais e privados. Contudo, a exploração de suas matérias-primas, em especial o minério, continua a pleno vapor. Por fim, no que tange às relações transfronteiriças entre o Estado do Amapá e o platô das Guianas vão para além da conectividade Amapá-Guiana Francesa. Representa, também: ampliação de suas relações escalares no sistema-mundo, por se apresentar como a única zona de contato na América do Sul que conecta dois programas internacionais de desenvolvimento (IIRSA e INTERREG); a conexão de dois blocos econômicos (Mercosul e União Européia); a construção de uma nova relação transfronteiriça, que não se reduz aos limites de separação entre esses espaços, o rio Oiapoque, mas ampliaram-se e constrói-se o eixo Macapá-Caiena.

O texto *Expectativas da fronteira da Amazônia setentrional: A busca pela interação do Platô das Guianas*<sup>111</sup> partiu da hipótese de que a construção do espaço relacional dessa fronteira tem sido assentada nas expectativas de novos usos, novas territorialidades e novas articulações espaciais do Platô das Guianas. Até o início do século XX, as interações eram eminentemente locais, embora houvesse ações que afetassem relações diplomáticas franco-brasileiras. Após a década de 1940, posturas assentadas na ideologia da defesa nacional, quando foram criados os Territórios Federais, uma nova visão de uso do território e da fronteira (Um espaço juridicamente delimitado, com ações e políticas públicas orientadas pelas diretrizes do Estado, sem a participação local; o reduzido diálogo entre os dois lados da fronteira, o lado brasileiro e as demais; a criação e instalação de infraestrutura para a maior inserção desses espaços na economia mundial). No último decênio do século XX, outro cenário se constrói; a interação espacial Brasil-França, mediante a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, conectando esses dois países pelo estado do Amapá e pela Guiana Francesa. Nesse sentido, com as expectativas da interação física no/do Platô das Guianas, novos ajustes deverão ser criados,

---

<sup>111</sup> PORTO, J. L. R. Expectativas da fronteira da Amazônia setentrional: A busca pela interação do Platô das Guianas. In: PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. M. (Org.). *Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial*. Rio de Janeiro: Publit, 2013. p. 165-184.

construídos, desfeitos, refeitos, decorrentes da perspectiva de mudança do eixo de conectividade da Guiana Francesa do Caribe para usar o sistema portuário de Santana (Amapá); a relação comercial fronteiriça com o vizinho francês será uma relação inversa, pois as mercadorias são mais baratas neste lado da fronteira; novas relações diplomáticas deverão ser criadas entre Brasil e França, eis alguns exemplos: hoje, para entrar na Guiana Francesa, é necessária a concessão do visa pelo governo francês; os automóveis brasileiros não podem circular pelas rodovias da Guiana Francesa; há problemas de movimentos migratórios de brasileiros na Guiana Francesa; a falta de fiscalização sanitária na entrada de produtos alimentícios brasileiros; entre outros.

O artigo *A fronteira franco-brasileira: A construção de um território recomposto estratégico e tardio*<sup>112</sup> artigo discorre sobre a construção da fronteira amapaense como tardia, recomposta e estratégica é decorrente dos diferentes usos o território lindeiro amapaense entre 1943-2013 e a sua mudança de interações espaciais de fronteiriça para transfronteiriça. o ponto-chave sobre a construção da fronteira não diz respeito às suas características geográficas ,mas à maneira como se manifesta o uso político e territorial da linde, seja como barreira, como cooperação, como interação ou integração. Neste sentido, a fronteira como um *território estratégico recomposto* implica em entendê-lo como espaços conectados a espaços mais dinâmicos, articulando-se a interesses externos, integrando-se à rede de relações sociais, espaciais, econômicas e políticas, cujos territórios são recompostos em sua forma e em seu conteúdo. À medida que ampliaram-se os usos da fronteira amapaense, reinventaram-se usos novos em espaços amapaenses também novos, impondo dinâmicas territoriais novas. Assim, este ente federativo tornou-se estratégico no uso de suas potencialidades, recomposto no uso de seu território, porém periférico nos discursos de seus representantes.

O texto *Novos usos do território amapaense: Políticas Públicas, Desenvolvimento, Ajustes Espaciais na Fronteira da Amazônia Setentrional*<sup>113</sup> visou discorrer uma reflexão sobre a mudança de enfoques sobre o uso do território amapaense a partir de sua criação como Território Federal (como agente indutor de políticas públicas para o desenvolvimento da fronteira da Amazônia setentrional); da construção simultânea e diacrônica de sua condição fronteiriça periférica para estratégica; e na ocorrência de novos usos do território, pelos investimentos externos de empresas privadas e de políticas públicas, gerando espaços de restrição em oposição aos espaços de expansão, novas implicações geopolíticas e novos conflitos decorrentes das reconstruções da fronteira. A hipótese aqui

---

<sup>112</sup> PORTO, J. L. R. A fronteira franco-brasileira: A construção de um território recomposto estratégico e tardio. In: MONTEIRO, A. A. D.; WINAND, E. C. A.; GOLGONI, L. R. (Orgs.). *Defesa da Amazônia - VII ENABED*. São Cristóvão: Editora UFS, 2014. p. 37-54..

<sup>113</sup> PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E.; SILVA, G. V. Novos usos do território amapaense: Políticas Públicas, Desenvolvimento, Ajustes Espaciais na Fronteira da Amazônia Setentrional. In: SILVA, A. Z. B.; FERKO, G. P. S.; FERREIRA, S. M. (Org.). *Gestão Pública e Desenvolvimento Regional*. Boa Vista: EDUFRR, 2014. p. 431-467.

considerada indica que a construção dos usos do território amapaense é decorrente das ações de políticas públicas estimuladas inicialmente pela justificativa da Defesa Nacional e, posteriormente pela sua integração ao mundo globalizado e articulado em redes, mediante aos constantes ajustes espaciais, executados e fortalecidos pelo Governo Federal. Percebeu-se nas discussões apresentadas, que a configuração de interação transfronteiriça amapaense é composta pelas estruturas rodoviárias e portuária. As rodovias instaladas no Estado do Amapá (BR-156 e AP-210) dinamizam três rotas distintas, porém, complementares da e para a fronteira. A primeira, o trecho Norte da BR-156 (Macapá-Oiapoque), reforça as relações transfronteiriças Brasil-França; a segunda, o trecho Sul da BR-156 (Macapá-Laranjal do Jari), pretende estimular a interação Pará-Amapá; o terceiro, articula o oeste amapaense (Macapá- Serra do Navio, que embora não se conecte com a fronteira, insere-se na faixa litorânea amapaense. Ao observar somente os trechos envolvidos pela BR-156, percebe-se que após o último decênio do Século XX, tem se comportado com uma dinâmica demográfica em direção à Fronteira Norte do Amapá. Comportamento, este, decorrente de obras públicas (Pavimentação da BR-156 e pela construção da ponte binacional), como também, pelas expectativas criadas por uma integração internacional (Brasil/França) ou entre blocos econômicos (Mercosul/ União Europeia).

O capítulo *A linde Amapá-Guiana Francesa: a formação de uma fronteira tardia*<sup>114</sup> visou analisar o processo reformatação do uso do território do espaço amapaense, com uma atenção mais profunda para a linde com a Guiana Francesa. Estabeleceu-se aqui quatro discussões sobre a formação da fronteira amapaense (A formação histórica e delimitação da fronteira franco-brasileiro; As políticas públicas federais e o uso do território amapaense: a fronteira como construção externa; A inserção do fronteira amapaense na fronteira-rede global e; A condição fronteira amapaense: construções de uma fronteira tardia). Por ser um ente federativo fronteiro, litorâneo, amazônico e estratégico no contexto das relações entre blocos econômicos (Mercosul/União Europeia) e militares (OTAN/Atlântico sul), a sua construção econômica recente tem se focado na busca de cooperações com a França, a partir da Guiana Francesa. Com a criação e/ou a manutenção de novas estruturas regionais na fronteira e a sua mudança de relações espaciais fronteiriças para interações transfronteiriças, as mudanças territoriais tendem a constantemente reorganizarem o território litorâneo. Assim, investe-se em infraestrutura física para a conexão espacial, visando a expansão geográfica, tornando a fronteira conectada, acionada, receptora de excedentes produzidos externamente que substitui a produção local, e gerando contradições da acumulação do capital. Com a construção de conexões espaciais (a construção das rodovias BR-270 e 156, da ferrovia e do porto

---

<sup>114</sup> PORTO, J. L. R. A linde Amapá-Guiana Francesa: a formação de uma fronteira tardia. NORONHA, A. E.; CHAVES, D. S.; PORTO, J. L. R. (Orgs.) *A fronteira setentrional brasileira: das histórias pós-coloniais à formação de uma fronteira tardia*. Rio de Janeiro / Macapá: Autografia / Editora da Universidade Federal do Amapá, 2015. p. 19-38.

de Santana; a construção da ponte binacional no rio Oiapoque; a instalação da banda larga via fibra ótica vinda da Guiana Francesa; a construção do linhão de Tucuruí) após a 2ª metade do século XX, ampliaram-se o acionamento dos espaços amapaenses e de manifestação de fenômenos geográficos de expansão pelo capital. As discussões evidenciaram que a formatação tardia da fronteira amapaense, cuja maior frequência de ações econômicas e institucionais ocorreram após a sua estadualização, embora a gênese destas ações tivessem criadas e construídas enquanto Território Federal. Com os investimentos efetivados no espaço amapaense, consolida-se a interpretação do espaço amapaense como um grande negócio, seja como fornecedor de *commodities*, vitrine de produtos industrializados, possuidor de uma posição estratégica para articulação de redes, possuidor de vantagens comparativas e competitivas, seja como fronteira com a União Europeia.

O texto *A fronteira tardia no Platô das Guianas: o desenvolvimento geográfico desigual Amapá-Guiana Francesa (1943- 2013)*<sup>115</sup> é um dos resultados de meu estágio pós-doutoral na FURB, em com autoria com meu supervisor. Parte do enfoque do desenvolvimento geográfico desigual, trabalhado por David Harvey, na tentativa de captar a espacialidade do desenvolvimento desigual a partir do contexto do Estado do Amapá (Brasil) na nova formatação da fronteira com o Platô das Guianas, em espacial com a Guiana Francesa. Expôs que a partir da polissemia que a fronteira apresenta, vem ocorrendo com novas articulações espaciais e novas redes, com construções diferenciadas em ambos espaços. Com isso, proporcionam a (des)construção da fronteira mediante à mudança da configuração da fronteira que adota o *efeito-barreira* para construir ou consolidar o *efeito-cooperação*, bem como insere da linde nos novos tempos que o capital impõe aos novos espaços, à população e aos seus novos usos. Enquanto se adotar o *efeito-barreira*, a fronteira terá relações fronteiriças inerentes ao seu espaço de atuação e influência. Mas a escala local não acompanhará tal orientação, pois as relações informais, familiares, continuam a serem exercidas, principalmente nas comunidades indígenas, onde sua área de atuação não coincide com as do Estado-nação. Ao se adotar o *efeito-cooperação*, deve-se levar em consideração que a escala análise muda. A cooperação deixa de ser local para ser no mínimo binacional e as conexões estão articuladas, acionando a fronteira para novos usos. Com isso, o capital tende a derrubar qualquer barreira espacial, criando condições para a sua superação, adotando as seguintes estratégias: criando acordos diplomáticos; construindo pontes; conectando com vias de comunicação, acionando novos espaços e produtos de seu interesse; mudando de comportamento fronteiriço para transfronteiriço; modernizando de técnicas e tecnologias de transporte, como o

---

<sup>115</sup> PORTO, J. L. R.; THEIS, I. M. A fronteira tardia no Platô das Guianas: o desenvolvimento geográfico desigual Amapá-Guiana Francesa (1943- 2013). In: ZACAULA, A. F.; LUNA, R. N.; PALACIOS, J. M. S. (Org.). *Integración em el continente americano: planes geoestratégicos, seguridad regional y frontera*. 1 ed. Puebla - México: Altres Costa-Amic Editores, S.A. de C.V, 2015. v. 1, p. 98-129.

aumento das dimensões dos meios de transportes, transportando mais mercadorias, bem como de seus sistemas de transferência de relações nodais (portos, aeroportos, ferroviárias). No primeiro decênio do século XXI, a mais recente inserção de articulação territorial envolvendo a Amazônia, diz respeito à articulação política dos países da América do Sul para a implantação do IIRSA, com relação direta e complementar com a concepção dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento do Brasil e atrelada às ambições de sua política externa para América do Sul, por um lado; e, por outro, a inserção da Guiana Francesa na discussão da integração sul-americana, pela sua inserção no INTERREG, na sua versão IV. No segundo decênio, as relações tornaram-se transfronteiriças, onde começam-se a ser pensadas articulações entre Macapá/Caiena e não mais somente Macapá-Oiapoque. A articulação internacional que outrora envolvia somente o circuito flúvio-marítimo, no primeiro decênio do século XXI, o rodoviário se articula ao portuário, tornando a condição fronteira amapaense extremamente estratégica. Os espaços que outrora não eram abrangidos pelo IIRSA, agora são envolvidos pelo INTERREG. Com as expectativas da integração física do Amapá com o platô das Guianas, pela ponte sobre o rio Oiapoque, tem-se a perspectiva da mudança do eixo de conectividade da Guiana Francesa do Caribe para usar o sistema portuário de Santana; a relação fronteira com o vizinho francês será uma alternativa econômica.

O texto *Territorialidades pesqueiras em rios do estuário Amazônico (Pará/Amapá-Brasil)*<sup>116</sup>, foi elaborado em co-autoria com meu supervisionado de estágio pós-doutoral, docente do doutorado em Geografia da UFPa e com um pós-doutorando em Geografia pela UFPa. Discute relação sociedade-natureza e o ordenamento de territórios dos processos de apropriação que ocorrem nas atividades pesqueiras, territorialidades criadas pelos pescadores e o uso de apetrechos diversos, podendo gerar conflitos territoriais de acordo com o tipo de apetrecho usado. Pretendeu-se, nesse manuscrito, realizar uma breve discussão, por meio da análise territorial, de como o território e ocupado pela atividade pesqueira, tendo como área de estudo o que ocorre em rios da Amazônia paraense e amapaense. No entendimento da ciência geográfica, o que se territorializa não é apenas o recurso em si – no caso o pescado –, mas sim os indivíduos e seus grupos, que buscam esse recurso e atribuem a alguns espaços maior ou menor importância em detrimento de outros – menos produtivos ou estratégicos –, e que, por ventura, possibilitam menor retorno econômico, ecológico, espacial ou cultural para a satisfação das necessidades dos usuários. Foram apresentados alguns dos tipos de apetrechos utilizados nos rios do estuário amazônico. A importância desta apresentação se justifica porque de acordo com o tipo de apetrecho utilizado reflete diretamente no volume da

---

<sup>116</sup> SILVA, C. N.; PORTO, J. L. R.; LIMA, R. A. P.; LIMA, R. S.; PALHETA DA SILVA, J. M. Territorialidades pesqueiras em rios do estuário Amazônico (Pará/Amapá-Brasil). In: BORDALO, C. A. L.; SILVA, C. N.; SILVA, E. V. *Planejamento, conflitos e desenvolvimento sustentável em bacias hidrográficas: experiências e ações*. Belém: GAPTA/UFPa, 2016. p. 247-276.

produção do pescado e na territorialidade do pescador, pois estimula a mobilidade dos pescadores e sua influencia territorial, seja como equipamento definidor de territorialidades no ambiente aquático ou tido apenas como apetrecho na obtenção de alimento.

O texto *As condições fronteiriças do Amapá: duas abordagens para a linde sul-americana Brasil-França*<sup>117</sup> abordou uma discussão que foi iniciada no âmbito do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (OBFron/UNIFAP) e avançada em nossas reflexões: *a condição fronteiriça*. Este é um dos resultados de meu segundo estágio pós-doutoral em Geografia, na Universidade de Coimbra (Portugal). Para as reflexões aqui traçadas, parto do princípio que existe uma distinção entre a *condição fronteiriça amapaense* para a “condição fronteiriça Brasil-França”. Este artigo visou distinguir as diferenças entre elas, embora ambas sejam complementares entre si. A primeira decorre da ocorrência de ajustes espaciais e a inserção de próteses no território amapaense, gerando condições para a mobilidade do capital neste espaço e melhorar suas articulações em redes econômicas nos cenários nacional e internacional; Possui um forte apelo ao sentimento de pertencimento à fronteira; Mantém processos de relações fronteiriças, cujos atos mantêm os *efeitos-barreira*; Configura-se como um território estratégico recomposto periférico e tardio; Apresenta configurações internas, como o oeste amapaense, inserida na faixa de fronteira brasileira, cuja construção e configuração é complemente distinta da fronteira setentrional do Estado do Amapá. A segunda possui uma relação mais institucionalizada, com acordos internacionais, que abordem um espaço relacional entre países. Esta abordagem diz respeito ao envolvimento do Estado Amapá como um ente federativo articulado com o norte da América do Sul, decorre da assinatura do Acordo-Quadro Brasil-França, em 1996, novos usos desse território ocorrem, como também há mudanças na condição fronteiriça deste estado; Apresenta mudança de relações fronteiriças para cooperações transfronteiriças na América do Sul entre Brasil e França, que ainda gera interações espaciais e ensaios de cooperações entre esses dois países sob a perspectiva da fronteira-rede; Encontra-se embasada em construções de políticas territoriais que criam expectativas da integração física, mediante à perspectiva da mudança do eixo de conectividade da Guiana Francesa do Caribe para usar o sistema portuário de Santana (Amapá); A relação comercial fronteiriça com o vizinho francês configura-se como uma relação inversa, pois as mercadorias são mais baratas neste lado da fronteira. Neste rumo, quando for analisar as políticas públicas federais destinadas à linde amapaense, deve-se usar a expressão “Brasil-França”. Ao se analisar as políticas públicas de escala estadual, no máximo, deve-se usar a expressão “fronteira amapaense”.

---

<sup>117</sup> PORTO, J. L. R. As condições fronteiriças do Amapá: duas abordagens para a linde sul-americana Brasil-França. In: NORONHA, A.; CAVLAK, I; PORTO, J. L. R. (Org.). *Faces da fronteira: transformações e dinamismo históricos das lindes setentrional e meridional sul-americana*. Macapá: EDUNIFAP, 2016. p. 20-48.



O texto *(Re)configurações territoriais e a implantação de Usinas Hidrelétricas no Amapá*<sup>118</sup> foi elaborado com minha orientanda de mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP. As reflexões aqui tecidas visou expor e analisar a implantação de usinas hidrelétricas no Amapá, enfatizando o caso da hidrelétrica (UHE) de Santo Antonio, no rio Jari entre os Estados do Para e Amapá. Desde o início do fornecimento de energia hidrelétrica no Amapá, pela UHE Coaracy Nunes, na década de 1970, até o segundo decênio do século XXI, o sistema se caracterizava como isolado e centralizado no rio Araguari. A partir de então, expandiu-se o uso do potencial energético para o rio Jari e inseriu-se o Amapá, mediante o investimento nacional, pelo PAC 2 que efetivou a sua integração ao sistema nacional. Isso representa uma nova configuração do uso do território amapaense quanto ao seu potencial energético em relação ao contexto nacional e seus impactos no contexto local.

O artigo *O discurso territorial na política pesqueira brasileira: uma análise preliminar*<sup>119</sup> foi elaborado pelo meu supervisionado em estágio pós-doutoral em Desenvolvimento Regional da UNIFAP e por um pós-doutorando em Geografia da UFPa. Visou refletir sobre o uso do conceito de território presente no discurso dos documentos publicados pelo Governo brasileiro que enfocam a análise sobre o território na atividade pesqueira e as políticas públicas para o setor. Observou-se nas discussões executadas que apesar da importância de se discutir conceitualmente a questão territorial, esse conceito vem sendo banalizado de tal forma que é agregado ao discurso governamental em vários documentos que se atém a propor a ocupação do espaço pelo Governo ou por seus projetos. Um modelo de ordenamento pesqueiro que leve em consideração o pescador artesanal torna-se necessário, desde que considere, além da localização dos recursos pesqueiros, a cultura local dos pescadores que destes recursos se utilizam.

O capítulo *Condições fronteiriças Amazônia-Patagônia: Reflexões para a linde sul-americana a partir do Estado do Amapá (Brasil) e Santa Cruz (Argentina)*<sup>120</sup> é resultado de minha mobilidade acadêmica a Universidad Nacional de La Patagônia Austral – Unidade de Rio Gallegos (Argentina) e de meu terceiro estágio pós-doutoral em Espaço Social. Foi elaborado em co-autoria com o Diretor do Instituto Trabajo, Economía y Territorio de la Universidad Nacional de la Patagonia Austral e pesquisador do Centro de Investigaciones y Transferencia Santa Cruz do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET-CIT- Santa Cruz / ITET-UNPA). Foi analisado

---

<sup>118</sup> CAMPOS, K. F. S. ; PORTO, J. L. R.; CAMPOS, V. B. . (Re)configurações territoriais e a implantação de Usinas Hidrelétricas no Amapá. In: BORDALO, C. A. L.; SILVA, C. N.; SILVA, E. V. (Org.). *Planejamento, conflitos e desenvolvimento sustentável em bacias hidrográficas: experiências e ações*. Belém: GAPTA/UFPa, 2016. p. 209-243.

<sup>119</sup> SILVA, C. N.; PORTO, J. L. R.; LIMA, R. A. P. O discurso territorial na política pesqueira brasileira: uma análise preliminar. In: SILVA, C. N.; SILVA, J. M. P.; ROCHA, G. M.; BORDALO, C. A. L. (Org.). *Produção do espaço e territorialidades na Amazônia paraense: elementos para análise geográfica*. Belém: GAPTA/UFPa, 2016. p. 111-130.

<sup>120</sup> PORTO, J. L. R.; SCHWEITZER, A. . Condições fronteiriças Amazônia-Patagônia: Reflexões para a linde sul-americana a partir do Estado do Amapá (Brasil) e Santa Cruz (Argentina). In: CAVLAK, I; PORTO, J. L. R; NORONHA, A. E. (Org.). *Faces da Fronteira: desafios e perspectivas de regiões lindeiras*. Macapá: EDUNIFAP, 2017. v. 2, p. 10-45.

dois espaços localizados nos extremos de Brasil e Argentina: O Estado do Amapá (Brasil) e a província de Santa Cruz (Argentina). O primeiro localiza-se na Amazônia Setentrional, à margem esquerda do rio Amazonas, fronteira com Guiana Francesa e Suriname. O segundo, no extremo meridional da América do Sul, fronteira com o Chile. Este trabalho partiu do pressuposto que os espaços aqui analisados são resultados de interesses externos, articulados e acionados; e são reflexos de ações políticas, econômicas e institucionais tardias, as quais garantiram as suas reformatações, recomposições e reconfigurações territoriais. Foram identificadas que a forma(ta)ção das fronteiras amapaense e patagônica possuem algumas identidades de construção territorial semelhantes como parte integrante de um sistema-mundo. Ambas são integrantes de ações expansionistas territoriais; são envolvidas de interesses comerciais pelo grande capital; são inseridas em articulações geopolíticas e geo-econômicas regionais, nacionais e internacionais; estão articuladas de interesses internacionais e foram construídas por políticas públicas nacionais. Este texto foi a primeira vez que houve uma replicação da expressão *condição fronteira periférico-estratégica* em comparação com outro espaço fronteiro na América do Sul. Percebeu-se que a construção da configuração territorial amapaense e santacruzense são muito semelhantes em suas contemporaneidades, na participação do capital externo, na organização de sua elite local. A partir da criação do Território Nacional de Santa Cruz (1884) e o Território Federal do Amapá (1943), foram nelas criadas diretrizes e ajustes espaciais (políticas e administrativas, infraestruturas e incentivos fiscais), também foram instaladas próteses que intencionaram estimular os seus desenvolvimentos econômicos e sociais. Esses três fatores foram instalados pelos governos centrais brasileiro e argentino, com grande participação do capital externo, como também criaram as condições necessárias para que o capital se manifestasse e ganhasse movimento e alcance novas regiões, chamadas de periféricas, mas detentoras de produtos estratégicos para sua existência. Assim, identifica-se, aqui: a condição fronteira amapaense e santacruzense são *territórios periféricos estratégicos recompostos*; Embora o atual Estado do Amapá e a Província de Santa Cruz tenham se tornado mais articulados e mais dinâmicos, deixando de ser periféricos para se tornar estratégicos, ainda não perderam aquela condição fronteira de periferia; Ambos passam por novas configurações territoriais, a partir da reconfiguração e expansão das suas redes, ocasionados pela instalação de próteses; pela ação dos fixos e fluxos, afetando a densidade e a intensidade da fluidez de circulação de produtos e pessoas; pelos ajustes espaciais criados e construídos; Ambos possuem uma construção territorial como um *grande negócio*; Suas articulações espaciais envolvem dois momentos: o de relação *fronteira* e o de interação *transfronteira* e; As construções de suas condições fronteiriças envolvem elementos e fatores econômicos, institucionais, políticos, sociais e territoriais inerentes às dinâmicas que o próprio espaço (trans)fronteiro constrói; a grande atuação do Estado, porém com fraca fiscalização, estimuladora à criação/construção de próteses dos mais

variados modelos, à existência, configuração e intensidade de articulação de redes existentes, as quais expressam reflexos de cenários internacionais, configuradora de restrições espaciais; fornecedora de commodities e, consumidora de produtos industrializados.

O texto *Desenvolvimento geográfico desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Aspectos das reformas da condição fronteira amapaense (1943-2013)*<sup>121</sup> parte do pressuposto que o Amapá possui a configuração geográfica de um território estratégico recomposto periférico e tardio. Cujas propostas de “desenvolvimento” ligam-se às criações/ construções de condições espaciais capazes de instalar próteses e um sistema de engenharia que possibilitaram a diversificação produtiva do seu espaço, produzindo também ajustes que originam uma nova configuração territorial. Adotou-se o pensamento de David Harvey sobre Desenvolvimento Geográfico Desigual (DGD) nas reflexões aqui tecidas, por partir do pressuposto que as concentrações, as contradições e as distintas construções que as forças produtivas exercem no espaço, são capazes de alterar o espaço e; são formas de espacialidades, capazes de gerar desigualdades entre os territórios. A tentativa de se elaborar um instrumento jurídico que reconhecesse a natureza transfronteira da Amazônia, iniciou com o Tratado de Cooperação Amazônica - TCA (1978), prevendo criar uma infraestrutura física adequada entre seus respectivos países, bem como integrar plenamente seus territórios amazônicos às suas respectivas economias nacionais. Contudo, tanto este documento como o IIRSA não reconhecem a Guiana Francesa como amazônica e como espaço sul-americano, este espaço ultramarino francês não é inserida nessas iniciativas de políticas públicas de integração na América do Sul. A articulação da Guiana Francesa em políticas públicas que visassem a integração no Norte da América do Sul somente foi efetivada com a proposta de integração regional da União Europeia conhecida como INTERREG IV (2007), através do Programa de Operação da Amazônia - PO Amazonie, 30 anos após a assinatura do TCA, ao intencionar integrar fisicamente Suriname, Guiana Francesa e Brasil (pelos estados do Amapá, Pará e Amazonas). Com isso, o PO Amazonie corrige o vazio que o TCA e o IIRSA não atendia: a integração da Guiana Francesa no norte da América do Sul. Sendo que no Brasil, o único ponto de contato entre essas políticas de Integração se localiza no município de Oiapoque, no Estado do Amapá. Ao se observar a construção da configuração territorial amapaense desde a sua criação como Território Federal (1943), percebeu-se diversas criações/construções de condições espaciais que estimularam de novos usos do território, mediante a instalação de próteses e sistemas de engenharia, que possibilitaram a diversificação produtiva do seu espaço, produzindo também ajustes para novas configurações territoriais. Assim, A busca pela articulação transfronteira é decorrente dos ajustes espaciais no Amapá implantados no então Território

---

<sup>121</sup> PORTO, J. L. R. Desenvolvimento geográfico desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Aspectos das reformas da condição fronteira amapaense (1943-2013). In: COSTA, J. M. (Org.). *Amazônia: Olhares sobre o território e a região*. Rio De Janeiro: Autografia, 2017. p. 401-424.

Federal do Amapá, após 1943, para melhor articular as redes ali criadas/construídas. Após a segunda metade da década de 1990, com a assinatura do Acordo Quadro Brasil/França, novas intenções transfronteiriças buscam se construir e formatar, mediante articulações rodoviárias ainda não oficialmente executadas, pois a ponte binacional Brasil/França não foi inaugurada, embora haja mobilidades no contexto local.

O texto *Hidrelétrica no sul do Estado do Amapá: impactos sociais na Vila de São Francisco, RDS do Iratapuru*<sup>122</sup> foi elaborado com minha orientanda de mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP. Abordou os aspectos históricos, sociais e econômicos da ocupação da região do vale do rio Jari; as dinâmicas territoriais da implantação de empreendimentos como o Complexo Industrial do Jari (CIJ) e Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari (UHSAJ), por meio do Consórcio Energia de Portugal (EDP); as disparidades e antagonismos das novas dinâmicas territoriais na Vila de Santo Francisco, no município de Laranjal do Jari, localizada na Reserva de Desenvolvimento Regional Sustentável do Iratapuru (RDSI), no estado do Amapá. Identificou que (re)construção do território da RDSI, com a implantação das tecnologias da fase de construção da UHSAJ, trouxe novos problemas – diferentes daqueles existentes no cotidiano da comunidade – e esses foram ocasionados pela fragilidade das ações mitigatórias que não levaram em consideração os recortes geográficos da região, a situação climática e as limitações do sistema de transporte e mão de obra qualificada, culminando em repercussões não só no novo, mas também no antigo território.

O capítulo intitulado *O uso do território como parte de políticas públicas centralizadas brasileiras: A atuação dos Territórios Federais*<sup>123</sup>, foi construído por mim e pela Cientista Política Eliane Superti. O texto parte do pressuposto que os ex-Territórios Federais brasileiros se configuraram como territórios tutelados embrionários periféricos recompostos e estratégicos, redesenharam as ações destinadas às suas relações com a fronteira, como também corroboraram na reconfiguração das interações espaciais fronteiriças, para construções de territoriais transfronteiriças. Analisa a atuação dos ex-Territórios Federais brasileiros como parte integrante de ações de políticas públicas, que os configuram como institucionalidade e, o uso de seus territórios que representam a manifestação e a construção de/em sua espacialidade.

---

<sup>122</sup> CAMPOS, K. F. S. ; PORTO, J. L. R. Hidrelétrica no sul do Estado do Amapá: impactos sociais na Vila de São Francisco, RDS do Iratapuru. In: Christian Nunes da Silva; Ricardo Ângelo Pereira de Lima; João Marcio Palheta da Silva. (Org.). Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia. 1ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2017, v. 1, p. 109-138.

<sup>123</sup> PORTO, J. L. R.; SCHWEITZER, A. *Estrategias territoriales para la ocupación del continente sudamericano: inserción de la periferia y institucionalización espacial*. Macapá/ Rio Gallegos, UNIFAP/UNPA-UARG, 2018, 176 p.

**PARTE IV – ENTRE TEMPOS, DESCOBERTAS E CONSTRUÇÕES INVESTIGATIVAS  
INSTITUCIONAIS**

## CIÊNCIA E A BICICLETA

A ciência é assim.  
Semelhante a andar de bicicleta:  
- Uma vez aprendido, não esquecerás.  
- Enquanto andas com rodinhas, podes parar! Não cairás!  
- Ao retirar as rodinhas, tem que ficar em movimento. Caso contrário, tombarás.  
- Se caíres, estarei lá para te levantar. Limparei seus machucados e te colocarei de novo na bicicleta. Novamente te movimentarás.

Assim, poderás descobrir novos caminhos, mesmo que seja pelas mesmas estradas.  
Sentirás o vento no seu rosto alisando,  
Perceberás o seu cabelo esvoaçando,  
O perfume dos ares irás respirando  
e verás a paisagem passando.

Poesia classificada no Concurso Nacional Novos Poetas, SARAU - 2019.  
Jadson Porto, Macapá, 14/04/2019

## TEMPOS E INVESTIGAÇÕES INSTITUCIONAIS: ORIENTAÇÕES, PROJETOS E QUALIFICAÇÕES NA GERAÇÃO DO CONHECIMENTO.

Estou como docente de ensino superior na UNIFAP desde 1994, que integrou uma leva de 90 docentes aprovados no primeiro concurso da instituição para professores efetivos. Fiz o concurso para a vaga no curso de Geografia de um total de 08 disponíveis. Conforme exposto anteriormente, assumi a vaga para ministrar aulas de Geografia Regional, Geografia Regional do Brasil, Geografia do Brasil, Geografia da Amazônia e Geografia do Amapá.

A partir da elaboração dos conteúdos das disciplinas, instiguei-me a pesquisar sobre a evolução, a (des)construção e os usos do território amapaense em seus variados aspectos, considerando: as suas geografias econômicas; a sua função nas economias mundo, nacional e regional. Sendo que minhas reflexões partiram de uma questão orientadora: *O que é o Amapá?*

À medida que começava a ter acessos aos limitados textos disponíveis no Amapá, percebia que havia uma história e uma geografia pronta para ser escrita, mas que havia necessidade de ter acessos às informações nas instituições amapaenses. Constantemente ouvia que nada havia sido escrito sobre o Amapá. E isso me instigava.

Nesta parte do Memorial em construção, pretendo expor a minha construção intelectual após a minha aprovação como docente na UNIFAP; minha preparação enquanto mestrando e doutorando; após o meu retorno com os cursos de pós-graduação *stricto sensu* concluídos e; os resultados dos projetos aprovados em publicações de trabalhos completos em anais em eventos nacionais e internacionais, periódicos, capítulos de livros e em livros. Pretende-se aqui, identificar as fases de minhas produções intelectuais dentro dos contextos que participava, seja como pós-graduando, seja como coordenador ou colaborador de projetos.

Quando comecei minhas atividades como docente na UNIFAP, em fevereiro de 1994, estava vinculado ao curso de Bacharelado e Licenciatura em Geografia, atuando em disciplinas de Geografia Regional, Geografia do Brasil, Geografia Regional do Brasil, Geografia da Amazônia e Geografia do Amapá.

Quando fui cursar o mestrado em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Colegiado de Geografia da UNIFAP, onde estava vinculado, liberou-me por 2 anos (1995-1997). Assim, planejei em cursar por um ano (1995) na UFSC e um ano (1996) no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Assim eu teria aulas com reflexões

mais abertas para o primeiro período e reflexões regionalizadas para o segundo. Assim, quando voltasse às minhas atividades seculares, faria aquelas leituras com rebatimentos locais.

Como resultados desta construção, elaborei os seguintes trabalhos completos em eventos nacionais e internacionais: *As Estratégias recentes de desenvolvimento regional no Amapá* (1997); *O Estado do Amapá: Estratégias de desenvolvimento e perspectivas* (1999); *O Estado do Amapá: Estratégias de Desenvolvimento, Migração e Perspectivas* (1999); *A atuação do Estado na consolidação da fronteira econômica da Amazônia setentrional (1943-2000): a experiência amapaense* (2000); *Aspectos da formação da fronteira na Amazônia Setentrional (1943-1994): O caso do Estado do Amapá* (2000); Artigos em Periódicos: *Amapá: origem, evolução e centralização governamental* (1999); *Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil* (1999) e ; o livro *Área de livre comércio: Questões geo-econômicas* (1999).

Com o meu retorno para a Unifap, responsabilizo-me por dois orientandos de iniciação científica e que apresentam o trabalho no II Congresso Sul Americano de Alternativas de Desenvolvimento, em Manaus, intitulado *Questões haliêuticas da pesca artesanal de Amapá e Tartarugalzinho (Amapá- Brasil)* (1998).

Em 1999, inicio o meu doutorado em Desenvolvimento Econômico, no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Minhas atividades foram executadas no período de 1999-2002. Como resultados da pesquisa doutoral cito: Os livros intitulados *Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais - 1943 a 2000* (2003); Capítulo de livro: *Aspectos da ação do Estado na fronteira Amazônica: a experiência do Território Federal do Amapá* (2004) e; trabalho completo em evento *Transformações espaciais no Amapá: Reflexos de uma economia em construção* (2005).

Por uma organização interna na UNIFAP, em 2005 fui transferido para o curso de Arquitetura e Urbanismo, atuando nas disciplinas Estudos Sociais e Ambientais, Planejamento Regional e Urbano (I, II, III), Economia Urbana, Formação Espacial Amapaense. As disciplinas ministradas em ambos cursos de graduação, consolidaram as pesquisas executadas, principalmente naquelas em que as discussões sobre Amazônia e Amapá integram os programas das disciplinas, a exemplo dos casos de Planejamento Regional e Urbano II, Economia Urbana, Formação Espacial Amapaense.

Quanto ao meu envolvimento em orientações, na graduação atuei nos cursos de Geografia e atualmente encontro-me vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo na UNIFAP. Exerci atividades de orientações em trabalhos de conclusão de curso (TCC) e de iniciação científica, sendo



neste último a minha maior orientador, com 10 orientados, ao passo que nos TCC, a procura foi menor, com 3 orientados.

No que tange às orientações em Programas de *stricto sensu*, até abril de 2018, tive 11 mestres orientados e uma supervisão de pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIFAP; 01 mestre em coorientação no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPa e 01 coorientação no doutorado Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ.

A partir de então, as obras elaboradas foram se aprofundando e avançando na questão orientadora acima indicada, seja nas orientações de iniciação científica, nas discussões e encaminhamentos de dissertações (Iniciadas em 2006), seja pelos projetos aprovados junto ao CNPq, CAPES e nos editais do Banco Santander.

Atuei, também em orientações em iniciação científica, com os seguintes discentes e projetos: Como Bolsista do CNPq: Susane Maria da Silva Alencar, *As influências geo-econômicas da pesca artesanal nos municípios de Amapá e Tartarugalzinho (1987-1998)* (1998); Leonardo de Jesus dos Santos Beltrão, *Forma e Função das Cidades Médias Brasileiras: o caso de Macapá e Santana* (2008); Giselly Marília Thalez, *Geografia da Saúde nas Cidades Médias Brasileiras: os casos de Macapá e Santana* (2008); Edilene Lira da Silva, *Perspectivas para um crescimento urbano anfíbio: impactos gerados ao meio urbano pela intensificação das ocupações em áreas úmidas em Macapá* (2015); Como bolsista da UNIFAP: Rodrigo Márcio Gomes Monteiro, *Corredor da Biodiversidade do Amapá* (2006); Magdiel Eliton Ayres do Couto, *Transformações Espaciais Amapaenses após a Estadualização (1990-2005)* (2006); Leonardo de Jesus dos Santos Beltrão, *Dinâmicas Urbanas Macapaenses com a Fronteira* (2009); Como bolsista da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amapá (SETEC): Magdiel Eliton Ayres do Couto, *Evolução de redes do setor elétrico do Estado do Amapá: 50 anos de atuação da CEA no desenvolvimento econômico local* (2007).

Em 2006, colaborei na construção do Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional (MINTEG), atualmente denominado de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) na UNIFAP. Cujas dissertações orientadas e defendidas foram: em 2008: Mário Nunes Torrinha, *Redes de abastecimento alimentício em Laranjal do Jari (AP): Fluxos intra-regionais e produção territorial*; Charles Achcar Chelala, *A magnitude do estado na sócio-economia amapaense*. Em 2009, Magno José Távora de Mendonça, *Transformações e Permanências socioeconômicas do Município de Pracuúba (AP) (1992-2008)*. Em 2010: Marcus Webster Rodrigues de Araújo, *Configuração do Espaço Amapaense: Um mosaico de territorialidade*; Luzimar Rebello Azevedo, *As Atividades Comerciais no Amapá e a Contribuição ao Desenvolvimento Econômico*

*Regional*. Em 2012, Aldeci da Silva Dias, *A eficácia da responsabilidade penal ambiental em área de marinha no bairro do Perpétuo Socorro, Macapá (AP)*. Em 2014, Cristiane Valéria dos Santos Nascimento, *Concepções sobre meio ambiente e desenvolvimento nas políticas ambientais implementadas no Amapá (1995-2010)*. Em 2016: Karoline Fernandes Siqueira Campos, *Novas dinâmicas territoriais da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio no Vale do Jari: A desconstrução do uso do território e de produtos na RDS do Iratapuru/AP*; João Paulo de Almeida Amorim. *Organização Espacial da Sub-Região de Macapá na Amazônia Setentrional*. Em 2018, Katicia Milena Almeida Correa, *A formação do complexo hidrelétrico no rio Araguari: Impactos no ordenamento territorial de Ferreira Gomes (AP)* e; Tiago Luedy, *Institucionalidade e espacialidade da defesa nacional na Amazônia: Perspectivas para o Amapá*.

Atuei também como co-orientador do doutorado em Geografia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de Gutemberg de Vilhena Silva, sob o título *A cooperação transfronteiriça entre Brasil e França: Ensaio e expectativas neste século XXI* (2010); e do mestrado em Geografia, Universidade Federal do Pará, de Regina Ferreira da Silva, intitulada *Perspectivas das políticas territoriais na Faixa de Fronteira Internacional da Amazônia Oriental Brasileira: Estados do Pará e Amapá* (2011).

Em 2016, supervisionei o estágio pós-doutoral de Christian Nunes Silva, com o projeto *Novos ordenamentos territoriais na Amazônia: Análises dos impactos gerados a partir da implantação de empreendimentos hidroelétricos no Estado do Amapá*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Em 2018, exerço a co-supervisão pós-doutoral, financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET), Argentina, de Roni Mayer Lomba, com o projeto *Desenvolvimento e periferia na América do Sul: O caso do Amapá (Amazônia brasileira) e as províncias de Santa Cruz e Terra do Fogo (Patagônia Sul-Argentina)*.

#### **- Projetos aprovados em editais**

a) *Projeto Percepções do Amapá: O potencial econômico e as políticas públicas das bacias dos rios Jari e Maracá*. O período de execução foi entre 2003-2005. Foi aprovado pelo Edital Ciências Humanas – CNPq 06/2003. Este Projeto enfocou três aspectos: o geo-econômico, ao analisar o setor do turismo amapaense; o geológico, ao estudar o seu potencial espeleológico; e o arqueológico, ao se identificar novas alternativas de gestão do patrimônio histórico- arqueológico. As áreas escolhidas foram as bacias do rio Jari (municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari - AP) e do rio Maracá (Mazagão - AP), como áreas de intensas atuações de políticas públicas e de real potencial para atividades do ecoturismo. No primeiro caso, percebe-se a intensa influência do Complexo Industrial do

Jari nas atividades econômicas do sul do Estado, bem como a o estímulo às atividades extrativista (castanha, madeira) e turísticas. No segundo, ressaltar-se a ocorrência de cavernas e de sítios arqueológicos na bacia, os quais necessitam de estudos apropriados antes de serem realizadas atividades turísticas capazes de depredar este patrimônio espéleo-arqueológico. Como resultados deste projeto, cito: Atuei na comissão científica da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), como Editor Associado na Revista Espeleo-Tema até 2015; No período de 07 a 07 de setembro de 2004, organizei a primeira expedição espeleológica no Estado do Amapá, na bacia do rio Maracá, Mazagão (AP); foram cadastradas as oito primeiras cavernas amapaenses junto à SBE, com ocorrência de material arqueológico; Elaboração dos artigos: *Relatos da primeira expedição espeleológica do Estado do Amapá* (2004); *Diagnóstico espéleo-arqueológico do Amapá* (2005). Originou o *Projeto percepções do Amapá: capacitação de monitores ambientais na bacia do rio Maracá*, que concorreu na primeira edição do prêmio Santander, em 2005, sendo vencedor desta edição na categoria Ciência e Inovação/Responsabilidade Social.

b) *Percepções do Amapá: Monitores ambientais da Bacia do Maracá (Mazagão - AP)* . Projeto vencedor do Prêmio Santander- 2005 – Responsabilidade Social. O período de execução foi entre 2006-2007. Visou a instalar a capacitação de monitores como estratégia para conservação das áreas naturais, viabilizando a inclusão dos moradores locais no mercado de trabalho do ecoturismo, valorizando a história e a cultura regionais e fortalecendo a organização comunitária e a sua relação com o ambiente. Esta a capacitação de monitoria ambiental também almejou criar de uma rede solidária de serviços ecoturísticos, que contribuísse no fortalecimento das demais práticas de manejo sustentável e projetos sócio-ambientais nas regiões beneficiadas. Assim, a proposta deste projeto atenderia parte da demanda para aprimorar a formação desses Monitores Ambientais, para trabalharem nos Municípios e Unidades de Conservação das regiões escolhidas, reforçando o papel fundamental dos cidadãos e entidades envolvidas na busca do desenvolvimento sustentável. Como resultados deste projeto, cito: Foram adquiridas 19 placas fotovoltaicas destinadas a Escola Família do Maracá, no município de Mazagão (AP); Execução de cursos de extensão nesta Escola Família; Na elaboração dos artigos: *Percepções do Amapá: Capacitação de Monitores Ambientais na Bacia do Maracá (Mazagão - Amapá - Brasil)* (2006); e na geração de dois livros: um cedido a Escola Família do Maracá, intitulado *(Re)construções amapaenses: 60 anos de transformações espaciais* (2006); o outro apresentado no Encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Universidade Federal do Amapá em 2007, intitulado *Condicionantes construídos: reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses*.

c) Desenvolvimento regional e as dinâmicas espaciais da faixa de fronteira setentrional da Amazônia Oriental. Projeto aprovado pelo Edital MCT/CNPq nº 07/2006 - Apoio a Grupos de Pesquisa Vinculados a Programas de Pós-Graduação (Edital Casadinho 2006). Este projeto contou com a colaboração do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos no fortalecimento do Mestrado em Desenvolvimento Regional. Visou Fortalecer a capacitação de docentes da UNIFAP e de técnicos das Instituições de pesquisa, de fiscalização federal, estadual e municipal do Estado do Amapá, a fim de instrumentalizá-los quanto às novas técnicas e conhecimentos na área de ensino, extensão e pesquisa, dentro de uma visão multiprofissional e multidisciplinar, e que se aplique as especificidades da região norte e ao seu desenvolvimento.

d) *Macapá e Santana: Ajustes Espaciais em Duas Cidades Médias no Meio do Mundo*. O período de execução foi entre 2007-2009. Projeto aprovado pelo Edital MCT/CNPq 50/2006 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, para aquisição de duas Bolsas de Iniciação Científica na UNIFAP (Leonardo Beltrão e Giselly Thalez). Este projeto objetivou fortalecer e integrar os Grupos de Pesquisa da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) “Urbanismo na Amazônia” e pelo interinstitucional intitulado “Percepções do Amapá”. A união destes grupos de pesquisa visou analisar os diversos aspectos das dinâmicas urbanas amapaenses que são sugeridas pelas políticas públicas de ordenamento territorial e as transformações sócio-espaciais e ambientais deste Estado, a partir dos seguintes enfoques: o geo-econômico, ao analisar os setores econômicos atuantes no espaço urbano amapaense e seus reflexos na organização espacial do Estado; o geopolítico, ao estudar a importância da cidade na defesa da fronteira amazônica; o sócio-geográfico, ao se analisar as transformações espaciais e os seus reflexos nas estruturas sociais amapaenses. Com a dinâmica territorial amapaense em execução, a urbanização deste Estado não foi acompanhada com estudos profundos, analíticos e críticos. Como resultados deste projeto, cito a elaboração dos artigos:

i) Publicados em 2007: *Evolução e conflitos dos ajustes espaciais amapaenses; Dinâmicas espaciais amapaenses: ocupação, urbanização e instalação de áreas protegidas* (2007);

ii) Publicados em 2008: *Cidades Médias na Amazônia: Os Casos de Macapá e Santana; Interações espaciais em uma cidade média no meio do mundo: o caso de Macapá (AP)*;

iii) Publicados em 2009: *Ser grande ou ser pequena, eis a questão: uma reflexão sobre cidades “pequenas” na Amazônia brasileira; Macapá e Santana: Interações espaciais de duas cidades médias na fronteira setentrional amazônica; A forma e a função urbana de cidades médias na Amazônia: Os casos de Macapá e Santana (AP)*.

e) *Desenvolvimento da faixa de fronteira da Amazônia oriental: Integração, formação de redes, meio ambiente e uso do território.* O período de execução foi entre 2009-2010. Projeto Aprovado no Edital nº 16/2008 - Faixa A - Grupo de pesquisa de Programa de Pós-Graduação não consolidado que tenha sido apoiado nas edições anteriores do Edital - Casadinho/CNPq. Este Projeto é uma alternativa de se estimular a pesquisa e a pós-graduação, com apoio das instituições envolvidas mediante contrapartidas laboratoriais, participação de titulados em orientações de dissertações e teses, bem como participação nas atividades de qualificação dos recursos humanos no Estado do Amapá. Considerando que havia uma intensa relação acadêmica com o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPa), na realização de um doutorado fora de sede na UNIFAP, este projeto consolida esta parceria, pois ele sequencia a primeira edição do projeto Casadinho/CNPq 2006. O Projeto visa Consolidar a capacitação de pesquisadores em nível de pós-graduação *strictu sensu* no Estado do Amapá, com temas de pesquisa voltados ao Desenvolvimento Regional.

Como resultados deste projeto, cito os artigos:

i) Publicados em 2009: *Dilemas territoriais amapaenses: a (des)configuração de um estado em construção.*

ii) Publicados em 2010: *Reinvenções do uso do território amapaense; Interações espaciais entre territórios periféricos no Norte da América do Sul.*

f) *Ajustes Espaciais na Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: Dos Dilemas Espaciais à Defesa do Território.* O período de execução foi entre 2009-2012. Projeto aprovado no Edital Pró-Defesa 2008. Este Projeto visou analisar os diversos aspectos das dinâmicas espaciais amapaenses que lhes são sugeridas pelas políticas públicas de ordenamento territorial e as transformações sócio-espaciais e ambientais deste Estado, a partir dos seguintes enfoques: o geoeconômico, ao analisar os ajustes espaciais nos setores econômicos atuantes no espaço amapaense e os reflexos na sua organização espacial; o geopolítico, ao estudar a importância da defesa da fronteira amazônica; o sócio-geográfico, ao se analisar as transformações espaciais e os seus reflexos nas estruturas geo-econômicas amapaenses. Ao se observar a dinâmica espacial amazônica, percebe-se que essas dinâmicas foram estimuladas com a construção de vias de comunicação rodoviária e aceleradas com as conexões aérea, marítima, fluvial e informacional. A Amazônia é uma região de duplo olhar: é periférica e é estratégica. Neste sentido, as cidades nela instaladas guardam especificidades que precisam ser entendidas e explicadas, seja pelas suas origens e construções, seja pelas intensas transformações espaciais nelas existentes (demográfica, modernização dos serviços urbanos, funções executadas, verticalização, metropolização, interações urbanas, dentre outras). Com isso, os ajustes espaciais nelas instaladas não conseguem acompanhar

as dinâmicas, a magnitude e as velocidades de crescimento urbano que nelas se manifestam. Como resultados deste projeto, cito os artigos:

i) Publicados em 2009: *Interações espaciais entre territórios periféricos no Norte da América do Sul; Dinâmicas socioeconômicas na faixa de fronteira amapaense: o caso do município de Pracuúba; Os novos usos e (re)construções da condição fronteira amapaense;*

ii) Publicados em 2010: *De periferia a espaço estratégico: a construção da condição fronteira amapaense; Reflexões sobre a condição periférico/estratégica da fronteira amapaense; A Condição Periférico-Estratégica da Amazônia Setentrional: A inserção do Amapá no Platô das Guianas; Condição Fronteira Amapaense: da defesa nacional à integração (inter)nacional;*

iii) Publicados em 2011: *Políticas Públicas de Integração Física da Amazônia e a Fronteira Internacional do Amapá; Dinâmica e produção espacial em cidades de fronteira na Amazônia brasileira: A experiência de Oiapoque, Amapá-Brasil (1990-2010);*

iv) Publicados em 2012: *Ajustes espaciais na fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Políticas públicas e interações do Platô das Guianas (1940-2010); A reconstrução da fronteira amapaense: da defesa aos novos usos da linde Amapá-Guiana Francesa.*

v) E os livros intitulados *Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: Novas construções, novas territorialidades* (2010) e *Reformatações Fronteiriças no Platô das Guianas: (re)territorialidades de cooperações em construção* (2011).

### **Colaborador em projetos**

a) *Estudo da potencial contribuição dos serviços ambientais no módulo 4 da Floresta Estadual de Amapá FLOTA/AP para o desenvolvimento sustentável local e regional.* O período de execução foi entre 2010-2013. O objetivo geral do projeto foi estudar como os serviços ambientais de carbono, água e biodiversidade podem contribuir para o desenvolvimento sustentável local e regional visando a melhoria da qualidade de vida da população na área do módulo 4 da FLOTA/AP. O projeto foi dividido em quatro módulos. O primeiro versa sobre a gestão do projeto. O segundo de análise socioambiental que consta do levantamento e caracterização do meio abiótico e biótico a partir de dados pretéritos com produção de cartas e análise multitemporal de dados de sensores remotos. O terceiro módulo trata da obtenção da estimativa dos benefícios econômicos dos serviços ambientais com o objetivo de valorar os serviços ambientais de água (carbono, recursos hídricos (água) e biodiversidade). O quarto módulo compreende a modelagem dos potenciais cenários de uso da terra

na FLOTA/AP para os próximos 20 anos que compreendem a definição de indicadores de mudanças, construção de hipóteses e definição dos cenários de uso com base nos dados anteriores. A execução deste projeto visou analisar as dinâmicas de transformações nos recursos naturais (C, H2O, biodiversidade) do módulo 4 da FLOTA/AP a fim de construir cenários de desenvolvimento sustentável para a área de estudo. Além disso, o projeto pretendeu aplicar e ajustar metodologias para o diagnóstico e valoração dos serviços ambientais na Região Amazônica tendo como exemplo o módulo 4 da FLOTA-AP. Como também almejou, ainda, viria atender a uma necessidade de indicar alternativas econômicas para o uso da terra, adequando-se as realidades locais. Como resultados deste projeto, cito os textos: *Reformatações fronteiriças no Platô das Guianas: (re)territorialidades de cooperações em construção* (2011); *A reformatação da fronteira amapaense: das políticas públicas aos planos diretores e ambientais* (2012); e o livro intitulado *A reformatação da fronteira amapaense: das políticas públicas aos planos diretores e ambientais* (2011).

b) *Transfronteirizações na América do Sul: Dinâmicas territoriais, desenvolvimento regional, integração e defesa nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil*. O período de execução foi entre 2013-2018. Projeto aprovado no Edital Pró-Defesa 2012. Esta proposta de pesquisa está estruturada em cinco grandes eixos de discussão: a) Ações do Estado, Atores de Políticas Públicas Territoriais e Defesa para as Transfronteirizações Sul-americana; b) Planejamento, Cidades e Defesa na Fronteira; d) Transfronteirizações e Políticas Territoriais de Desenvolvimento; e) Os Impactos em Áreas Protegidas e no Meio Ambiente. Este novo projeto tem como foco as novas dinâmicas territoriais regionais transfronteiriças sul-americanas considerando-se :a) Ações de múltiplos atores - Estado em suas diversas escalas e instituições, organizações civis, capital privado) nos cenários i) nacional do Brasil, ii) na macrorregião da Bacia do Prata / Arco Sul e iii) na macrorregião do Planalto das Guianas / Arco Norte; b) Processos de transfronteirizações e políticas territoriais de desenvolvimento regional e defesa, onde as políticas territoriais de defesa e seus programas - políticas públicas territoriais de defesa e seguranças exercem papel de fortalecimento da capacidade institucional e de desenvolvimento regional. O problema da pesquisa incide especialmente nas regiões de fronteiras brasileiras com: i) os países do Mercosul - no Arco Sul estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná - isto é, a fronteira mercosulina e ii) a Guiana Francesa - no Arco Norte - Estado do Amapá no Planalto das Guianas, isto é fronteira franco-brasileira. A equipe é composta por pesquisadores das universidades federais do Rio Grande do Sul e do Amapá em cooperação com o Comando de Fronteira - Amapá e 34º Batalhão de Infantaria de Selva lotado em Macapá.

Como resultados deste projeto, cito os seguintes artigos:

i) Publicados em 2013: *Estudos Fronteiriços da Amazônia Setentrional Brasileira: A Formação do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas*; *Novos usos da fronteira Amapá-Guiana Francesa: Expectativas de construção e ensaios de cooperação*; *Novos usos da Fronteira Amapá-Guiana Francesa: Expectativas de construção e ensaios de cooperação*; *Transfronteirizações na América do Sul: uma agenda de pesquisa sobre dinâmicas territoriais nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil*; *Velhas interações na busca de novas integrações da fronteira da Amazônia setentrional: Reflexões sobre a linde Brasil/França*; *A transfronteirização Amapá- Guiana Francesa: a nova articulação no platô das Guianas*; *Expectativas da fronteira da Amazônia setentrional: A busca pela interação do Platô das Guianas*.

ii) Publicados em 2014: *O desenvolvimento geográfico desigual Amapá-Guiana Francesa: Desconstruções fronteiriças e expectativas de transfronteirização*; *A construção da condição fronteiriça do oeste amapaense (1947-2014)*; *A reconstrução da condição fronteiriça amapaense: da expansão colonial às intenções de interações transfronteiriça*; *A fronteira franco-brasileira: A construção de um território recomposto estratégico e tardio*; *Novos usos do território amapaense: Políticas Públicas, Desenvolvimento, Ajustes Espaciais na Fronteira da Amazônia Setentrional*.

iii) Publicados em 2015: *Gênese, construções e delimitação da fronteira franco-brasileira: da conquista do território à fronteira tardia*; *A linde Amapá-Guiana Francesa: a formação de uma fronteira tardia*; *A fronteira tardia no Platô das Guianas: o desenvolvimento geográfico desigual Amapá-Guiana Francesa (1943- 2013)*; *Condicionantes para a execução de ajustes espaciais no Amapá- Brasil: da gênese de um ente federativo à novas configurações territoriais (trans)fronteiriço*; *Circuitos da Economia na fronteira amapaense: um híbrido de subsistemas para a sua reorganização espacial*.

iv) Publicados em 2016: *A atividade comercial atacadista e sua contribuição para o desenvolvimento econômico regional no estado do Amapá*; *The Geopolitics of the European Union for overseas territories: assimilation, fragmentation and the role of French Guiana in the regional context*; *Ensaio de interações transfronteiriças Amapá-Guiana Francesa (1943-2013): Reflexões de uma fronteira tardia*; *As condições fronteiriças do Amapá: duas abordagens para a linde sul-americana Brasil-França*;

v) Publicados em 2017: *Organização espacial da sub-região de Macapá, da gênese à estadualização*; *Desenvolvimento geográfico desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Aspectos das reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013)*.



Quanto a publicação de livros, cito os seguintes: *Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia* (2013); *Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial* (2013).

c) *Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Migrações em Rede*. Projeto aprovado para a criação de novos Institutos Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT's). Início da proposta, 2016. O projeto busca criar uma rede de estudiosos que fomentem a pesquisa interdisciplinar sobre as migrações no país em uma análise comparativa. Objetiva apreender os processos recentes e as novas configurações do fenômeno migratório em contextos específicos e suas relações com a dinâmica urbana, social, econômica, com a questão ambiental e com a política imigratória do país. Congrega grupos de pesquisa que já desenvolvem, em seus respectivos estados, análises das migrações; a saber: Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP; desde 2009), o Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (OBFron/UNIFAP, desde 2011), o Observatório das Migrações no Nordeste (UFRN; desde 2012), o Observatório das Migrações no Ceará (URCA; início 2013), Observatório das Migrações em Santa Catarina (UDESC; início 2012). O INCT Migrações em Rede possibilitará apreender e analisar as “novas lógicas migratórias” nas migrações internas e internacionais no âmbito da “era da mobilidade”. Os processos migratórios internos e internacionais apresentam na contemporaneidade dinâmicas associadas, que evocam complexidades entre o local e o global em territórios com a presença crescente do capital internacional. Este Observatório é composto por duas linhas de pesquisa, uma vinculada às migrações internas e a outra referente às migrações internacionais. Na primeira linha de pesquisa, 4 Estudos Temáticos serão desenvolvidos: Migração e Urbanização; Migração e Dinâmica Econômica; Migração e Ambiente; Mobilidade dos Povos Indígenas. Na segunda linha de pesquisa, os Estudos temáticos são 2: Imigração Internacional; Emigração Internacional reconfigura espaços migratórios da migração interna e da migração internacional com impactos no desenvolvimento urbano e regional das localidades.

Como resultados deste projeto, cito o livro: *Faces da fronteira: Transformações e dinamismo históricos das lindes setentrional e meridional sul-americana* (2016).

d) *Espacios Globales para la Expansión del Capital Transnacional: a) Frontera México-Estados Unidos, b) Proyecto Mesoamérica; c) Amazonía; d) Andino-patagónico*. Projeto aprovado na Clacso 2015. Este Projeto integra o Grupo de pesquisa intitulado "Fronteras, Integración Regional y Globalización en el Continente Americano". Visa o fortalecimento de pesquisas dos países envolvidos, a difusão dos processos de integração regional no marco da globalização e o impacto nas fronteiras e nas populações das Américas. Integram a este projeto 178 pesquisadores de 26

países, sendo que do Amapá, além de mim, eram atuantes: José Alberto Tostes, José Francisco de Carvalho Ferreira, Roni Mayer Lomba (UNIFAP) e Jacklinne Matta Corrêa (IFAP). Como resultados deste projeto, executei uma mobilidade acadêmica internacional à Universidad Nacional de La Patagônia Austral – Unidade Rio Gallegos e a publicação em 2017 de: capítulo de livro intitulado *Condições fronteiriças Amazônia-Patagônia: Reflexões para a linde sul-americana a partir do Estado do Amapá (Brasil) e Santa Cruz (Argentina)*; e livro: *Faces da Fronteira: desafios e perspectivas de regiões lindesiras*.

### **Estágios pós-doutorais**

Em 2013 fui liberado para participar de meu primeiro estágio pós-doutoral. Este estágio ocorre 11 anos após a minha defesa doutoral na UNICAMP, sendo este período, a meu ver, apropriado para se buscar consolidar um amadurecimento intelectual, considerando as minhas produções elaboradas, a busca pelo aprimoramento como docente de pós-graduação e a imersão de uma reflexão sobre a construção decenal de minhas reflexões sobre o meu objeto de estudo: o Amapá e a sua construção territorial. Este estágio foi executado na Universidade Regional de Blumenau, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, sob a supervisão do Dr. Ivo Marcos Theis, cujo projeto intitulava-se “*Reformas da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Interações espaciais no platô das Guianas no primeiro decênio do século XXI*” e obtive uma bolsa pelo Edital PNPd Capes/FURB para a execução do que foi planejado com meu supervisor. Do relatório final deste estágio<sup>124</sup>, originou-se o livro que se encontra na editora da FURB para publicação, além de artigos completos em anais e em periódicos no biênio de 2013 e 2014.

O meu segundo estágio pós-doutoral foi construído no ano de 2015. Foi um estágio de curta duração na Universidade de Coimbra (Portugal), no Programa de Pós-Graduação em Geografia, sob a supervisão dos Doutores. Rui Jacinto e Lúcio Cunha, cujo projeto intitulava-se “*Análise regional da fronteira setentrional amazônica: os novos usos da fronteira amapaense*”. Este estágio um dos resultados de mobilidade acadêmica àquela instituição portuguesa, aprovada pelo Edital nº 006/2015/PROCRI/UNIFAP, de 07 de abril de 2015. A proposta partiu do pressuposto que o espaço amapaense é resultado de interesses externos, articulados e acionados; e é reflexo de ações políticas, econômicas e institucionais tardias, as quais garantiram a reformatação e a reconfiguração da sub-região Amazônia Setentrional Amapaense. Com isso, corrobora-se para entender este espaço como um “território estratégico recomposto periférico e tardio”, onde se

<sup>124</sup> PORTO, J. L. R. *Desenvolvimento Geográfico Desigual da Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: Reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013)*, 2014. Relatório de estágio de pós-doutoramento, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2014.

apresenta: constantes recomposições territoriais que a linde se (des)(re)constrói, ora como barreira, ora como cooperação; criação e inserção de *ajustes espaciais* para os novos usos do território em espaços também novos; um processo de transição de *relação fronteira* para *interação transfronteira*, com manifestações de *efeito-barreira* e construções de *efeito-cooperação*; e redesenhos de sua configuração territorial. Desde 2000 tenho escrito sobre a fronteira Amapá-Guiana Francesa. Contudo foi após a elaboração e aprovação do Projeto Pró-Defesa (CAPES/Min. da Defesa) intitulado *Ajustes Espaciais na Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: Dos Dilemas Espaciais à Defesa do Território*, em 2008, que as minhas produções sobre o assunto tomaram vulto. A intenção deste segundo pós-doutorado foi para resgatar as reflexões que havia construído sobre a condição fronteira do Amapá, sendo mais evidente em minhas obras após 2010.

Com a aprovação do projeto CLACSO *Espacios Globales para la Expansión del Capital Transnacional: a) Frontera México-Estados Unidos, b) Proyecto Mesoamérica; c) Amazonía; d) Andino-patagónico*, iniciei novas interações e relações investigativas com a Universidad Nacional de La Patagônia Austral – Unidade Rio Gallegos (UNPA-UARG). Ainda em 2015, a Pró-Reitoria de Relações Institucionais da UNIFAP, lançou o Edital-06-2015\_mobilidade-livre-professor e tive o projeto intitulado *A Interação espacial amapaense: O sistema híbrido dos circuitos da economia na fronteira* aprovado. Esta foi a grande oportunidade aproveitada para efetivamente alcançar três objetivos, além daqueles que foram expostos no projeto: Replicar a discussão da condição fronteira periférico-estratégica trabalhadas desde a execução dos projetos aprovados pelos editais Pró-Defesa acima citados; Executar atividades propostas pelo projeto CLACSO e; ampliar a rede de investigadores para o contexto latino americano.

Como resultados alcançados por estes objetivos, cito: A execução de meu terceiro estágio pós-doutoral de curto prazo, sob a supervisão do co-coordenador do Projeto CLACSO, Dr. Alejandro Schweitzer (UNPA-UARG), juntamente com os professores Juan Manoel Sandoval (Instituto Nacional de Antropologia e História – Universidad do México) e Daniel Nuñez (Universidad Rafael Landival, Guatemala); definição de ações para se construir aproximações acadêmicas entre a UNIFAP e a UNPA-UARG, consolidada com a aprovação do estágio pós-doutoral do Professor do curso de Geografia da UNIFAP Dr. Roni Mayer Lomba; Participação na VII Jornada Patagônicas sobre Trabajo e Desarrollo, como palestrante internacional e; a publicação do livro *Faces da Fronteira: desafios e perspectivas de regiões lindeiras* (2017) com publicação de artigos de autores argentinos, com destaque ao capítulo intitulado *Condições fronteiriças Amazônia-Patagônia: Reflexões para a linde sul-americana a partir do Estado do Amapá (Brasil) e Santa Cruz (Argentina)* elaborado com meu supervisor pós-doutoral. Em 2018, houve 3 eventos que integraram a

agenda Clasco: o primeiro foi a *I Reunião Científica ICSE-UNTDF*<sup>125</sup>, em Rio Grande, Província da Terra do Fogo, Argentina, em participei como convidado a ser o palestrante internacional e participei apresentando o trabalho *Amazônia setentrional brasileira como espaço Periférico-estratégico: O caso do Estado do Amapá*; O próximo foi a *8ª Conferência Latino Americana y Caribeña de Ciências Sociales: Las luchas por la igualdad, la justicia social y la democracia em un mundo turbulento*, em Buenos Ayres, Argentina, em que apresentei o trabalho intitulado *Ações de políticas territoriais ambientais no Amapá: A reorganização do espaço de expansão para espaço de restrição*. Por último, o *II Pré-Congresso Internacional sobre Integração Regional, Fronteiras e Globalização no continente americano*, na UNPA-UARG. Esses dois últimos eventos, integraram o projeto de mobilidade Internacional Santander-Unifap. Como resultado da mobilidade ocorrida durante o primeiro evento, formatou-se o livro *Estrategias territoriales para la ocupación del continente americano: Inserción de la periferia e institucionalización espacial*<sup>126</sup> e o capítulo de livro *O uso do território como parte de políticas públicas centralizadas brasileiras: A atuação dos Territórios Federais*<sup>127</sup>.

### **Participação em comissões, cargos e em avaliações.**

Com o meu retorno após a minha defesa doutoral, exerci uma série de atividades que corroboraram na construção das ações em pesquisas e de políticas científicas no Estado do Amapá, na UNIFAP Amapá; bem como em bancas de avaliação de docentes nesta instituição (Quadros 1 e 2)

---

<sup>125</sup> Em maio de 2018, integrando projeto PAPESQ/ UNIFAP, fiz uma atividade acadêmica no Centro de Investigación y Transferencia Santa Cruz / CONICET, Argentina, acompanhando as atividades de co-supervisão de estágio pós-doutoral de Roni Mayer Lomba, com pesquisa de campo em Terra do Fogo, em terras transfronteiriças chilena e argentina..

<sup>126</sup> PORTO J. L. R.; SCHWEITZER, A. *Estrategias territoriales para la ocupación del continente americano: Inserción de la periferia e institucionalización espacial*. Macapá/ Rio Gallegos, UNIFAP/UNPA-UARG, 2018.

<sup>127</sup> PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E. *O uso do território como parte de políticas públicas centralizadas brasileiras: A atuação dos Territórios Federais*. In: PORTO J. L. R.; SCHWEITZER, A. *Estrategias territoriales para la ocupación del continente americano: Inserción de la periferia e institucionalización espacial*. Macapá/ Rio Gallegos, UNIFAP/UNPA-UARG, 2018.

## Quadro 1 - PORTARIAS E INDICAÇÕES DAS ATIVIDADES EXECUTADAS

PORTARIA	ATIVIDADE
082/1994	Aprovação para professor efetivo na UNIFAP.
131/1997	Nomeação para o cargo de Diretor do Departamento de Pós-Graduação
100/1998	Nomeação para o cargo de Coordenador do Curso de Geografia da UNIFAP.
226/2003	Nomeia o cargo de Diretor do Departamento de Pesquisa da UNIFAP.
416/2003	Indica para ser representante titular da UNIFAP na 2ª fase do Grupo de Trabalho do Sub-Programa de Recursos Naturais (SPRN) do Programa de Proteção de Florestas Tropicais do Brasil (PPG7).
438/2003	Indica o representante titular da UNIFAP no Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA).
858/2003	Compõe o Conselho Científico da Revista Científica UNIFAP Ciência Educação & Cultura.
215/2004	Deslocamento para tratar de mestrado e doutorado junto à CAPES e ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPa) <sup>128</sup> .
446/2004	Compõe a comissão responsável pela implantação do Programa de Iniciação Científica na UNIFAP.
125/2005	Nomeia o cargo de Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação d UNIFAP.
167/2006	Nomeia o representante da UNIFAP no Comitê Gestor da Rede Metropolitana do Amapá – MetroAP.
692 e 831/2008	Participar da Missão do Programa de Qualificação Institucional (PQI) ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPa) <sup>129</sup> .
501/2009	Compõe o Conselho Editorial da UNIFAP.
003/2009	Compõe o Conselho Superior da UNIFAP.
942/2010	Compõe o Núcleo Estruturante do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP.
013/2013 – DITEC-FAPEAM	Constitui o Comitê de Especialistas do Programa Pró-Rural, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).
078/2015	Assumir a coordenação do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP.
486/2016	Composição do Conselho do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) da UNIFAP
2312/2016	Institui a Comissão no âmbito da Universidade Federal do Amapá para regulamentar o reconhecimento de diploma de Curso de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (Mestrado e Doutorado), tendo em vista a resolução N° 3, de 23 de junho de 2016 CNE/CES.
588/2017	Composição do Conselho do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) da UNIFAP
02/2017 – CEE/GEA	Composição das Comissões de Avaliação Institucional Externa, e de Avaliação dos Cursos de Graduação (licenciatura, bacharelado e tecnológico), da Universidade Estadual do Amapá
455/2018	Institui o Conselho do Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas (DCET) da UNIFAP

<sup>128</sup> O resultado desta missão foi a execução de um DINTER executado pelo NAEA, com 18 teses concluídas. A construção deste DINTER foi iniciada e articulada pelo Dr. José Alberto Tostes, enquanto Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFAP.

<sup>129</sup> Esta missão visou efetuar o acompanhamento dos doutoramento de Adalberto de Carvalho Ribeiro e Antônio Sérgio Monteiro Filocreão no NAEA. Este PQI foi coordenado pelo Dr. José Maria da Silva. O PQI foi um programa que visou promover o desenvolvimento institucional por meio da qualificação de docentes e, excepcionalmente, de técnicos, no âmbito de projetos de pesquisa em cooperação científica. Sobre este programa, vide COSTA, Iris Santiago. *Programa de Qualificação Institucional - PQI: uma experiência de avaliação da CAPES*. 2007. 148 f., il. (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2007. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/3438>

**Quadro 2 - PORTARIAS E INDICAÇÕES DE COMISSÕES DE AVALIAÇÕES**

<b>PORTARIA</b>	<b>ATIVIDADE</b>
630/2003	Compõe banca examinadora para professor substituto para a disciplina Economia na Universidade Federal do Amapá
500/2005	Constitui banca examinadora de concurso público para professor efetivo nas disciplinas de História e Teoria da Arquitetura; e Geografia Humana na Universidade Federal do Amapá.
019/2007	Nomeado como membro titular docente no Conselho Superior da Universidade Federal do Amapá, representando o Curso de Arquitetura.
003/2009	Nomeado como membro titular docente no Conselho Superior da Universidade Federal do Amapá, representando o Curso de Arquitetura.
501/2009	Compõe o Conselho Editorial da Universidade Federal do Amapá.
539/2009	Constitui banca examinadora de concurso público para Professor Assistente e Auxiliar na disciplinas de História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo e complementares na Universidade Federal do Amapá.
1419/2009	Compõe Comissão de Avaliação para progressão funcional a Associado I do docente da Universidade Federal do Amapá Arley José Silveira da Costa.
728 / 2012	Compõe Banca Examinadora, com o objetivo de avaliar a progressão funcional para Associado I do Professor José Alberto Tostes.
495 / 2013	Formaliza e designa Comissão das Bancas examinadoras do concurso público para professor da Carreira do Magistério Superior.
259 / 2015	Nomeia os servidores como membros do Conselho Editorial da Editora da Universidade Federal do Amapá.
383 / 2015	Compõe Comissão de Avaliação de Estágio Probatório da docente Anna Rachel Baracho Eduardo Julianelli.
384 / 2015	Compõe Comissão de Avaliação de Estágio Probatório do docente Elizeu Corrêa dos Santos.
760 / 2015	Composição do Comitê Institucional de Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amapá.
877 / 2015	Compõe Banca Examinadora, com o objetivo de avaliar a progressão funcional para Associado I do Professor José Alberto Tostes.
271 / 2016	Compõe a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório do servidor Jodival Mauricio Da Costa.
1589 / 2016	Compõe a Comissão de Avaliação de Progressão Funcional da Classe de Associado II, para Classe de Associado III do Servidor Jose Alberto Tostes .
2446 / 2016	Compõe a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório da servidora Patricia Helena Turola Takamatsu.
1315/2018	Compõe a Comissão de Avaliação de Progressão Funcional da Classe de Associado III, para Classe de Associado IV, do Servidor JOSÉ ALBERTO TOSTES,

## TEMPOS DE CONSTRUÇÕES PARA NOVOS TEMPOS DE INVESTIGAÇÕES.

Nesta parte do memorial, pretendo expor a minha contribuição e exercícios em cargos administrativos na UNIFAP e na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá.

Em agosto de 1997 foi criada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG), juntamente com os Departamentos de Pesquisa e de Pós-Graduação na UNIFAP. Após o meu retorno para cursar as disciplinas do Mestrado em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1997, fui convidado pelo então Reitor Pró-Tempore Antônio Gomes de Oliveira a assumir o cargo de Diretor de Departamento de Pós-Graduação (Portaria 131/1997). Assumiram a Prof. Maria Clara Teles, como Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, e a Prof. Walterlina Brasil, como Diretora do Departamento de Pesquisa. Esta foi a primeira gestão desta Pró-Reitoria. Permanecemos nos respectivos cargos até outubro de 1997, por conta da substituição do Magnífico Reitor acima mencionado pelo Dr. Antônio Renor.

No período de abril de 1998 a fevereiro de 1999, assumi a Coordenação do curso de Geografia na Instituição. E assim permaneci até a minha liberação para cursar o doutorado em Economia na UNICAMP.

Ao retornar com o doutorado concluído, no período de março de 2003 a março de 2005, fico à frente do Departamento de Pesquisa da UNIFAP, compondo a equipe do Dr. José Alberto Tostes, que assumiu como Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, e a MSc. Iraci de Carvalho Barroso, Diretora do Departamento de Pós-Graduação. Até então, não havia programas de pós-graduação *stricto sensu* na instituição e as pesquisas executadas ainda se comportavam não institucionalizadas. Neste período, houve um avanço, ainda tímido, no processo da institucionalização das investigações apoiadas pela UNIFAP.

Entre março e dezembro de 2005, assumo a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Em substituição ao Dr. José Alberto Tostes, que se torna o coordenador do recém-criado curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP, no Campus de Santana. Neste período, organizou-se a concessão de bolsas de iniciação científica com recursos da PROPESPG e encaminharam-se 3 propostas de programas *stricto sensu* à CAPES, sendo todos aprovados, cujas aulas foram iniciadas em 2006: O Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional (MINTEG), renomeado para Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) em 2013; Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas (PPGDAP), que encerrou suas atividades em 2016 e; o Mestrado e Doutorado em Biodiversidade (PPGBIO).

Os desafios para se criar um curso de pós-graduação *stricto sensu* na UNIFAP eram enormes para as nossas condições de pessoal titulado atuantes em 2005. Havia somente 07 doutores na UNIFAP, 03 na Embrapa-Amapá e 03 no Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA). Tive participação na elaboração da proposta do então denominado Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional (MINTEG), juntamente com os doutores da UNIFAP (Arley José Costa, Marinalva Oliveira, José Alberto Tostes), da Embrapa – Amapá (Arnaldo Bianchetti e Ricardo Adaime da Silva), do IEPA (Odete Fátima Machado da Silveira) e da Universidade Federal do Pará (Saint-Clair Trindade Cordeiro Jr.). Foi com a parceria destas instituições que este mestrado iniciou as suas atividades.

Este mestrado tem se revelado como um importante instrumento para a geração e produção científica local e regional, não apenas por ser a primeira experiência da pós-graduação no Estado, mas por ter sido responsável pela produção de uma massa crítica, qualificando docentes de instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa, além de profissionais em diversas áreas do conhecimento. Foi o primeiro mestrado criado com enfoque em Ciências Humanas no Estado do Amapá e que vem desenvolvendo uma série de reflexões e análises inéditas sobre a fronteira norte entre Brasil e França/Guiana Francesa, no planejamento urbano, rural, econômico e ambiental<sup>130</sup>.

Enquanto integrante deste mestrado, assumo a sua coordenação em dois momentos, nos períodos de: 2008-2011 e de 2015-2017. No primeiro, em ambos os momentos corresponderam aos períodos próximos às avaliações da CAPES e que conseguimos manter a nota para dar continuidade em nossas atividades na pós-graduação *stricto sensu* do curso mais antigo na Amazônia do Comitê de área de Planejamento Urbano e Regional.

Pelo Decreto n. 479, de 10 de janeiro de 2011, assumi o cargo de Diretor Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá, até então também conhecida como Fundação Tumucumaque (Em 2013 passou a ser identificada pela sigla FAPEAP). Enquanto estive à frente das atividades deste órgão, fui eleito como representante da Regional Norte das Fundações de Amparo à Pesquisa no Conselho Nacional das Fundações de Amparo (CONFAP) para o biênio 2011-2012; fui Integrante do Conselho Fiscal do CONFAP 2012; Representante do CONFAP para compor o "Grupo de Trabalho para Estudo da Gestão de Programas Conjuntos" no CNPq; Organizei a normatização para a oferta de bolsas de pesquisa e pós-graduação pela Fundação; Contribuí na formatação de um projeto binacional Brasil/França denominado de GUYAMAZON,

---

<sup>130</sup> Para maiores detalhes sobre a evolução do PPGMDR/UNIFAP, vide os artigos acima citados: *Pós-graduação em Desenvolvimento Regional no Estado do Amapá: o caso do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá* (2013); *Pós-graduação em desenvolvimento regional no estado do Amapá: o caso do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá* (2014); e *A pós-graduação em planejamento urbano e regional no Brasil* (2016).



juntamente com a embaixada francesa e as Fundações de Amparo à Pesquisa do Amazonas e do Maranhão, focando nas ações na Guiana Francesa; e contribuí na formatação do Edital de Incentivo à pesquisa no vale do Araguari e no edital de bolsas de iniciação científica para alunos do ensino médio no Estado do Amapá. Permaneci como Diretor-Presidente até 21 de setembro de 2012.

Outra contribuição feita, diz respeito à minha participação na construção do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (OBFRON) na UNIFAP. Este foi criado em 2012, com a reunião de três grupos de pesquisa da UNIFAP que perceberam as transformações territoriais e de políticas públicas em construção na linde entre Amapá e Guiana Francesa: Percepções do Amapá (Por mm coordenado); Arquitetura e Urbanismo na Amazônia (Coordenado pelo Dr. José Alberto Tostes) e; Direitos Sociais, Cultura e Cidadania (Coordenado pela Dr<sup>a</sup> Eliane Superti). Foi fruto, também dos investimentos do projeto “*Ajustes Espaciais na Faixa de Fronteira da Amazônia Brasileira: Dos dilemas espaciais à defesa do território*”, pelo edital Pró-Defesa (CAPES/Min. da Defesa) no período de 2008-2012 e consolidado pelo projeto *Transfronteirizações na América do Sul: Dinâmicas territoriais, desenvolvimento regional, integração e defesa nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil*.

Desde então, os integrantes deste Observatório tem se preocupado em analisar as dinâmicas territoriais e o processo de desenvolvimento transfronteiriço da faixa de fronteira da Amazônia Setentrional, com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela, conforme exposto no artigo *Estudos Fronteiriços da Amazônia Setentrional Brasileira: A Formação do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas* (2013). Desde a sua criação, este Observatório já participou de dois editais Pró-Defesa, integrou o INCT Migrações em Rede (2016), corroborou na elaboração de um curso de pós-graduação *lato sensu* e do Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços (2017). Em 2017 solicito a minha retirada do OBFRON por entender que o objetivo traçado de criar capacidade instalada foi alcançada, seja pelas qualificações em nível de doutorado de seus integrantes, em nível de mestrado de seus orientandos, seja pela criação e aprovação do Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços na UNIFAP.

Retorno, então, às minhas atividades originais sobre análise regional e urbana, depois de 10 anos discutindo a condição fronteiriça amapaense. Organizo o Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (NESUR/UNIFAP), para atender uma nova demanda de investigações: *A condição urbana-metropolitana amapaense*. Esta nova diretriz foi constituída porque em 2018, o Amapá comemorou os 75 anos de criação como ente federativo, sendo destes, 30 anos como Estado; 15 anos criação de sua Região Metropolitana; 260 anos de criação da cidade de Macapá; como também foi criado uma

plataforma digital pela Prefeitura de Macapá com vistas no planejamento da capital amapaense quando completará 300 anos. Este é um plano de metas, intitulado *Macapá 300 anos*<sup>131</sup>.

Neste rumo, novas pesquisas sobressaltam em nossas agendas, abrindo novas frentes investigativas e de orientações nos níveis de graduação (A exemplo do trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo de Lorena Cruz intitulada *Avaliação do estudo de impacto de vizinhança do Hospital Universitário de Macapá: A atuação do urbanismo e investimento na área de saúde*), iniciação científica, de pós-graduação *stricto sensu* (A exemplo da dissertação de mestrado de Charles Silva, sob o título *Região Metropolitana de Macapá: As dinâmicas intrametropolitanas e os desafios do planejamento integrado*); e apresentação em eventos. A primeira apresentação sobre o tema em evento ocorreu na UNIFAP durante a Semana de Arquitetura – 2017, com a apresentação do trabalho *A construção da condição urbana-metropolitana*<sup>132</sup>.

### **Iniciação Científica**

- Gesiel S. Oliveira. *As influências geoeconômicas da pesca artesanal nos municípios de Amapá e Tartarugalzinho (1987-1998)*. 1998. Bolsista CNPq.
- Susane Maria da Silva Alencar. *As influências geoeconômicas da pesca artesanal nos municípios de Amapá e Tartarugalzinho (1987-1998)*. 1998. Bolsista CNPq.
- Magdiel Eliton Ayres do Couto. *Transformações Espaciais Amapaenses após a Estadualização (1990-2005)*. 2006. Bolsista Universidade Federal do Amapá. Projeto vencedor 1º Lugar na área Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, no 2º Seminário de Iniciação Científica da UNIFAP.
- Rodrigo Márcio Gomes Monteiro. *Corredor da Biodiversidade do Amapá*. 2006. Bolsista Universidade Federal do Amapá.
- Magdiel Eliton Ayres do Couto. *Evolução de redes do setor elétrico do Estado do Amapá: 50 anos de atuação da cea no desenvolvimento econômico local*. 2007. Bolsista SETEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amapá.
- Leonardo de Jesus dos Santos Beltrão. *Forma e função das cidades médias brasileiras: o caso de Macapá e Santana*. 2008. Bolsista CNPq.

---

<sup>131</sup> Como prioridades de vetores de desenvolvimento deste Plano de Metas, são indicadas: O distrito portuário Industrial; A Zona Franca Verde; O entroncamento ferroviário; A exploração de Petróleo e Gás; A Mobilidade e Urbanismo; O Novo cinturão agrícola; A vantagem comparativa ambiental; A matriz energética; A ligação por via terrestre entre Macapá, a Europa e as Américas e; O turismo. Para maiores detalhes, vide <http://300anos.macapá.br/>.

<sup>132</sup> PORTO, J. L. R. *A construção da condição urbana-metropolitana amapaense*. Texto apresentado na VI Semana de Arquitetura e Urbanismo, na UNIFAP, na Mesa Redonda “Cidade para quem”? Macapá, em 06/10/2017.

- Giselly Marília Thalez. *Geografia da saúde nas cidades médias brasileiras: os casos de Macapá e Santana*. 2008. Bolsista CNPq. Este Projeto conquistou o 1º Lugar em Apresentação Oral na área de Ciências Humanas na 3ª Mostra de TCC da Unifap e 4º Colóquio de Iniciação Científica, Universidade Federal do Amapá – UNIFAP e 3º Lugar em Apresentação Oral na área de Ciências Humanas no VIII Colóquio de Iniciação e V Concurso de Artigos de Iniciação Científica da Faculdade Seama.

Giselly Marília Thalez. *A expansão das atividades de saúde na faixa de fronteira: Os casos de Macapá e Santana*. 2009. Bolsista CNPq.

- Leonardo de Jesus dos Santos Beltrão. *Dinâmicas urbanas macapaenses com a fronteira*. 2009. Bolsista CNPq.

Edilene Lira da Silva. *Perspectivas para um crescimento urbano anfíbio: impactos gerados ao meio urbano pela intensificação das ocupações em áreas úmidas em Macapá*. 2015. Bolsista CNPq.

## O TEMPO NÃO PARA, AS ANDANÇAS CONTINUAM E OS DESCOBRIMENTOS E NOVAS DESCOBERTAS EMERGEM

Ao submeter este memorial para pleitear a minha progressão a Professor Titular na UNIFAP e revendo a minha trajetória, percebi que ainda não cheguei ao meu final em minhas andanças e muito menos se esgotaram os meus descobrimentos. Muito há para se caminhar e muito tempo há para se aproveitar para novas descobertas.

Enquanto estava em meu estágio pós-doutoral em Blumenau (2013-2014), comecei a praticar a atividade de arqueria. Ao retornar deste estágio, montei juntamente com o Prof. Dilson Belfort (Educação Física/UNIFAP) um curso de extensão intitulado *Arco e flecha no meio do mundo* e chegamos a ter 25 alunos matriculados. A UNIFAP adquiriu 3 arcos e 60 flechas para o início desta atividade. Como resultados tivemos:

a) em 2014: as atividades iniciaram com 03 alunos e finalizou com 25; houve o treinamento em cursos de tiro com arco em níveis básico e intermediário, ministrados pelo Técnico Internacional Jener Sato, na Arqueria Arco e Flecha Brasil – CTE, em Campinas (SP); Na RD Arqueria, em Curitiba (PR), o Prof Dilson Belfort conquistou a faixa de bronze (Sistema de classificação dos arqueiros em níveis técnicos, baseado no método criado por Henry Boldnik na Alemanha para a Archery Academy), 1 mês após o início de suas atividades arqueiras; Foram executadas atividades de divulgação do esporte na Semana de Arquitetura da Unifap; Conquisto a faixa de bronze com

flecha de madeira de tiro instintivo (Com isso, detenho as faixas de Prata com flecha de carbono e de bronze com flecha de madeira); Houve minha participação no curso de tiro com arco de Instrutor Nível 1 em Tiro Instintivo com Arco e Flecha Tradicional na RD Arqueria (Curitiba, PR), ministrado pelo Técnico Internacional Eduardo Oliveira (IFAA); Com este último curso, a Unifap foi autorizada em executar o exame de faixa de tiro instintivo Boldnik no Estado do Amapá, assim executado o primeiro exame de faixa em dezembro de 2014. A Arqueria Unifap encerrou suas atividades no ano de 2014 com a graduação de 5 arqueiros, com nível básico, e com a participação de 25 novos aprendizes no esporte.

b) Em 2015: participei e concluí o Curso de Instrutor, Nível I, pela Confederação Brasileira de Tiro com Arco – CBTARCO, ministrado pelo Técnico Internacional Reinaldo Augusto Nunes (Clube Espéria), na RD Arqueria, Campo Largo (Paraná); conquistei o 3º lugar no torneio Bearpaw Cup Brasil, na RD Arqueria, Campo Largo (Paraná); Participei e concluí o Curso Avançado de Tiro com Arco, Prática com arcos Olímpicos, ministrados pelo Técnico Internacional Jener Sato, pela Arco e Flecha Brasil – CTE, Campinas (São Paulo); Participei no Campeonato Mundial de Bowhunter da International Field Archery Association (WBHC 2015 IFAA), em Gödollo, Hungria. Posição 181º no ranking mundial na categoria AMBH(R), sendo um dos representantes do Brasil no campeonato; Participei e concluí o Curso de Atualização de Metodologia de Tiro com Arco, na RD Arqueria, ministrados pelo Técnico Internacional Eduardo Oliveira, Campo Largo (Paraná); Conquistei o 1º lugar no torneio *In door* 2015, na RD Arqueria, Campo Largo (Paraná); Participei nas orientações de atividades arqueiras na Universidade de Coimbra (Portugal). Conquistei o prêmio de “Arqueiro 2015”, na RD Arqueria, em Campo Largo (Paraná). Um dos alunos da Arqueria Unifap, Renato Araújo, participa e conclui o Curso de Instrutor, Nível I, pela Confederação Brasileira de Tiro com Arco – CBTARCO, ministrados pelo Técnico Internacional Reinaldo Augusto Nunes (Clube Espéria), na Federação Maranhense de Tiro com Arco, São Luiz (Maranhão). A Arqueria Unifap executa Exame de faixa e três alunos conquistam a faixa bronze. As atividades referentes ao ano de 2015 se encerram com 22 novos alunos e a graduação de 5 arqueiros, com nível Intermediário.

c) Em 2016: participei e concluí o Curso de Instrutor, Nível 1, pela International Field Archery Association (IFAA), na Ecco Archery, ministrado pelo Técnico Internacional Eduardo Oliveira, Campo Largo (Paraná); Na UNIFAP executou Exame de Faixa, sendo dois alunos conquistaram a faixa bronze e um a faixa de prata; Alunos da Arqueria Unifap (Luan Saulo Pureza Callins, Luan Sales, Bianca Liffey Brito Marino e Helderlena Del Castillo Gomes) participaram do Campeonato AVA Bowhunter – AVA/ Campos do Jordão (SP). As arqueiras Bianca Liffey Brito Marino (Registrando 3 recordes brasileiros em sua categoria) e Helderlena Del Castillo Gomes conquistaram as medalhas de ouro e prata em suas respectivas categorias; O aluno arqueiro Luan

Saulo Pureza Callins participa e conclui o Curso de Instrutor, Nível 1, pela International Field Archery Association (IFAA), na Ecco Archery, ministrado pelo Técnico Internacional Eduardo Oliveira, Campo Largo (Paraná). A Arqueria Unifap encerrou suas atividades no ano de 2016 com a graduação de 5 arqueiros com nível Avançado, 03 em nível intermediário, 05 em nível básico e com a participação de 05 novos aprendizes no esporte.

Em novembro de 2017, integrei-me à Academia de Letras José de Alencar (Curitiba – Paraná), por indicação da Acadêmica Ariadne Zippin. Novos horizontes literários emergem nesta minha jornada. As andanças descobrem palavras; as palavras traduzem sensações; as sensações constroem ideias e; as ideias criam pensamentos. Neste mesmo ano, tive duas poesias classificadas em um concurso nacional: *Navego* (Poesia classificada no Concurso Nacional Sarau Brasil 2017)<sup>133</sup> e *A benção para o Arqueiro* (Poesia classificada no Concurso Nacional Novos Poetas 2017)<sup>134</sup>, em homenagem àqueles que praticam o esporte de tiro com Arco.

Quanto às minhas contribuições intelectuais, até agora, para se conhecer e debater sobre este pedaço do Brasil e seu uso territorial destaco:

- **Periodização de debates jurídicos sobre a atuação dos Territórios no cenário nacional**<sup>135</sup>: a) o da ignorância do problema que se apresentou, depois, com a experiência do Acre (Constituição de 1891); b) o da previsão de outros que viessem, por título legítimo, pertencer à União, tendo-se falado de sua eventual transformação em Estados-membros (Constituição de 1934); c) o da permissão de serem formados como partes de desmembradas dos Estados-membros no interesse da defesa nacional (Constituição de 1937) e; d) a sua transformação em Estados, tais como ocorreram com o Acre (1962), Rondônia (1981), Amapá e Roraima (1988).

- **Atualização no conceito de Territórios Federais**<sup>136</sup>: Iniciei minhas reflexões sobre o assunto a partir de três abordagens, que os interpretaram como: *Entidades Precárias*<sup>137</sup>; *Estados em embrião*<sup>138</sup> e; *Unidades descentralizadas*<sup>139</sup>. A proposta que lanço para atualizar o conceito desses

<sup>133</sup> RAMOS, I. A. (Org). CNNP 2017 - Concurso Nacional Sarau Brasil, Antologia Poética. Cabedelo: Vivara Editora, 2017. p. 324. Série Novos Poetas, n. 223.

<sup>134</sup> RAMOS, I. A. (Org). CNNP 2017 - Concurso Nacional Novos Poetas, Antologia Poética. Cabedelo: Vivara Editora, 2017. p. 175. Série Novos Poetas, n. 24.

<sup>135</sup> PORTO, J. L. R. *Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais (1943 a 2000)*. 1. ed. Macapá: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amapá SETEC, 2003. p. 50.

<sup>136</sup> PORTO, J. L. R. Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil. *Presença* (Porto Velho), Porto Velho, n.16, 1999.

<sup>137</sup> MEDEIROS, O. *Territórios Federais: doutrina, legislação e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Nacional de Direito, 1944. \_\_\_\_\_. *Administração territorial* (Comentários, subsídios e novas leis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

<sup>138</sup> FERREIRA FILHO, M. G. *Curso de direito constitucional*. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 1975.

<sup>139</sup> BRASIL, Decreto-Lei n.º. 411,08 de janeiro de 1969. *Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais, a organização dos seus Municípios e dá outras providências*.

entes federativos é que eles são resultados de ações que conduziram à formação de estruturas que envolveram relações de políticas econômicas que expuseram condições para atender as elites locais delimitando um espaço juridicamente definido, territorializando suas relações de poder<sup>140</sup>.

- **Amapá como um grande negócio**<sup>141</sup>: por se comportar como: Fornecedor de *commodities*; Vitrine de produtos industrializados; Possui posição estratégica de acordo com as intenções de uso do território e para articulação de redes; É inserido no circuito nacional com fornecedores de energia elétrica; Receptor de investimentos públicos para construção e instalação de sistemas de engenharia e ajustes espaciais; e concedentes de incentivos fiscais para atração de investimentos.

- **Apresentação de periodizações econômicas amapaenses**: Duas periodizações econômicas sugiro em minhas interpretações para o caso amapaense: a) em um contexto geral, indico: Gênese, Estruturação Produtiva e Organização Espacial (1943-1974); Planejamento Estatal e Diversificação Produtiva (1975-1987) e; Estadualização e Sustentabilidade Econômica (após 1988)<sup>142</sup>. b) Para o oeste amapaense, quando apresento quatro períodos<sup>143</sup>: a) 1946-1957: gênese, estruturação produtiva e construção infraestrutural; b) 1957-1997: a consolidação, reestruturação e a institucionalização espacial; c) 1997-2004: o desacionamento da fronteira conectada; d) 2004-2013: a recuperação e o reuso de um espaço construído.

- **A condição fronteiriça**<sup>144</sup>: Defendo esta expressão como um sistema de ações, que leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes, sendo ela constantemente (re)inventada. Ou seja, a cada momento histórico e refeita, e recomposta, por ser social e politicamente estabelecidas, como um espaço de dialogo e/ou de conflitos. Está diretamente ligada aos movimentos de (des)(re)construção e (des)(re)territorialização; Apresenta grande atuação do Estado, porém com fraca fiscalização; Estimula e desenvolve a criação/construção de próteses dos mais variados modelos; Atua na existência, configuração e intensidade de articulação das redes

---

<sup>140</sup> PORTO, J. L. R. Os Territórios Federais e sua evolução no Brasil. *Presença* (Porto Velho), Porto Velho, n. 16, 1999. \_\_\_\_\_. *Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000*. Macapá: SETEC, 2003. \_\_\_\_\_. Aspectos da ação do Estado na fronteira Amazônica: a experiência do Território Federal do Amapá. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, BENHUR, P.; UEDA, V. *A emergência da multiterritorialidade: A ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas / Porto Alegre: EDULBRA/ EDUFRGS, 2008.

<sup>141</sup> PORTO, J. L. R.; SCHWEITZER, A. Condições fronteiriças Amazônia-Patagônia: Reflexões para a linde sul-americana a partir do Estado do Amapá (Brasil) e Santa Cruz (Argentina). In: CAVLAK, I; PORTO, J. L. R; NORONHA, A. E. (Org.). *Faces da Fronteira: desafios e perspectivas de regiões lindeiras*. Macapá: EDUNIFAP, 2017. v. 2, p. 39.

<sup>142</sup> PORTO, J. L. R. *Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais (1943 a 2000)*. Macapá: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amapá SETEC, 2003. p. 111; 112-127; 127-144; 144-182.

<sup>143</sup> PORTO, J. L. R. A construção da condição fronteiriça do oeste amapaense (1947-2014). *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 2, p. 145-173, 2014.

<sup>144</sup> PORTO, J. L. R. *Desenvolvimento Geográfico Desigual da Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: Reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013)*, 2014. Relatório de estágio de pós-doutoramento, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2014. p. 108; 109; 111; 143.

existentes, as quais expressam reflexos de cenários internacionais; apresenta-se como lócus de restrições espaciais no uso de seu território; Sua posição na economia-mundo como fornecedora de *commodities* e consumidora de produtos industrializados; Tem sido efetivada pela sua construção histórica e geopolítica do período colonial.

- **A condição fronteiriça amapaense**<sup>145</sup>. A condição fronteiriça amapaense se manifesta de duas maneiras: periférico-estratégica e estratégico-periférico. Com a criação do Território Federal do Amapá (1943), duas condições fronteiriças concomitantes e complementares são estabelecidas neste ente federativo: uma “amapaense” e outra “Brasil-França”.

A primeira decorre da ocorrência de ajustes espaciais e a inserção de próteses no território amapaense a partir de sua instalação de ente federativo Amapá, gerando condições para ampliação das suas articulações em redes econômicas nos cenários nacional e internacional. A segunda possui uma relação mais institucionalizada, com acordos internacionais, que abordem um espaço relacional entre países desde o período colonial; esta abordagem amplia após o envolvimento do Estado Amapá como um ente federativo articulado com o norte da América do Sul, gerando as expectativas de integração com a Guiana Francesa.

À medida que se implantavam os *sistemas de engenharia* e os *ajustes espaciais* no espaço amapaense, ampliaram-se: as conexões de sua fronteira ao circuito global e em rede; as suas interações espaciais, extrapolando o *efeito-barreira*, formador de uma condição fronteiriça, para se criar/construir o *efeito-cooperação*, formador de uma nova condição: a transfronteiriça. Foram criados ensaios recentes de cooperação entre Amapá e Guiana Francesa e; identificaram-se das funções do Amapá na economia-mundo.

Essa mudança de comportamento dos efeitos corrobora para se rever os novos usos do território nas suas diversas escalas e interpretações, os ajustes espaciais, as negociações multiescalares e, os processos de transfronteirização. Com a espacialização da condição fronteiriça amapaense, as materializações decorrentes de suas manifestações e construções envolvem elementos e fatores econômicos, institucionais, políticos, sociais e territoriais inerentes as dinâmicas que o próprio espaço (trans)fronteiriço constrói; uma relação territorial que expressa um capitalismo tardio periférico da periferia; a grande atuação do Estado, porém com fraca fiscalização; estimuladora a criação/construção de próteses dos mais variados modelos; a existência, configuração e intensidade de articulação de

---

<sup>145</sup> PORTO, J. L. R. *Desenvolvimento Geográfico Desigual da Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: Reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013)*, 2014. Relatório de estágio de pós-doutoramento, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2014. p. 21; 49. \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento geográfico desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Aspectos das reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013)*. In: COSTA, J. M. (Org.). *Amazônia: Olhares sobre o território e a região*. Rio De Janeiro: Autografia, 2017. p. 401-424.

redes existentes, as quais expressam reflexos de cenários internacionais; formadora de expectativas de integração com a Guiana Francesa; configuradora de restrições espaciais; fornecedora de *commodities* e; consumidora de produtos industrializados.

Para o caso da *condição fronteira do oeste amapaense* enfocando os municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari, sugeri que na parte ocidental amapaense predomina uma *condição estratégico-periférica institucionalizada*, em que o “estratégico” se explica pela atração de investimentos internacionais; o “periférico”, pela condição de abandono, pelos discursos políticos e pelo elevado grau de dependência dos municípios aos recursos do Estado; e o “institucionalizado” é representado pela grande influência de instituições públicas na gestão territorial dos municípios envolvidos.

- **Ensaio de interações transfronteiriças**<sup>146</sup>. A tentativa de se elaborar um instrumento jurídico que reconhecesse a natureza transfronteiriça da Amazônia, iniciou com o Tratado de Cooperação Amazônica - TCA (1978), prevendo criar uma infraestrutura física adequada entre seus respectivos países, bem como integrar plenamente seus territórios amazônicos às suas respectivas economias nacionais. Contudo, tanto este documento como o IIRSA não reconhecem a Guiana Francesa como amazônica e como espaço sul-americano, este espaço ultramarino francês não é inserida nessas iniciativas de políticas públicas de integração na América do Sul. Sua articulação espacial limdeira envolve dois momentos: o de relação *fronteira* e o de interação *transfronteiriça*.

A articulação da Guiana Francesa em políticas públicas que visassem a integração no Norte da América do Sul somente foi efetivada com a proposta de integração regional da União Europeia conhecida como INTERREG IV (2007), através do Programa de Operação da Amazônia - PO Amazonie, 30 anos após a assinatura do TCA, ao intencionar integrar fisicamente Suriname, Guiana Francesa e Brasil (pelos estados do Amapá, Pará e Amazonas).

Com isso, o PO Amazonie corrige o vazio que o TCA e o IIRSA não atendia: a integração da Guiana Francesa no norte da América do Sul. Com a assinatura do Acordo-Quadro Brasil-França (1995), com visando ampliar as interações entre Amapá e Guiana Francesa, concebeu-se que a fronteira Amapá-Guiana Francesa é uma fronteira tardia, cuja relação espacial entre eles se configura como ensaios de interações transfronteiriças, como também adota-se o enfoque de ajustes espaciais na tentativa de captar as ações adotadas para a mudança de comportamento desta linde de relações fronteiriças para a configuração daqueles ensaios.

---

<sup>146</sup> SANTOS, P. G. S.; PORTO, J. L. R. Novos usos da Fronteira Amapá-Guiana Francesa: Expectativas de construção e ensaios de cooperação. *Revista Geonorte*, v. 7, p. 1152-1168, 2013. PORTO, J. L. R. A reconstrução da condição fronteira amapaense: da expansão colonial às intenções de interações transfronteiriça. *Acta Geográfica* (UFRR), v. 8, p. 149-167, 2014.



Identificou-se o início dos *novos usos políticos-territoriais da fronteira franco-amapaense*; Criou-se *expectativas para integração e ensaiando suas cooperações transfronteiriças*, ou seja, a fronteira de outrora, de separação, agora busca a integração, pois esta fronteira também representa a conexão entre dois programas internacionais de desenvolvimento (IIRSA e INTERREG); a conexão de dois blocos econômicos (Mercosul e União Europeia); a construção de uma nova relação transfronteiriça, visando articular um o eixo Macapá-Caiena.

As interações pretendidas tendem a refletir e estimular mudanças da configuração da fronteira de *efeito-barreira* para construir ou consolidar o *efeito-cooperação*. Com isso, o capital tende a derrubar qualquer barreira espacial, criando condições para a sua superação, adotando as seguintes estratégias: criando acordos diplomáticos; construindo pontes; conectando com vias de comunicação, acionando novos espaços e produtos de seu interesse; mudando de comportamento fronteiriço para transfronteiriço; modernizando de técnicas e tecnologias de transporte, como o aumento das dimensões dos meios de transportes, transportando mais mercadorias, bem como de seus sistemas de transferência de relações nodais (portos, aeroportos, ferroviárias).

Assim, tendo por referência espacial a conexão via ponte sobre o rio Oiapoque, esta representa: o ponto de contato entre dois blocos econômicos (Mercosul/União Européia); o ponto de conexão entre duas políticas de integração internacionais (IIRSA e INTERREG); a alternativa de mobilidade do comércio exterior da Guiana Francesa pelo Porto de Santana; a possibilidade de produtos industriais brasileiros se expandirem ao norte da América do Sul, em um espaço com moeda forte (o Euro). Este é o único ponto da fronteira brasileira que possui tal característica, invertendo as relações transfronteiriças.

- **A fronteira amapaense como um circuito híbrido de economia**<sup>147</sup>. As reflexões tecidas partem do pensamento de Milton Santos<sup>148</sup>, sobre os *circuitos da economia*. Defendo que a fronteira amapaense possui um comportamento de ora como um *circuito inferior/superior*, ora como *superior/inferior* a partir das recentes ações econômicas ali estabelecidas, proporcionando novos usos da fronteira e do seu território. A fronteira também possui relações locais, informais, típicas do *circuito inferior* miltoniano. Mas o que mais chama atenção no processo de interação espacial entre Amapá e Guiana Francesa está na falta de informações comerciais oficiais entre esses dois espaços. Contudo, considerando a “*inversão da fronteira*”, há o comércio de produtos brasileiros na Guiana Francesa devido aos preços mais baratos no mercado macapaense. Assim, considerando que tem havido exportações de

---

<sup>147</sup> PORTO, J. L. R.; THEIS, I. M. Circuitos da Economia na fronteira amapaense: um híbrido de subsistemas para a sua reorganização espacial. *Labor & Engenho*, v. 9, p. 101-114, 2015.

<sup>148</sup> SANTOS, M. *O espaço dividido*: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2a ed. São Paulo: Edusp, 2004..

produtos pelo Amapá a Guiana Francesa (*Circuito superior*), mas sem o controle e acompanhamento de órgãos oficiais (*Circuito inferior*).

- **A inversão da fronteira**<sup>149</sup>. A fronteira Brasil-França apresenta três momentos que apresenta daquilo que identifiquei como *a inversão da fronteira*. A primeira ocorreu como reflexos de políticas e conflitos na Europa se manifestando na organização territorial no período colonial, percebe-se as consequências de tratados diplomáticos entre França e Holanda no século XVII, a exemplo dos Tratados de Nimegue (1678), Tratado de Haia (1795) e o Tratado de Ryswich (1797), na fronteira com o Suriname (ex-colônia holandesa) e Brasil (ex-colônia portuguesa), os franceses não tinham outra alternativa de possível expansão territorial a não ser em direção ao território português. Ou seja, almejava-se interação espacial (neste caso visando a expansão territorial) francesa em direção à foz do rio Amazonas.

Durante a segunda metade do século XIX, ocorre a segunda inversão para maior interação espacial (também visando a expansão territorial) francesa em direção à foz do rio Amazonas. Neste período ocorreram descobertas de veias auríferas e resgatou-se o questionamento sobre qual seria o rio Vincente Pinzón, o rio Oiapoque ou o rio Araguari. O Laudo Suíço (1900), concedeu parecer favorável ao Brasil, mantendo a fronteira entre Brasil e França o rio Oiapoque. Este finaliza as disputas limdeiras entre Brasil e França.

Por fim, com as expectativas da integração física do Amapá com o Platô das Guianas, pela ponte sobre o rio Oiapoque, há perspectiva da mudança do eixo de conectividade da Guiana Francesa do Caribe para usar o sistema portuário de Santana; a relação fronteiriça com o vizinho francês será uma *relação inversa*, pois o Brasil, pelo Amapá, é vizinho à zona do Euro (moeda mais valorizada em relação ao Real), ou seja, as mercadorias são mais baratas neste lado da fronteira. Esta é a 3ª inversão das relações França-Brasil na fronteira com o Amapá.

- **Atualização da análise da condição urbana amapaense para condição urbano-metropolitana Amapense**<sup>150</sup>. Até 2003, criou-se e construiu-se a *condição urbana amapaense*. Com o

---

<sup>149</sup> PORTO, J. L. R. A condição fronteiriça amapaense: Da defesa nacional à integração (inter)nacional. In: NASCIMENTO, D. M. *Amazônia e Defesa: dos fortes às novas conflitualidades*. Belém (PA): (NAEA/UFPa), 2010a. \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento Geográfico Desigual da Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: Reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013)*, 2014. Relatório de estágio de pós-doutoramento, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2014. PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E.; SILVA, G. V. Novos usos do território amapaense: Políticas Públicas, Desenvolvimento, Ajustes Espaciais na Fronteira da Amazônia Setentrional. In: SILVA, A. Z. B.; FERKO, G. P. S.; FERREIRA, S. M. (Org.). *Gestão Pública e Desenvolvimento Regional*. Boa Vista: EDUFRR, 2014. p. 431-467.

<sup>150</sup> BIANCHETTI, A.; PORTO, J. L. R. Dinâmica urbanas amapaenses: Conflitos e perspectivas de um estado em construção. In: Congresso Internacional em Planejamento e Gestão Ambiental, 2005, Brasília. *Anais do Congresso Internacional em Planejamento e Gestão Ambiental*. Brasília: 2005. PORTO, J. L. R. *A construção da condição urbana-metropolitana amapaense*. Texto apresentado na VI Semana de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade Federal do Amapá, na Mesa Redonda “Cidade para quem”? Macapá, em 06/10/2017. Este texto foi publicado na Revista *Acta Geográfica*, v. 12, n. 19, p. 145-159. Mai/Ago. de 2018.

reconhecimento da Região Metropolitana Macapá/Santana, uma nova etapa começa a ser escrita na configuração territorial amapaense: *a condição urbano-metropolitana*. Parto da hipótese que a Região Metropolitana Amapaense deve ser analisada sob dois entendimentos, *espacialidade* e *institucionalidade*.

Enquanto *espacialidade* evidencia uma nova dinâmica em construção na condição urbana amapaense, onde se cria a expectativa da criação de uma condição urbano-metropolitana, concentrada, conurbada, com dinâmicas geográfica, econômica, territorial e cultural assentada em uma lógica cada vez menos amazônica. Enquanto *institucionalidade* baseia-se em normatizações de sua criação, expansão e planejamento para garantir nova gestão territorial que extrapolem jurisdições municipais.

- **A construção da Pós-graduação em Desenvolvimento Regional**<sup>151</sup>, O programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIFAP foi criado em 2006. É o primeiro programa *stricto sensu* do Comitê Planejamento Urbano e Regional (PUR) na Amazônia, em quatro décadas de atuação apresenta a seguinte periodização<sup>152</sup>: Gênese da área de PUR (1970-1999); Expansão e diversificação da área PUR (2000-2005) e; Expansão, desconcentração regional e interiorização da área PUR (2006-2015). É neste último período em que se encontram os casos da pós-graduação deste Comitê no Amapá e Tocantins.

- **Amapá como um território estratégico recomposto periférico e tardio**<sup>153</sup>, partiu-se da hipótese de que a condição fronteiriça amapaense é reflexo de interesses, de construções externas, de ações políticas, econômicas e institucionais, as quais são manifestadas e contextualizadas em tempos históricos, onde o *território* delimita seu espaço de atuação; o *estratégico*, sua intenção de atuação; e o *recomposto*, no uso de formas e dos conteúdos espaciais a partir de suas articulações criadas e construídas de seus ajustes espaciais em cada momento histórico; *periférico* nos discursos de seus representantes e; *tardio* na criação/construção de condições para o uso de seu território.

Enfim, o tempo não parou, os limites ainda se expandem, as andanças ainda não terminaram. Os descobrimentos ainda surpreendem, principalmente aqueles que estão mais próximos do que imaginamos. Cada descoberta tem o tempo certo para cada atividade exercida. Cada atividade tem

---

<sup>151</sup> PORTO, J. L. R.; CALDAS, Y. P. ; LOMBA, R. M. Pós-graduação em desenvolvimento regional no estado do Amapá: o caso do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 11, p. 49-73, 2014.

<sup>152</sup> PORTO, J. L. R.; THEIS, I. M. A pós-graduação em planejamento urbano e regional no Brasil: quatro décadas de reflexões territoriais. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, v. 9, p. 33-46, 2016.

<sup>153</sup> PORTO, J. L. R. A reconstrução da condição fronteiriça amapaense: da expansão colonial às intenções de interações transfronteiriça. *Acta Geográfica (UFRR)*, v. 8, p. 149-167, 2014.

um limite e um objetivo a se alcançar. Cada andança possui um ritmo de viagem. Assim, cada descobrimentos surpreendem quando os desvendamos em nossas andanças.

Qual é o meu limite agora? O meu limite começa quando consigo dar o passo seguinte. É a próxima descoberta. É conseguir alcançar o depois, pois o agora já passou. É continuar navegando pelo espaço, pelos livros, pelo conhecimento. Resgato, então, o que expus no no prólogo deste Memorial. Quando pensei em um tempo, passei por diversos instantes, por diversos momentos, e retorno aos pensamentos. Passei também por diversos locais e neles construí pensamentos e neles agora reflito. Meus pensamentos descobriram novos pensamentos. Ampliaram-se meus limites para além dos limites alcançados. Pois percebi que há algo mais além.

Alcancei o status de Professor Associado 4 na universidade em 2016. Cheguei no meu limite nesta categoria. Agora, novos desafios me aparecem, pois enxergo que há algo mais a descobrir ao pleitear a vaga de Professor Titular de uma universidade. O início de uma nova etapa emerge, como também de novos desafios intelectuais e acadêmicos. Com isso, o tempo desta nova fase, será para perceber que descobrir implica na ampliação de nossos limites, no estímulo a andanças em novos espaços e na reorganização de novas ideias.

“Vem este Porto, seguro como um Mestre, um Pitágoras é o que vem à mente, a ensinar sem comandar, a encantar sem forçar, a cativar sem impor suas idéias e projetos. Chega de leve, faz pouso em tantas mentes que estavam à procura de algo mais para pensar do que o dia a dia, do que o pensamento do dia e vem forte, sabedor que seus colegas e felizardos alunos muito tem a contribuir pelo Brasil”.

**Anita Zippin**

“Entre o tempo e o limite, entre andanças e descobrimentos”, de autoria de meu amigo Prof. Dr. Jadson Luis Rebelo Porto, Professor Titular, da Universidade Federal do Amapá, feliz resultado de um processo de promoção numa tal carreira de magistério superior, propicia uma leitura agradável de um registro importante, de uma importante trajetória, de um personagem indubitavelmente importante.

**Ivo Marcos Theis**

“(…) este memorial foi apresentado como requisito formal de avaliação e que agora é transformado em livro para ser apreciado pela comunidade acadêmica em particular, e pelo grande público em geral, como uma forma de (re)conhecimento de seu esforço e de seu trabalho sobre a região amazônica no âmbito acadêmico”.

**Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior**